

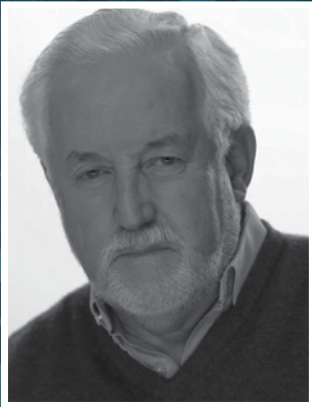
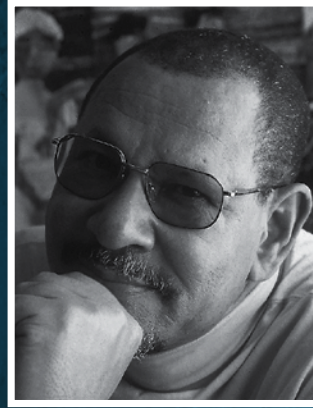


ANAIS DO III ENCONTRO
DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

LITERATURA E LUSOFONIA

2012





Ficha Técnica

Título
LITERATURA E LUSOFONIA 2012
ANAIS DO III ENCONTRO DE LÍNGUA PORTUGUESA. 2012

Edição
UCCLA

Coordenação
Rui D'Ávila Lourido

Editora
Maria do Rosário Rosinha

Design e paginação
Departamento de Marca e Comunicação | CML

Impressão
Imprensa Municipal

Tiragem
1000 exemplares


Janeiro 2014

Os textos incluídos nesta obra, *Literatura e Lusofonia 2012*, são da responsabilidade exclusiva dos seus autores. A presente edição segue a grafia do Acordo Ortográfico.

ANAIS DO III ENCONTRO
DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

LITERATURA E LUSOFONIA

2012



ÍNDICE

§ Texto de Apresentação	
UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa)	11
§ Introdução	13
§ 1º Capítulo Literatura InfantoJuvenil	
QUE NINGUÉM ESCAPE À LEITURA	
Isabel Alçada e Ana Maria Magalhães (Portugal)	21
A CRIANÇA NA LITERATURA GUINEENSE: percursos, problemas e desafios	
Leopoldo Amado (Guiné-Bissau)	26
HISTÓRIA DE UM LIVRO JUVENIL	
Ana Pessoa (Portugal)	33
§ 2º Capítulo Literatura e Futebol	
RECORDAÇÕES DO EURO 2004, na perspetiva do Zé da Ngonguenha	
Ondjaki (Angola)	43
UM LIVRO E UMA BOLA	
João Almeida Moreira (Portugal)	46
OS ENREDOS DE FUTEBOL não dão enredos à literatura?	
Júlio Conrado (Portugal)	52



§ 3º Capítulo | Literatura Oral e Tradicional

A PALAVRA QUE DANÇA

e o pescador sentenciado pelo tempo

Mia Couto (Moçambique)65

LITERATURA ORAL E TRADICIONAL

Germano Almeida (Cabo Verde)73

§ 4º Capítulo | Intervenções Associadas

Apresentação do Professor Eduardo Lourenço

Rui Lourido (Portugal)83

MITOLOGIA BRASILEIRA

Eduardo Lourenço (Portugal),
texto lido por José Carlos de Vasconcelos88

PESSOA, O ACENDEDOR DE ALMAS

Inês Pedrosa (Portugal)92

LUSOFONIA: uma palavra nova, uma realidade em construção

José Carlos de Vasconcelos (Portugal)99

§ **Fotografias do III EELP**106

§ **Programa do III EELP**113

§ **Referências Biobibliográficas**117

A UCCLA tem vindo a promover anualmente, de há três anos a esta parte, os Encontros de Escritores de Língua Portuguesa. O volume que agora se dá à estampa é o correspondente ao III Encontro, que teve também lugar no Natal, na República Federativa do Brasil, tal como os dois que o precederam.

A iniciativa de levar a cabo estes encontros deve-se ao empenho do meu predecessor no cargo de Secretário-Geral da UCCLA, o Engº Miguel Anacoreta Correia, que aliás participou nas três edições do evento.

O facto da impressão gráfica e publicação do presente volume ter coincidido já com o meu mandato no cargo, iniciado no primeiro semestre de 2013, justifica que colabore na edição, escrevendo o presente prefácio.

Faço-o com muito gosto, registando, antes de mais, a atividade do Dr. Rui Lourido, coordenador da área cultural da UCCLA, que não se poupou a esforços para fazer participar no III Encontro de Escritores autores de grande qualidade e justo prestígio.

O nível alcançado nos trabalhos desenvolvidos nos dias em que o Encontro decorreu está traduzido na excelência das intervenções e na vivacidade dos debates que agora se registam.

A circunstância da Língua Portuguesa ser uma das mais faladas do mundo de hoje,



Introdução

aberto e sem fronteiras, enriquece-se a cada dia que passa pela imaginação criadora dos escritores dos oito países que a adotaram como língua oficial, contribuindo para que a literatura escrita, com base nela, seja das mais marcantes do nosso Mundo.

Dar a conhecer a Língua Portuguesa e contribuir para a sua cada vez mais ampla divulgação, promovendo iniciativas como as dos Encontros de Natal, serve não só ao aprofundamento das relações entre os povos e países da nossa fala comum mas também à causa da economia de todos eles.

Não nos podemos nunca esquecer que os falantes de português são hoje cerca de duzentos e cinquenta milhões.

Não posso deixar ainda de agradecer a prestimosa colaboração da Prefeitura de Natal para que o III Encontro fosse um sucesso, nem a disponibilidade sempre manifestada pelo Cônsul de Portugal em Natal, Francisco Lamy.

Vitor Ramalho
Secretário-Geral da UCCLA

“Para ser grande, sê inteiro”
Fernando Pessoa

A divulgação e a valorização da cultura e da literatura, o diálogo e a troca de experiências entre os escritores das literaturas dos diferentes países e a sua partilha com a população, permanecem como os principais objetivos dos Encontros de Escritores de Língua Portuguesa (EELP), que temos vindo a realizar anualmente na cidade de Natal, Brasil.

O leitor encontra neste volume os textos apresentados em 2012 ao III EELP e que nos foram enviados para publicação¹.

O 1º capítulo deste livro, dedicado à análise da **Literatura infantojuvenil**, é composto de três textos, o texto coletivo das escritoras Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, intitulado “Que ninguém escape à leitura”, o texto de Leopoldo Amado, “A Criança na Literatura Guineense: percursos, problemas e desafios” e

¹ Lamentamos que o acidentado período final da anterior administração da prefeitura, com a respetiva cassação de mandato, tenha afetado a recolha de excelentes textos de escritores brasileiros. Só a título de exemplo, refira-se a interessante reflexão apresentada por Roberto da Mata sobre o fenómeno futebolístico e a literatura.

o da jovem Ana Pessoa, “História de um livro juvenil. No 2º capítulo, dedicado à **Literatura e Futebol**, temos três textos, o da autoria de Ondjaki, “Recordações do Euro 2004, na perspetiva do Zé da Ngonguenha”, o de João Almeida Moreira, “Um livro e uma bola” e o de Júlio Conrado, “Os Enredos do Futebol não dão enredos à literatura?”. No 3º capítulo, incidindo sobre as relações entre a **Literatura Oral e Tradicional**, temos dois textos, um de Mia Couto, “A palavra que dança e o pescador sentenciado pelo tempo” e o outro, de Germano Almeida, com o título deste capítulo. O 4º capítulo engloba quatro textos que correspondem a iniciativas associadas ao III EELP. Uma **sessão de homenagem ao filósofo Eduardo Lourenço**, organizada pela UCCLA, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRGN), no âmbito do Ano de Portugal no Brasil. Impossibilitado de viajar para o Brasil devido a uma inesperada queda, o Professor Eduardo Lourenço enviou o seu texto, “Mitologia brasileira”, que aqui se publica e que foi lido por José Carlos de Vasconcelos. O Coordenador Cultural da UCCLA, Rui Lourido, fez a apresentação de Eduardo Lourenço, com um texto que igualmente aqui se publica, aos estudantes da UFRGN, destacando a importância da sua obra para a reflexão sobre a literatura e o Portugal no mundo atual. O terceiro texto deste capítulo, da autoria de Inês Pedrosa, “Pessoa, o acendedor de almas”, foi apresentado na sessão de homenagem a Eduardo Lourenço e, posteriormente, partilhado numa conferência proferida pela autora na Universidade Potiguar. O quarto e último texto é uma reflexão de José Carlos de Vasconcelos sobre a Lusofonia nas suas implicações globais, “Lusofonia: uma palavra nova, uma realidade em construção”.

No 1º Capítulo - **Literatura infantojuvenil**, o primeiro texto, “Que ninguém escape à leitura”, foi escrito, a duas mãos, pelas escritoras **Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada**. Estas autoras portuguesas definem-se como “pessoas com os pés assentes no presente e a olhar o futuro” no que respeita à Educação. Pelo que, recusando revivalismos literários, defendem o paradigma do “prazer de ler, por prazer” como condição indispensável, juntamente com a liberdade de escolha, para que cada um possa descobrir o seu livro chave para “acesso ao mundo maravilhoso da leitura”.

“A Criança na Literatura Guineense: percursos, problemas e desafios” é o título do texto de **Leopoldo Amado**, o qual, como historiador guineense, faz o seu enquadramento histórico remontar à *Crónica dos feitos da Guiné*, do século XV. Na contemporaneidade relembra a máxima de Amílcar Cabral, “As crianças são as flores da nossa luta e a razão principal do nosso combate”. A temática da criança passou a ser transversal e omnipresente, tendo alcançado um *boom* nos anos oitenta do

século XX. A criança na literatura Guineense contemporânea ascende, na opinião de Leopoldo Amado, a tema privilegiado da poesia mas também da prosa, nas suas diversificadas formas, da novela ao teatro e ao ensaio literário. O autor considera que essa melhoria de estatuto reflete, igualmente, a melhoria da situação geral das crianças na Guiné-Bissau.

A jovem portuguesa **Ana Pessoa**, vencedora do Prémio Branquinho da Fonseca 2011, na categoria de Literatura Juvenil, é a autora do texto “História de um livro juvenil”. Consubstancia a incursão ao ofício da escrita com humildade, espírito crítico e autocrítico, assumindo uma postura rebelde, ingénua e simultaneamente madura. O livro de literatura juvenil de que se fala no texto é o seu primeiro livro – *O Caderno Vermelho da Rapariga Karateca*, escrito com a intenção de divertir e desafiar os seus leitores a refletir e interpretar o mundo que os rodeia.

No 2.º Capítulo, em que se reflete sobre as relações entre **Literatura e Futebol**, encontramos o primeiro texto, intitulado “Recordações do Euro 2004, na perspetiva do Zé da Ngonguenha”, da autoria do angolano **Ondjaki**. De forma criativa, através da transcrição ficcionada de um telefonema entre o autor e um amigo angolano, seu “Zé da Ngonguenha”, Ondjaki dá ao leitor a noção de como a influência do futebol é profunda no quotidiano da população urbana de Angola. “Zé da Ngonguenha”, o protagonista, assiste a quase todos os jogos do Campeonato Europeu de Futebol de 2004, realizado em Portugal. Numa linguagem divertida, fluída, com muitas expressões angolanas, o autor consegue suggestionar o leitor com imagens muito vivas, como se de um filme se tratasse. Mas, em simultâneo, é uma linguagem universal e identitária do futebol enquanto fenómeno social. Onde a ironia do diálogo é entrecortada com uma certa gabarolice, misturando sexo e futebol como faces de uma mesma moeda.

João Almeida Moreira, em “Um livro e uma bola”, destaca a importância do futebol na nossa sociedade e em especial entre os jovens. Pelo que propõe que o futebol seja encarado na escola como facilitador da aprendizagem das matérias escolares por parte de crianças e jovens. Encontra nas características únicas do futebol – jogar-se com uma bola, ser coletivo, simples, não elitista (democrático), ganham os mais habilidosos e solidários, a meritocracia à flor da relva (no dizer do sociólogo Roberto da Mata) – as causas do sucesso deste desporto. João Moreira sintetiza, “Um jogo de futebol é vida em 90 minutos: é solidariedade, é egoísmo, é estética, é brutalidade, é psicologia, é social, é política, é estratégia, é má estratégia, é coragem, é medo (...) é ganhar, é perder, é comunidade, é rivalidade, é química, é física. Em suma é literatura”.

Júlio Conrado, em “Os Enredos do Futebol, não dão enredos à literatura?” refere-se a uma maior presença do futebol na literatura brasileira quando comparada com a expressão do futebol na literatura portuguesa, apontando como principal fator de desequilíbrio o facto de “o futebol ser no Brasil um mito feliz e em Portugal um mito pobre”. A partir daqui discorre pelo mundo do futebol nas suas relações promíscuas com a política ou a finança. Num outro paralelismo associa o futebol ao teatro, recheado de adereços, atores e linguagem, qual tragédia grega, considerando-o transcendente para muitos. O autor conclui que o preconceito das elites culturais em relação ao futebol persiste, longe da visão sonhadora de Drummond: “São voos de estátuas súbitos/desenhos feéricos, bailados/de pés e troncos entrançados./ Instantes lúdicos: flutua/o jogador, gravado no ar/ – afinal o corpo triunfante/da triste lei da gravidade.”

No 3º Capítulo - **Literatura Oral e Tradicional**, encontramos o texto de **Mia Couto**, “A palavra que dança e o pescador sentenciado pelo tempo”. O prémio Camões moçambicano revisita alguns lugares remotos e gentes de Moçambique, com que contactou na sua atividade como reconhecido biólogo, para tentar desmontar a ideia de que “a Oralidade consiste na simples ausência de escrita”. Mia defende que a “Oralidade escreve e escreve-se de outros modos, tais como a terra, os panos, os gestos, os campos, tudo isto são páginas onde a Oralidade descreve as suas próprias caligrafias”. Fala-nos também do falso divórcio ou da falsa fronteira entre a escrita e a oralidade, preferindo compará-las a dois amantes que, continuando juntos, partilham a mesma casa, gerando filhos tão gémeos quanto os pais – “uma fala que escreve e uma escrita que fala”. Em jeito de homenagem às gentes que interpretam os traços identitários do Outro através da dança, Mia Couto diz-nos que escreve tão só “para devolver a dança à palavra escrita. E é apenas isso que sucede no poema que invento: dou ancas às consoantes, devolvo seios às vogais e, enfim, deixo tombar no chão da página as solenes vestes do alfabeto”.

Germano Almeida lembra, no seu texto “Literatura Oral e Tradicional”, os tempos da sua infância, onde a ausência de luz elétrica e de televisão foram propícios às relações de vizinhança, ao contar de estórias e ao cimentar da tradição oral. O escritor cabo-verdiano recorda que existe um importante reportório dessas histórias, coligidas nos diferentes tipos de Crioulo em que foram contadas (entre 1875 e 1941). Destaca a importância da literatura oral de índole religiosa e pagã, que mergulha as suas origens na longínqua, mas permanente, miscigenação entre a população branca e negra de Cabo Verde. Oralidade que, segundo o autor, apesar de abundante, pouco influenciou a literatura escrita, devido a um carácter acentuadamente de “afirmação

igualitária do ilhéu dentro do mundo português, ainda que alguns escritores se tenham servido dela para denunciar situações de injustiça e atropelos da lei e abusos do poder”. Germano Almeida defende a valorização e preservação da memória, tradicionalmente transmitida pela literatura Oral, terminando com uma citação do professor Eduardo Lourenço: “perder a memória do passado, é para o presente, falhar o futuro”.

No 4º Capítulo, o leitor encontra textos apresentados e relacionados com a **sessão de homenagem ao filósofo Eduardo Lourenço** que a UCCLA organizou, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRGN), no âmbito do Ano de Portugal no Brasil, com o apoio do Cônsul Honorário de Portugal em Natal, Francisco Lamy.

A apresentação do pensamento do filósofo Eduardo Lourenço aos estudantes da UFRGN, realizada pelo Coordenador Cultural da UCCLA, é o primeiro texto deste capítulo. Nele se destaca a importância da obra de Eduardo Lourenço para refletir sobre a identidade do Povo Português, os seus mitos e desilusões, as suas relações com a Europa e a Lusofonia no mundo atual. O texto inclui, igualmente, uma seleção de opiniões de um leque variado de escritores e pensadores lusófonos sobre a importância da obra de Eduardo Lourenço.

O segundo texto, “Mitologia brasileira”, de **Eduardo Lourenço**, foi lido por José Carlos de Vasconcelos. Neste texto o filósofo parte da constatação da matriz grega e judaica de um Ocidente que “tomava consciência de si como centro do mundo ... como sujeito de um tempo universal”, para “se relativizar e se problematizar como nunca o fizera”. A chegada ao continente americano, ao “Novo Mundo”, veio questionar o “Velho Mundo” e “problematizar todo o passado humano até então conhecido”. Eduardo Lourenço reflete sobre as amplas consequências para o Ocidente da integração do desconhecido “mundo novo” no tempo e na história do conhecido “velho mundo”, nomeadamente, na modificação da própria percepção do tempo. A Europa cristã assiste à “redescoberta do seu próprio passado pré-cristão, como objeto de fascínio estético e de inspiração ética e metafísica”. Maravilhada com a natureza paradisíaca do Brasil, a Europa cristã associou-o espontaneamente à imagem do seu Éden bíblico. Eduardo Lourenço conclui, quanto à contemporaneidade, que o Brasil “Chegou (a) o tempo do seu fabuloso destino”, a “assunção do seu futuro como já presente”.

Em “Pessoa, o acendedor de almas”, a escritora **Inês Pedrosa** reflete sobre a importância do poeta e, depois de viajar por alguns dos mais conhecidos heterónimos, lembra que a originalidade de Fernando Pessoa nasce de uma “compreensão

extraordinariamente precoce da brecha existente entre ação e vida”. “Todavia, a excepcionalidade da sua obra advém precisamente dessa inquietude”. Para destacar a singularidade de Pessoa, Inês Pedrosa cita Vergílio Ferreira “A felicidade não está no que acontece, mas no que acontece em nós desse acontecer”. Para esta autora, “O génio de Pessoa consistiu em viajar até ao fundo do ser através dos textos”, concluindo que Pessoa foi “Um vendaval de beleza e conhecimento”, que “fez milhares de coisas, que eram todas a mesma: o texto contínuo, aberto, explosivo, da existência humana”.

O poeta **José Carlos de Vasconcelos** encerra este último capítulo com o texto “Lusofonia: uma palavra nova, uma realidade em construção”. O autor analisa o surgimento da palavra «Lusofonia» e os diferentes sentidos deste conceito, destacando a pertinência da criação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), e recorda Eduardo Lourenço como um dos grandes pensadores que refletiram sobre a Lusofonia. José Carlos de Vasconcelos defende que a Lusofonia deverá ser encarada, essencialmente, como uma comunidade com uma língua e patrimónios comuns, constituída pela riqueza da diversidade de culturas, afetos e interesses partilhados e termina recordando “Gerar Futuro e não gerir saudade – foi a bela consigna de Mia Couto para a CPLP e que se deve estender a toda a Lusofonia”. Lembra também a expressão do Padre António Vieira – “Nós somos o Mundo que fazemos”, para demonstrar o interesse em defender a “criação, com todas as consequências, do estatuto de Cidadão Lusófono”.

Rui d'Ávila Lourido, Coordenador Cultural da UCCLA e do III EELP, em Natal

1.º CAPÍTULO LITERATURA INFANTOJUVENIL

1. ISABEL ALÇADA e ANA MARIA MAGALHÃES | **Que ninguém escape à leitura**
2. LEOPOLDO AMADO | **A criança na literatura guineense: percursos, problemas e desafios**
3. ANA PESSOA | **História de um livro juvenil**



III ENCONTRO DE ESCRITORES
DE LÍNGUA PORTUGUESA DE NATAL

Conferencistas do 1º tema,
LITERATURA INFANTOJUVENIL

EM CIMA:

*Da esquerda para a direita, Ana Pessoa,
Ana Maria Magalhães, Isabel Alçada, Juliano Freire de Sousa,
moderador, Leopoldo Amado e Júnior Dalberto*

EM BAIXO:

*Conferencistas (da esquerda para a direita, de cima para baixo)
Ana Maria Magalhães, Isabel Alçada, Leopoldo Amado, Ana Pessoa*

QUE NINGUÉM ESCAPE À LEITURA

ISABEL ALÇADA e ANA MARIA MAGALHÃES

Somos ambas pessoas com os pés assentes no presente e a olhar para o futuro. E isto tanto na vida pessoal – até porque temos netos de várias idades e para os acompanhar temos de encarar o mundo como ele é hoje – como na vida profissional. Desde o primeiro livro que nos assumimos como profissionais da escrita, mantendo a nossa atividade como professoras e colaborando em vários momentos com o Ministério da Educação. Ora, quem trabalha em educação tem de manter os pés bem assentes na terra.

Regularmente surgem correntes de nostalgia apoiadas na ideia de que “antigamente é que era bom; que pena não podermos voltar atrás” ou até “vamos fazer um esforço para voltar atrás”. E às vezes as pessoas deixam-se embalar por essa ideia, totalmente irrealista. Só é possível avançar em qualquer domínio conhecendo a época em que se vive e agindo em conformidade. Nas questões relacionadas com a literatura infantil e juvenil há correntes passadistas que defendem o eterno retorno aos clássicos e à tradição, considerando menor o que se escreve no nosso tempo. Naturalmente, nada obsta e é até desejável que livros que fizeram as delícias de gerações anteriores sejam postos à disposição das crianças de agora mas, na verdade, são poucas as que se sentem atraídas e leem com gosto esses livros. Os motivos são vários: linguagem anacrónica, questões e situações que já não fazem qualquer sentido por pertencerem a um tempo passado e, em certos casos, irreconhecível para jovens leitores de hoje.

Estreámo-nos como autoras de livros infantojuvenis há 30 anos e o nosso objetivo fulcral foi desde logo escrever histórias que as crianças pudessem ler por prazer. Os temas que escolhemos, o estilo que adotámos, o ritmo que imprimimos à narrativa, a linguagem – tudo subordinámos a essa intenção. Na altura éramos jovens professoras, empenhadas em formar bons alunos e bons leitores, e a escrita deu outra dimensão ao nosso trabalho.

Por pura intuição, sabíamos que aquilo a que hoje se chama literacia bem como a aquisição de hábitos de leitura dependiam do mesmo factor, tinham a mesma raiz: o prazer de ler, ler por prazer. Mas tivemos que lutar contra muitos preconceitos passadistas e também havia muitos líderes de opinião agarrados aos livros que os tinham deslumbrado na infância, uma infância já bem distante, recusando-se a aceitar que o mundo mudara.

De forma persistente e determinada definimos a nossa linha, traçámos um rumo, defendemos as nossas ideias em debates acesos sem nunca nos desviarmos da rota e, também, sem esquecer que o tempo ia passando e que era necessário questionar e ajustar o nosso trabalho de acordo com a evolução.

Afinal, a pouco e pouco, estudos internacionais confirmaram a nossa intuição – a raiz da literacia e dos hábitos de leitura está no prazer de ler.

Ler por obrigação, ler sem gosto, afasta as crianças da palavra escrita, em certos casos cria aversão, compromete o sucesso escolar porque a leitura é de facto a base da aprendizagem escolar.

Uma análise dos factores que explicam o desenvolvimento da literacia, que toma como base os resultados de um apreciável conjunto de estudos científicos realizados nas últimas décadas em vários países e publicado em 2012 pelo Departamento de Educação do Reino Unido, além de confirmar as ideias que sempre defendemos, vai ainda mais além. Demonstra que “ler por prazer é mais importante no sucesso educativo das crianças do que o estatuto sócio-económico das suas famílias”. Que “ler por prazer tem um impacto positivo no comportamento emocional e social dos alunos” e que é o factor que melhor prediz o sucesso escolar.

Gosta de ler quem pode escolher

Depois do que acabámos de expor, poderemos ter causado a impressão de que estamos convencidas que sabemos quais os livros que agradam a todas as crianças. Mas não só não temos essa pretensão, que aliás seria de grande arrogância, como

não é possível indicar um só título de aceitação universal porque esse título não existe nem para crianças, nem para jovens, nem para adultos.

As pessoas são todas diferentes e aí reside a grande riqueza da humanidade. Sentem-se atraídas por temas diferentes, são sensíveis a questões diversas, o processo que desencadeia empatias e antipatias com as personagens dos livros é semelhante ao processo que gera simpatias e antipatias com as pessoas reais. E se há quem se deslumbre com um determinado tipo de linguagem, para outros essa mesma linguagem pode ser uma maçadoria medonha e um dos motivos de rejeição do livro. Assim sendo, quando a intenção é promover o gosto pela leitura, a única hipótese de ser bem sucedido é pôr à disposição dos visados uma grande diversidade de livros, contos, poesia, teatro, narrativas, diários, obras de divulgação científica, etc., livros pequenos e grandes, amplamente ilustrados ou sem ilustrações, reedições de obras de outros tempos mais ou menos adaptadas e obras atuais, com muito ou pouco texto, de muitos e variados autores nacionais e estrangeiros, para que cada um possa descobrir qual deles lhe abre a porta mágica que dá acesso ao mundo maravilhoso da leitura ou se preferirem qual deles funciona como um primeiro degrau da escadaria que o conduzirá como leitor a diferentes patamares.

Leitura exige liberdade. E a escrita também. Quando dissemos que procurámos acertar o passo com o tempo em que vivemos e com conhecimento do público a que nos dirigimos por sermos professoras, nem por isso deixámos de escrever histórias que nos agradam, que temos prazer em escrever. E o mesmo se passa com todos os autores – escrevem o que lhes ocorre e lhes agrada, da maneira que lhes agrada e lhes ocorre, tendo em conta ou não os leitores a quem se dirigem. Ou seja, os escritores são livres de escrever o que querem. E os leitores de escolher o que querem ler.

Abrimos aqui um parêntesis para referir a tão debatida questão das leituras obrigatórias na escola. Na nossa opinião, só faz sentido haver livros obrigatórios nas aulas de literatura – pois há determinadas obras que, sendo pilares de uma cultura, devem ser estudadas quer os alunos as apreciem ou não – conforme acontece em todas as outras disciplinas – há conteúdos que uns gostam e outros não gostam, mas que têm de ser estudados.

Quanto às aulas de Língua portuguesa, que atualmente em Portugal incluem sempre atividades destinadas a formar leitores, impor um título ou um conjunto restrito de títulos a todos os alunos que, necessariamente, são diferentes uns dos outros, tem resultados contraproducentes. Experiências do género levadas a cabo em algumas escolas portuguesas já demonstraram que assim é, pois se houve alguns grupos a aderir, houve muitos outros que se tornaram avessos à leitura.

Nas últimas décadas em Portugal o panorama da literatura infantojuvenil alterou-se completamente. Todos os meses são publicados muitos títulos de autores portugueses, de autores de língua portuguesa, e traduções de autores estrangeiros e de todos os géneros possíveis. As famílias, as crianças, os jovens, as escolas têm um leque de milhares de títulos à disposição.

Passamos então a apresentar a linha que escolhemos para o nosso trabalho. Neste momento já temos várias coleções e livros para várias idades, sobretudo narrativas e ficção histórica.

Começámos pela coleção *Uma Aventura*, porque gostamos de histórias com ação e mistério, sabemos que agradam a muitos leitores da idade a que se destinam e que estimulam a estruturação do pensamento lógico. A coleção tem já 54 títulos, a maioria com cenário português mas alguns no estrangeiro: Espanha, França, Cabo Verde, Egito, Macau, Deserto do Sara, Escócia, Amazónia, Tailândia. Esses foram escritos para despertar a curiosidade dos leitores por outros locais, outras culturas. Estes livros foram tão bem recebidos pelo público que têm sido sucessivamente reeditados.

Escrevemos também histórias tradicionais dos oito países que falam português, histórias e lendas da Europa, da América e de África – nas quais incluímos informações sobre os países e regiões em que as histórias surgiram. E ficção histórica – a coleção *Viagens no Tempo*, que já conta com 16 títulos e em que procuramos proporcionar ao leitor um mergulho noutra época – da História de Portugal ou da História Universal, como é o caso de o último volume da coleção, *Em Roma sê romano*.

À medida que fomos tendo netos a quem contar histórias, escrevemos livros para crianças pequenas – como a Bruxa Cartuxa, pura fantasia em todo o caso com mensagens educativas subjacentes sobre a conservação da Natureza e histórias de animais que também incluem mensagens de solidariedade.

Que ninguém escape à leitura

Um pouco por todo o mundo se têm tomado iniciativas para que ninguém escape à leitura.

Em Portugal salientaremos duas:

A Rede de Bibliotecas Escolares, lançada há 16 anos, que permitiu um acesso fácil de todas as crianças e jovens aos livros, revistas, jornais e também aos recursos digitais que entretanto surgiram e se tornaram indispensáveis.

O Plano Nacional de Leitura, lançado em 2006, que criou uma nova dinâmica propondo leitura diária de livros na sala de aula, oferecendo formação e apoio aos professores, disponibilizando listas de obras aconselhadas para cada ano de escolaridade, com vários graus de dificuldade e para vários tipos de projetos. Disponibilizando também vários sites com informações sobre atividades, estudos sobre leitura e divulgando também projetos interessantes levados a cabo por escolas, bibliotecas, outras instituições como os centros de saúde. Para terminar, referimos um exemplo de oferta do Plano Nacional de Leitura a que se chamou – “Biblioteca de Livros Digitais” (consultar o respetivo site <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/bibliotecadigital/>).

A CRIANÇA NA LITERATURA GUINEENSE: Percursos, Problemas e Desafios

LEOPOLDO AMADO

Historicamente, sempre abundaram, no atual território da Guiné-Bissau, diversas formas manifestações culturais ligadas à criança. Podemos mesmo remontar a *Crónicas dos feitos da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara, escrito ainda no século XV (1453), onde já podia deduzir-se, desde essa altura, um certo esforço de registo, embora ainda de uma forma bastante incipiente e preconceituosa, das diversas manifestações culturais ligadas à criança guineense.

Na mesma linha, aliás, podemos aqui justamente elencar também uma série de outras obras históricas, produzidas subsequentemente e que, aqui e acolá, igualmente procuraram, de algum modo, aflorar a problemática¹, secundando-lhes, sempre no mesmo sentido, alguns autores estrangeiros e ainda, a título de exemplo, o cónego Marcelino Marques de Barros, um guineense pioneiro nessas lides e que, influenciado pelos estudos do francês Emmanuel Bertrand-Bocandé, ainda no último quartel do século XIX, entregou-se à tarefa de

fixação escrita de imensos contos guineenses, nomeadamente, no *Almanaque de Lembranças*, ainda hoje, de extrema valia².

Disso, aliás, deram conta os primeiros africanistas e estudiosos e/ou literatos-coloniais da Guiné que, no primeiro quartel do século XX, deixaram os primeiros registos culturais, seja por via de inspiração literária na temática da criança guineense, seja pela fixação escrita de algumas peças (poucas) do imenso imaginário guineense relativo à criança, designadamente, contos, fabulários, provérbios e adivinhas. Os primeiros registos deste tipo datam da década de 20 do século XX, quando Maria Archer tornou público o seu poema “Desejo Mórvido” e mais alguns outros contos tradicionais fixados em escrita, seguindo-se-lhe mais tarde Fernanda de Castro, com a publicação, em 1917, do seu *best-seller*, *Mariazinha em África*, marcando assim estas publicações o que se convencionou chamar-se de Literatura Colonial.

De facto, a Literatura Colonial Guineense, sob o impulso da ascendente Literatura Colonial francesa e inglesa e, no afã de retratar o deslumbramento do exotismo guineense e a redescoberta dos africanos, obviamente, no estrito limite ideográfico que a mundividência colonial permitia, acabou por se revelar decisiva, talvez involuntariamente, na tarefa de divulgação da grandeza e da riqueza das manifestações culturais tradicionais guineenses, nomeadamente as atinentes à criança, conferindo-lhe, aliás, alguma dimensão e estatuto próprios, sobretudo a partir dos anos 20 do século XX.

Mais recentemente, refira-se que a Literatura da Guiné-Bissau, pelo menos a que se publicou até há uns 20 anos, era amiúde apodada de “espaço vazio”, seja por razões que se prendiam com a precariedade estética de textos escritos – sintomaticamente, marcados por um certo exclusivismo temático revolucionário (o que não é de toda verdade, convenhamos) – seja por motivos atinentes à sua fraca quantidade e divulgação.

Porém, ao estabelecer, para o caso guineense, uma linha divisória entre o que se chamou de literatura popular e de literatura culta, o saudoso Manuel Ferreira, proeminente estudioso das literaturas africanas de língua portuguesa, reconhecia a imensidão e a riqueza das tradições culturais guineenses, ainda que implicitamente, situando-a muito próxima do que comumente se denomina hoje por oratura ou oralitura.

¹ Veja-se, entre outros, os autores portugueses da época, designadamente, Diogo Gomes (1466-1482), Luís Cadamosto e Pedro de Sintra (1462), Valentim Fernandes (1506-1510), Duarte Pacheco Pereira (1502-1521), André Alvares de Almada (1594), Fernão Guerreiro (1600-1609) André de Faro (1603-1666), Manuel Alvares (1616), André Donelha (1625), Diogo de Kopke (1851), Francisco de Lemos Coelho (1669 e 1684).

² De autoria de Marcelino Marques de Barros, “Lubu ku garsa” (a hiena e a garça) foi a primeira fábula crioula a ser publicada, no caso, no folheto *A fraternidade, Guiné a Cabo Verde*, em 1883, que divulgou também “Storia d’un fiju starbaganti”, na *Revista lusitana* (vol. 5, p. 284-289, 1897/1899), em edição bilingue guineense-cabo-verdiana, e “Tris golós” (os três gulosos), também na *Revista lusitana* (vol. 10, p. 307-310, 1908).

Como quer que seja, os inquestionáveis avanços registados na literatura hodierna da Guiné-Bissau, para além de já não permitirem a veleidade de sua classificação como um “espaço vazio”, permitem-nos, outrossim, descortinar o carácter assaz subsidiário, senão mesmo híbrido, da sua literatura chamada culta ou erudita relativamente à denominada oratura ou popular. Aliás, a osmose existente entre um e outro campo é tal que facilmente se identificam as zonas de intersecção em que, porventura, apenas estudos rigorosos decantariam a proveniência cultural das partes, em si mesmo já embrincadas uma na outra.

É disso ilustrativo, aliás, a existência na atual literatura da Guiné-Bissau, mesmo a escrita em português, de constantes empréstimos ao crioulo e às línguas étnicas ou ainda o caso, de resto comum, de poemas eruditos que foram posteriormente musicados e/ou, inversamente, de letras de músicas que vieram a tornar-se referências literárias de vulto, depois de traduzidos e publicados.

Assim, relativamente à tendência, cada vez mais prolífica, da produção literária em crioulo – tendência essa que se acentuou ultimamente no panorama literário guineense – e a que não é certamente alheia a osmose referida –, ressalta, nítido, o facto de, sobretudo em matéria de poesia, essa produção se situar, tanto em termos estilísticos como estéticos ou ainda temáticos, entre o que se convencionou denominar-se de oratura e literatura, na justa medida em que ambas reportam-se, em termos de pertença, a um e outro mundo, para além de se afigurarem como prenúncios de emergência de uma novíssima literatura guineense baseada, já não apenas na multifacetada riqueza das tradições culturais ou populares, mas também na apropriação do que se poderia a justo título denominar Cultura guineense, *tout court*.³ É o caso, a título ilustrativo, deste poema/letra musical da autoria de José Carlos, que aqui não me coíbo de citar:

Do que chora a criança
(versão portuguesa)

“Do que chora a criança?/É dor no seu corpo/Do que chora a criança?/É sangue que cansou de ver/Um pássaro grande chegou/Com ovos de fogo/O Pássaro grande veio/Com os ovos da morte/Caçadores desconhecidos/

³ Veja-se o estudo “Língua, Literatura e Cultura na Guiné-Bissau”, *Revista PAPIA* n.º 20, 2010, Hisildo Honório do Couto e Filomena Embaló, também disponível em <http://abecs.net/ojs/index.php/papia/article/viewFile/341/362>, acedido a 12.10.2012.

Enganados, metralharam a tabanca/Caçadores, pretos como nós/Enganados, metralharam a bolanha/Queimou-se o mato/Queimaram-se as casas/E perdeu-se a dor em nossas almas”.

É neste contexto que esta tendência ideográfica que, de resto, já se vinha gizando timidamente, desde o período colonial tardio, que curiosamente começa, aqui e acolá, a manifestar-se. Inicialmente, de forma ainda algo frouxa e esparsa, sobretudo com a publicação de conhecidas obras clássicas da literatura guineense que privilegiavam um certo teor pseudorrevolucionário, de exaltação da independência, em contraposição e em antítese à mundividência colonial, para além, outro tanto, de uma apologia do regresso às fontes de inspiração genuinamente africanas⁴.

Assim, apesar do carácter transversal da “Criança” na literatura guineense, é neste último período que se vai assistir a um renovado interesse pela temática. Com efeito, na década de 80 do século passado, os irmãos Manuel e Fernando Júlio, conhecidos cartoonistas guineenses, fizeram justamente jus a este afã temático, associando-se igualmente a eles os cartoonistas Humberto Gonçalo e Malamba Sissé. Mas são sobretudo os irmãos Manuel e Fernando Júlio os que mais se destacam na publicação de bandas desenhadas que, pela aguda sátira e ironia que deixaram transparecer, acabaram por desempenhar um importante papel de crítica social. Aqui destacamos, apenas para ilustrar o quanto se disse, parte do manancial dado à estampa pelos irmãos Manuel e Fernando Júlio, nomeadamente, datando-se todos eles entre a década de 80 e de 90 do século XX: *Ntori Palam; Tris N’ Kurbadus; Cansera de mininus ta rapati si nô djunta mon*; *Lubu Ku Karnel; Storia de Dus Badjuda; Mingom Bico* (1989); *Luto na Polón e Panha ku mon* (1999).

É, também, desde essa altura, que a temática “criança” começa a dar os primeiros passos, tanto mais que a expressão-título “Meninos da Hora de Pindjiguiti” que encimou o Prefácio ao *Mantinhas para quem Luta* (1977), da lavra de Tony Tcheka, mas da autoria de Mário de Andrade, é demonstrativo disso mesmo. Demonstrativa é, igualmente, a associação de um acontecimento simbólico da luta de libertação (“Pindjiguiti”) a uma das máximas mais populares de Amílcar Cabral, segundo a qual “As crianças são as flores da nossa luta e a razão principal do nosso combate”.

⁴ Vejam-se os livros *Mantinhas para quem Luta* (1977); *Momentos Primeiros da Reconstrução* (1978); *Os Continuadores da Revolução e a Recordação de um passado recente* (1978) e *Antologia Poética da Guiné-Bissau* (1992).

De facto, a temática da criança passou a ser, para além de transversal, também omnipresente. Foi-o no período colonial (através da denominada literatura de viagens que, grosso modo, compreende os séculos XV ao XIX), é-o no na incipiente Literatura Colonial que praticamente nasceu na transição do século XIX, vindo apenas a consolidar-se no século XX, depois da implantação do colonialismo moderno (guerras de “pacificação” secundadas pela implantação da administração colonial).

É, efetivamente, neste último período embrionário que a literatura guineense teria sido (foi) fortemente condicionada por um certo exclusivismo revolucionário, para além, obviamente, de também o ser no período subsequente, ou seja, a fase em que, por força de uma estruturante transfiguração positiva, passou nela a ser visível uma notória tendência no sentido de uma maior desenvoltura estética, os quais, por seu turno, favorecem enormemente a incorporação de novos motivos de inspiração e ainda a emergência de abordagens literárias mais axiológicas e mais condizentes com os cânones universais de expressão literária-cultural.

Assim, antes do dealbar da década de 80 para 90 do século XX – período em que se verifica o *boom* da temática da criança na literatura guineense –, foi o poeta Pascoal D’Artagnam quem contribuiu, marcadamente, com um lirismo que roça as raízes do telúrico, e através da publicação de vários poemas avulsos, reunidos mais tarde, sob o título *Amor e Esperança* (1990), para que se conferisse alguma visibilidade à tendência de abordagem poética da criança, aliás, já antes, convenhamos, em processo ou em fase de adiantada gestação no panorama literário guineense.

Assim, a consolidação dessa tendência dá-se quando, já em plena década de 90, a UNAE (União Nacional de Artistas e Escritores) e a UNICEF abalançam-se numa iniciativa conjunta que dá à estampa uma obra poética exclusivamente dedicada à criança. Refiro-me ao *Eco do Pranto*, livro publicado em 1992, por sinal por nós prefaciado e no qual pontuaram, na sua quase totalidade, a fina-flor dos poetas guineenses, a saber: Tony Tcheka (o organizador da coletânea), Vasco Cabral, Agnelo Regala, Jorge Cabral, Conduto de Pina, Hélder Proença, Felix Sigá, Mariana Ribeiro e Pascoal D’Artagnam.

Na verdade, a aparição do *Eco do Pranto* revelou-nos uma poesia da Guiné-Bissau em franca expansão estético-literária, sem dúvida, fruto já de uma maior maturidade dos seus autores que, ao montante de todo o processo de gestação literária nacional, revelar-se-iam sabedores da necessidade da incorporação e assunção cultural de substantivas mudanças de que a sua produção poética, de resto, acabou por ser um reflexo. Cremos mesmo não exagerar ao asseverar que *Eco do Pranto* condensa o que

de melhor se publicou sobre a temática da criança na Guiné-Bissau, não apenas por se tratar de uma obra exclusivamente dedicada à criança, já o referimos, mas pela qualidade estético-literária e a diversidade ontológica-temática que encerra o seu conteúdo.

Efetivamente, a pungência da situação social da criança na Guiné-Bissau afigurou-se paradoxalmente propícia ao desencadeamento, na poesia, de uma correspondente narrativa igualmente dramática, pungente e, não raras vezes, trágica mesmo, pois, neste exercício, os fruidores da poesia (primeiro, o autor e, depois, o leitor) endossam, por assim dizer, o assunto à consciência universal da Humanidade. Aliás, no prefácio que escrevemos nesta coletânea, sublinhamos a circunstância de os poemas dos autores que participam desta obra “oferecerem uma das provas mais acabadas da ineludível necessidade de se ter em conta os vários factores que se consubstanciam na multimoda realidade que é sempre o texto poético, se quisermos apreender a complexa gama de valores sociais e culturais que comporta, e, se quisermos ainda que se desenvolva segundo critérios estéticos profícuos, em ordem à determinação, tanto quanto possível, do seu grau de literariedade”.

Ainda nesse Prefácio ao *Eco do Pranto* escrevemos, e vale a pena aqui recordar que na poesia dedicada à temática da criança, “(...) a metamorfose – a transposição do real para o poético – se operou graças à capacidade de poetizar”, pelo que sugiro, novamente, uma incursão por alguns trechos de poemas constantes da coletânea, a exemplo de um Agnelo Regala que, referindo-se à situação da criança exposta às vicissitudes da guerra, escreveu: “(..) Vi a criança/Dobrar-se inocente/Sob o peso da bomba/Vi o átomo/ Despregar-se em morte (...)”. Ou ainda, o desabafo poético, pungente, de Jorge Cabral, dizendo: “(..) És canção/e harmonia perdida/no desencanto/deste universo (...)” ou a perspetiva poética, assaz trágica, de Tony Tcheka, ao referir-se ao abandono social e ao infortúnio da criança, quando escreve: “(..) Não tem berço/ já sobreviveu um terço/ da vida que não tem (...)” ou ainda, num outro poema do mesmo autor, referindo-se igualmente à situação social da criança, ao dizer: “(..) Sou uma criança pobre/de uma rua sem nome/ de um bairro escuro/ de covas fundas (...) /Uma cara operária (...)”.

Para fecharmos este texto – a comunicação já vai longa –, apenas gostaríamos de rematar dizendo que a temática da criança, na literatura guineense, sofreu ultimamente uma nova e positiva transfiguração. Desde algum tempo a esta parte, passou a ser também preocupação de alguns cultores da prosa. De resto, esta tendência, que já vinha também gizada por autores como o Abdulai Silá e pela Domingas Samy, foi-se agora acentuando ultimamente com o surgimento de novos



talentos que se vão revelando, seja na novíssima e emergente poética guineense, escrita essencialmente em crioulo, seja através de narrativas diversas, em prosa, que vão sendo dados à estampa, quer no país, quer na diáspora.

Em suma, a criança deixou apenas de figurar na literatura guineense contemporânea como mais um elemento cénico, a par do clima, do universo animal, da vegetação, para ascender ao estatuto de temática privilegiada e objeto de abordagem em forma de prosa, figurando assim de modo especial, transversal e omnipresente, quer a novelas, em peças de teatro, em ensaios literários e/ou romances, acompanhando também o momento marcante em que o panorama literário guineense deixou apenas de se expressar através da poesia para também passar a manifestar-se através de uma prosa multimoda e tematicamente diversificada.

Por fim, é digno de registo e de júbilo o facto, inquestionável, de que a temática da criança, no âmbito da literatura da Guiné-Bissau, quer na poesia como na prosa, afigura-se-nos hoje, em geral, como o campo temático onde se registou uma maior e melhor desenvoltura estético-literária, contribuindo esta realidade não apenas para a melhoria da situação geral das crianças na Guiné-Bissau, mas também para um maior conhecimento qualitativo da literatura guineense, tanto no país, como no além-fronteiras.

HISTÓRIA DE UM LIVRO JUVENIL

ANA PESSOA

Publicuei este ano o meu primeiro livro. Chama-se *O Caderno Vermelho da Rapariga Karateca* e venceu, em Portugal, o Prémio Branquinho da Fonseca na modalidade de literatura juvenil. O prémio é atribuído pela Fundação Calouste Gulbenkian e pelo jornal Expresso a textos infantojuvenis de jovens escritores e contempla a publicação das obras premiadas. O livro está nas livrarias desde Junho de 2012, mas eu não o vejo nas livrarias, porque eu não vivo em Portugal, vivo em Bruxelas. Tenho lido, porém, o que tem saído na imprensa e parece-me que *O Caderno Vermelho da Rapariga Karateca* está a ser bem recebido pelos primeiros leitores. No entanto, alguns deles já me perguntaram: “E quando pensa escrever algo mais a sério?” Eu não sei o que responder a esta pergunta.

A protagonista do Caderno Vermelho é uma rapariga de 14 anos que faz Karaté duas vezes por semana e estuda num colégio católico. Diz de si própria: “Eu não sou uma menina, sou karateca: o meu maior sonho é ser cinturão negro e ganhar os campeonatos todos de Karaté”. Escreve num caderno vermelho as suas observações sobre o mundo, questiona-se sobre o amor, sobre o método científico, sobre a presença de Deus na sua vida, sobre os amigos e a família. Consulta o dicionário para resolver os seus problemas com as palavras, escreve sobre o Raul, sobre as aulas de karaté, sobre a linguagem e a escrita e também sobre personagens que ela própria inventa, como uma bruxa má que quer aprender a ser boa e uma mosca que não

sabe quem é. O seu caderno vermelho, diz-nos, não é um diário, porque a rapariga karateca não tem tempo para escrever todos os dias. Nas suas palavras: “Para registar observações e experiências pessoais todo o santo dia, deixaria de fazer Karaté e de ir ao *shopping* com as minhas amigas. Isso significaria deixar de ter observações e experiências pessoais para contar. (Os escritores devem ser, no mínimo, as pessoas mais secantes do mundo.)”

O Prémio Branquinho da Fonseca foi muito importante para mim, em primeiro lugar, porque me fez perceber que *O Caderno Vermelho da Rapariga Karateca* podia fazer sentido para outros leitores além de mim e, em segundo lugar, porque veio, de certa forma, confirmar que eu tinha efetivamente escrito um livro juvenil. Essa era, pelo menos, a opinião do júri.

No entanto, eu continuo sem ter a certeza se escrevi um livro juvenil. Penso que um livro só passa a ser juvenil quando os mais jovens o leem e eu ainda não sei se os adolescentes estão a ler *O Caderno Vermelho da Rapariga Karateca*. Na apresentação do livro em Bruxelas, uma senhora disse-me que a sua filha Matilde, esmerada leitora de 10 anos, tinha odiado a karateca e se recusava a ler o livro. Este foi o primeiro *feedback* de um jovem leitor. Além disso, a única carta que recebi de um leitor foi escrita por uma avó que tinha comprado o Caderno Vermelho para oferecer à neta e acabou por lê-lo.

Eu pergunto-me aliás quem serão os verdadeiros leitores de literatura juvenil hoje em dia. Os jovens de hoje amadurecem cada vez mais tarde, são jovens até aos 40 anos e todos nós conhecemos pessoas que nunca chegaram a crescer. Até que ponto os leitores de literatura juvenil não serão, em parte, adultos mascarados de adolescentes? Há cada vez mais adultos a ler literatura juvenil, há cada vez mais autores de literatura juvenil a escrever livros que se dirigem tanto aos jovens, como aos adultos. No mundo anglo-saxónico, estes livros mistos são apelidados *crossover books*, livros de cruzamento, que atravessam vários públicos. Estaremos nós perante uma nova literatura juvenil? Uma literatura juvenil para adultos? Nesse caso, será a literatura juvenil para adultos diferente da literatura juvenil para adolescentes?

Eu penso que sim. O texto pode até ser o mesmo, mas a leitura que um e outro leitor farão será forçosamente diferente. Eu estou interessada neste tipo de textos literários, que convoquem o leitor para uma leitura individualizada, que o chamem a participar na interpretação do texto.

Nunca sonhei que um dia escreveria um livro para o público juvenil, porque nunca pensei que seria capaz de o fazer. Por outras palavras, eu queria escrever para o público juvenil, mas não com todas as minhas forças. Eu queria só um bocadinho.

Na escrita, sempre quis só um bocadinho. Tinha muito medo de ir mais longe, não tinha a certeza de nada. Escrevia um pequeno texto e, no dia seguinte, deitava-o fora. Acabava outro texto e logo a seguir rasurava-o até à exaustão. No fundo, nunca tinha sonhado tão alto. Admirava muito os que conseguiam concluir um projeto e publicá-lo. Os escritores pareciam-me pessoas sólidas como estátuas.

Eu não sou sólida como uma estátua, sou mariquinhas, tenho dúvidas. No início, quando aprendi a escrever, tinha dificuldade em distinguir as letras. O T e o F pareciam-me iguais, por exemplo. Passava muito tempo de caneta em riste a pensar: “Onde acaba o N? Onde começa o S?”. Depois ganhei confiança e dominei o alfabeto. Hoje em dia, gosto de escrever, mas não sempre. Às vezes, sofro muito quando escrevo. Fico de caneta em riste a pensar: “Onde acaba esta história?” Eu nem sempre gostei de escrever *O Caderno Vermelho da Rapariga Karateca*, por exemplo.

Esta foi a minha primeira incursão na literatura juvenil e a conclusão a que chego não é brilhante: escrever para um público que não nos é próximo é difícil. No caso da literatura juvenil, a distância entre o autor e o leitor é bastante grande. Eu tenho coisas para dizer aos adolescentes, tenho respostas para algumas das suas perguntas, conheço bem as dificuldades desta fase da vida, os conflitos, as borbulhas, a relação com a família e com os amigos. No entanto, já não sou adolescente há muitos anos, não posso fingir que sou adolescente, não posso escrever como uma adolescente. A *mimesis* está logo à partida comprometida, a verosimilhança passa a ser um problema: o imitador sabe muito mais sobre o imitado do que ele próprio, mas não pode revelá-lo. Eu não queria escrever um livro juvenil na perspetiva de uma adulta que finge ser adolescente. Isso seria ridículo. Eu queria entrar dentro da cabeça de uma adolescente. Como encontrar o registo certo? Esta foi a primeira dificuldade.

Numa das minhas visitas a Portugal, fui à cave dos meus pais procurar os meus diários de adolescente. Encontrei alguns cadernos e trouxe-os comigo para Bruxelas. Li-os durante várias noites e descobri, não um discurso confuso e desiludido, mas sim um olhar novo e irónico sobre a vida dos adultos e os mistérios da vida. A título de exemplo, gostaria de partilhar três citações do meu diário:

“Sexta-feira, 16 de agosto de 1996 - Estive a arrancar as ervas daninhas dos canteiros. Assisti a uma coisa incrível! Vi duas moscas a acasarem. Nestes meus 14 anos, numa vida que já me parece... longa... nunca tinha visto um acasalamento de moscas ao vivo. Foi muito engraçado!”

“Sexta-feira, 7 de setembro de 1997 - Penso que os filhos emprestam a vida aos pais para que eles melhorem o mundo antes de os primeiros cá chegarem, mas infelizmente eles só complicam.”

“Sábado, 19 de dezembro de 1998 - Que raiva me dá saber que sou um ponto no Mundo, que é um planetazito no Sistema Solar, uma formiga na Via Láctea e uma bolinha (...) no Universo. Eu, que sou só eu, quero saber e, por mais que saiba, hei de morrer sem saber nada.”

Eu penso que encontrei na leitura destes diários o olhar que eu procurava, um olhar desprendido e curioso, entre o ingênuo e o cruel, que tanto acredita como questiona, que tanto recusa como aceita, que tanto se distancia como se aproxima. O mundo não era hostil, precisava de ser interpretado. O mundo estava errado, era preciso corrigi-lo. O mundo era bonito, era preciso descobri-lo. A partir deste momento, escrever *O Caderno Vermelho da Rapariga Karateca* passou a ser um exercício divertido. Crescer, afinal de contas, valia a pena. Era bom existir. Ser adolescente fazia parte de ser pessoa e, por mais que eu crescesse, seria sempre um ponto no mundo. Percebi que eu não tinha de ser uma adolescente para adotar uma perspectiva juvenil, que eu não queria escrever sobre os problemas e as angústias da adolescência, que eu não queria escrever um livro de auto-ajuda disfarçado de livro juvenil. Eu queria escrever um texto que acompanhasse o leitor, que o desafiasse, que o divertisse. Queria proporcionar uma experiência estética aos meus leitores, um texto literário que permitisse a cada um deles participar no texto com a sua própria personalidade, com a sua história.

Deste exercício nasceu a rapariga karateca, que não é uma adolescente zangada e dececionada com o mundo que se esconde no seu caderno para fugir ao mundo cruel, pelo contrário. A rapariga karateca está entusiasmada com a vida, quer acreditar nalguma coisa, anda à procura da verdade, gosta de escrever, embora diga repetidamente que “escrever é uma seca”.

O Caderno Vermelho da Rapariga Karateca não é um livro autobiográfico, mas é evidente que me baseei nas minhas experiências para o escrever. Não há nada mais intenso na nossa vida do que a nossa própria vida, a nossa própria memória. Eu, tal como a protagonista do Caderno Vermelho, fui karateca e estudei num colégio católico. Também eu tinha um irmão que era uma besta e ia com as minhas amigas ao *shopping*. No entanto, este é apenas o pano de fundo. A rapariga karateca vive a sua própria história dentro da sua própria cabeça, de acordo com a sua interpretação do mundo. Assim, as semelhanças entre mim e a rapariga karateca, não sendo pura coincidência, são apenas isso: semelhanças. *O Caderno Vermelho*, além de contar a história de uma rapariga adolescente que tem o período e se apaixonou por um rapaz, também fala sobre a força da criatividade e a magia da escrita. *O Caderno Vermelho* não conta a história da minha adolescência.

Essa história seria completamente diferente e chamar-se-ia, provavelmente, “História de como eu comecei a escrever”. Eu escrevi muito durante a minha adolescência e também li bastante. As minhas primeiras leituras foram determinantes, não só por terem sido as primeiras, mas também por terem sido boas leituras. Um bom livro juvenil é um bom livro. *O Meu Pé de Laranja Lima* é um bom livro. *Rosa Minha Irmã Rosa* é um bom livro. *O Senhor das Moscas* também.

Lembro-me que, com onze anos, escrevi um romance policial com centenas de páginas. Nesse romance, morria muita gente. Eu própria ilustrava cada um dos capítulos com grandes poças de sangue e facas afiadas. Eu escrevia um capítulo e a professora de português fotocopiava-o e distribuía-o pela turma. Os meus colegas perguntavam-me: “E agora, Ana? O que vai acontecer? Quem vai morrer? Quem é o assassino?” No início, eu dizia a verdade: não sabia quem ia morrer a seguir nem quem era o assassino. Depois percebi que os meus primeiros leitores ficavam desiludidos, sentiam-se traídos, queriam assistir à construção de um enredo complicado. Então, comecei a inventar. Nuns dias dizia uma coisa, noutros dizia outra.

Nessa época, por sugestão da professora de português, comecei a escrever um diário e, nos cinco anos seguintes, nunca parei de escrever diários. O meu diário era um rapaz. Eu sabia que ele era um rapaz, porque eu própria escrevia coisas do género: “Eu sei que tu talvez não percebas isto porque és um rapaz, mas nós, as raparigas, somos muito confusas”.

Por tudo isto, eu associo a escrita à minha adolescência. Gosto dos adolescentes, simpatizo com a sua indisciplina. Não querem arrumar os sapatos nem fazer a cama. Querem que os deixem em paz, querem ser livres. A sua rebeldia cativa-me. Penso aliás que os escritores e os aprendizes de escritor são pessoas adultas que nunca saíram da adolescência: continuam sentados dentro da sua própria cabeça, num mundo aparte. Conseguem ficar a olhar para os seus próprios pés durante muito tempo e às vezes não são amáveis nem sociáveis, amuam, fazem birras, porque estão a escrever ou porque não estão a escrever.

Sou filha de pais portugueses e cresci em Portugal, por isso quis escrever um texto em português sobre o quotidiano português. A escola, a catequese, a proximidade da família, dos professores, dos vizinhos, a vida do bairro, a presença de Deus, a ideia romântica de uma casa de pedra no cimo de um monte, os centros comerciais, a praia, as festas de aniversário, a ressurreição de Cristo, todos estes elementos pertencem ao universo português. A canção do Lobo Bobo do João Gilberto também pertence a esse universo. A música brasileira sempre foi uma

presença estranha e, ao mesmo tempo, familiar no meu dia-a-dia. Eu não sei se os adolescentes de hoje gostam do João Gilberto e das suas canções. Penso, porém, que este aspeto não é fundamental. O importante era chamar o leitor para o texto. O meu objetivo era diverti-los e divertir-me.

Eu sempre tive medo de publicar as minhas palavras. Não confiava minimamente em casas de chocolate intituladas editoras. Tinha a ideia terrível de que o escritor era vítima de maus tratos, pensava que os seus textos passavam a ser propriedade de uma alcateia de editores com gravatas e bocas muito grandes que tratariam o escritor, não pelo nome próprio, mas pelo seu número de identificação fiscal e atuariam, não no interesse do seu livro, mas em função de uma massa verde e gelatinosa chamada mercado. Pensava que o texto, uma vez nas mãos de um editor, se transformaria noutra coisa que não um texto, por efeito de uma qualquer poção mágica. Eu sempre tive medo do lobo mau e dos quarenta ladrões.

As pessoas perguntavam-me: “Quando é que vais publicar um livro?” e eu não sabia se tinha sequer vontade de publicar um pedaço da minha escrita. A verdade é que eu não tinha pressa nenhuma de publicar o que quer que fosse, temia que me roubassem as palavras, que a alcateia de editores me tirasse a voz, como a Úrsula fez à pequena sereia, que me dissesse algo do género: “A partir deste momento, tens de escrever trezentas palavras por hora”. Eu não gosto que mandem em mim.

O Caderno Vermelho da Rapariga Karateca é, hoje, um livro a sério: tem uma capa dura, um marcador de tecido no meio, uma fita azul à volta e ilustrações magníficas do Bernardo Carvalho – o ilustrador português e não o escritor brasileiro. Foi publicado pelo Planeta Tangerina, uma editora portuguesa que eu já conhecia bastante bem, e estreia a sua coleção de literatura juvenil. Quando encontrei os habitantes deste planeta percebi afinal que os editores também podiam ser pessoas bonitas e competentes e não uma alcateia de lobos com bocas grandes. A minha voz continuava no mesmo sítio e, de repente, o nascimento deste livro era, para mim, natural como o curso de um rio. O mundo não era cruel, tinha de ser interpretado. Eu sou uma adolescente mascarada de adulta.

Em Portugal, há poucos autores jovens a escrever para os adolescentes. Eu não sei por que é que isso é assim. Há muitos autores jovens em Portugal, mas todos, ou quase todos, querem cativar a atenção dos leitores mais velhos. Contudo, os autores mais novos conhecem melhor o leitor juvenil do que o leitor adulto; passaram pela adolescência há relativamente pouco tempo e ainda estão longe de saber o suficiente sobre a vida adulta para conquistarem a confiança do público mais velho. Além disso, os autores jovens são jovens que amadurecem cada vez mais tarde, também

não gostam de arrumar os sapatos nem de fazer a cama, também têm sonhos e são bem-intencionados, também andam de comboio pela Europa e acampam na praia, também namoram e tentam sobreviver num mundo que nem sempre os favorece. Os jovens autores também têm dores de crescimento.

Devia haver mais jovens autores de literatura juvenil, mais textos juvenis em língua portuguesa, mais aventuras e heróis próximos das nossas realidades. Os adolescentes merecem esse legado. São um público exigente e difícil, precisamente porque não gostam de quase nada, não querem estar com os adultos nem com as crianças, querem estar uns com os outros. Os escritores e aprendizes de escritor também são assim: gostam de estar uns com os outros em encontros de escritores como este. Gostam de partilhar os seus problemas e os seus desejos. Também não gostam de seguir regras. Querem ser livres. Fazem birras, amuam. Eu simpatizo com escritores. Ainda que eles sejam as pessoas mais secantes do mundo.



2º CAPÍTULO
**LITERATURA
E FUTEBOL**

1. ONDJAKI | **Recordações do Euro 2004,
na perspetiva do Zé da Ngonguenha**
2. JOÃO ALMEIDA MOREIRA | **Um livro e uma bola**
3. JÚLIO CONRADO | **Os enredos de futebol
não dão enredos à literatura?**



RECORDAÇÕES DO EURO 2004, na perspectiva do Zé da Ngonguenha

ONDJAKI



III ENCONTRO DE ESCRITORES
DE LÍNGUA PORTUGUESA DE NATAL

Conferencistas do 2º tema,
LITERATURA E FUTEBOL

EM CIMA:

Da esquerda para a direita, Júlio Conrado, João Almeida
Moreira, Ondjaki, Gerson de Castro, moderador,
e Roberto DaMatta

EM BAIXO:

Conferencistas
Júlio Conrado (à esquerda)
João Almeida Moreira e Ondjaki
(à direita, em cima e em baixo)

Telefonei ao meu camba Zé da Ngonguenha para saber quais as reações, nos estádios, aos jogos do campeonato europeu. Ele tem ido a quase todos os jogos, consegue bilhetes com aquela facilidade angolana que escapa a alguns e, de jogo em jogo, ele vai faturando:

– *Mô ndengue, você num fica burro. Há outro campeonato a decorrer fora das 4 linhas! Tio Colina só falou: não quero violência. O resto é lucro!*

Sim, de facto, o que se observava na televisão e se comentava, era relativo às 4 linhas do campo, às vezes um pouco, é verdade, em torno das movimentações das seleções, mas a grande atração eram os jogos e os resultados.

– *Tou ta pôr, avilo, num fica só tapado. Tem saído muito prolongamento, penalty's então já nem se fala! Este "eur" está cheio de saias!, a maior parte delas bem arejadas.*

Comecei a tomar mais atenção aos "antes" e "depoises" das partidas, à alegre confraternização dos adeptos e, principalmente, das adeptas. O Zé da Ngonguenha lá me telefonava ora do Algarve, falando de elevadas temperaturas em plena hora de *siesta*, ora do Porto, já com menos calor, numa linguagem quase militar e codificada:

– *As forças armadas tão a progredir no terreno, mô general. A coligação do Norte tombou em duas frentes. E a do Mediterrâneo vai pelo mesmo descaminho. A luta continua, a vitória é incerta!*

E a chamada caía entre gemidos e sorrisos. Não tinha sequer tempo de indagar a sua localização exata para o envio de reforços em caso de necessidade.

Assim se passavam os dias, e o meu camba Zé da Ngonguenha cada vez mais fugidio, pontuando a sua presença vocal com um ou outro telefonema furtivo e rápido.

– *Chefe, não há tempo a perder. As espanholas tão louquitas, jogar à sueca tá fácil, espremer laranja é canja, si vú parlê anglêse, nôl também parliamo; tá mesmo ndokueto very well, camisinha é no prolongamento.*

Ualalá!, pensei, já dizia o Coronel Hoffman: hoje é hoje! Mas no ultimíssimo jogo, Portugal perdeu com a Grécia. Mesmo assim, algumas ruas se encheram de uma luso euforia abrilhantada pela cerveja e embandeirada até altas horas da madrugada. Era um espécie de saudade futebolística não do que acontecera mas do que poderia ter sucedido. Lá me telefonou o Zé da Ngonguenha:

– *Mô general, viva a Lusofonia generalizada; se o mô coração hoje tá todo tuga, nem falo já do resto das partes! Nem acreditas no que te vou contar...*

– *Lança então, meu irmão. Sou todo ouvidos.*

– *Mas não contes a ninguém.*

– *Eu?* – disse, ofendido. – *Sabes que eu sou um escritor discreto.*

– *Epá, afinal as tugas de agora estão puramente...*

– *Estão puramente quê?*

– *Puramente lusas. Isto é: confôrmicas, radicais no contra-ataque. Muita canelada e ainda sopram pra passar o ardor. Muito fora-de-jogo para lá das quatro linhas; se há pontapé, a bola é falta e há que ir ao centro, deixa só...*

– *Ó rapaz – implorrei, aos gritos – fala lá um português angolano, meu.*

– *Tá querê quiê? Tou ta pôr, eu já tinha sido puramente convocado, mas logo de seguida me amarelaram.*

À mistura com gritarias do outro lado da linha, eu mal conseguia escutar o futebolista combatente. Pude distinguir, contudo, uns gritinhos femininos em tom eufórico.

– *Mas, ‘te amarelaram’ fica como então?!*

– *Levei um segundo amarelo. A bem dizer, fui expulso e tou avermelhado – ele lamentava-se.*

– *Mas tu, bléque mesmo? Avermelhado? Entraste nessa onda do luso bandeirismo?* – quis brincar.

– *Nem gozes. Eu queria entrar num livre directo mas a luso-dama, na hora da pura quê, me mandou entoar o hino!*

– *Ai, largaste um 4 de Févras?*

– *Essa foi então a maka. Ela queria o puro “heróis do mar”...*

– *E tu?*

– *Eu que já tava na grande área, lhe rematei um “marchemos combatentes angolanos...”!*

As lágrimas caíam-me dos olhos, a barriga já me doía. O meu camba tava triste do outro lado da linha, mas eu só conseguia imaginar o que não tinha visto: uma cena de sexo com um gajo a cantar o hino angolano na parte do “marchemos combatentes angolanos”. Era a prova: o meu camba tinha levado aquilo muito a sério, vieram-lhe ao de cima instintos bélicos, nacionalismos de outras combatentes.

– *Mas a maka é que a tropa continua de moral elevado!*

– *Calculo – disse eu. – E agora?*

– *Epá, mô general, as tropas portuguesas tombaram na batalha final; hoje as luso-damas estarão em greve geral de luto..., não sei se tás a ver...*

Aquele silêncio era estranho. O Zé da Ngonguenha ultimamente ligava sempre à pressa, para dar alguma dica, fazer um gracejo rápido, uma notícia brincalhosa, mas prontamente voltava à sua difícil batalha europeia. Aquela pausa reticente era suspeita. Do outro lado da linha uma dúvida arbitrária subsistia e eu não soube apitar a conversa. Até que ele concretizou:

– *Mô general, liguei só pra saber...*

– *Diz então.*

– *O mô kota, assim por acaso... Num pode largar aí uns versos do hino da Grécia?!*

UM LIVRO E UMA BOLA

JOÃO ALMEIDA MOREIRA

Agora a que lê este texto, milhões de crianças no mundo inteiro dividem-se entre a vontade de jogar futebol e a obrigação de fazer os deveres de casa. Daí ter-me passado pela cabeça adaptar o que disse um dia o lendário jornalista brasileiro Armando Nogueira – “se o Pelé não tivesse nascido gente teria nascido bola” – e propor que os livros passassem a ter a forma de uma bola, para aumentar o interesse dos estudantes, melhorar a qualidade de vida de pais e professores, enfim, para revolucionar a educação mundial.

Cinco minutos depois de nascida, a ideia morreu. Seria levar demasiado à letra a teoria de que devemos fazer do nosso objeto de estudo também o nosso objeto de lazer. A teoria é válida para “objeto” no sentido “área de investigação”, e não para “objeto” no sentido “coisa material”. Se os livros passassem a ser feitos de couro e a ter forma de bola é fácil prever os chutos para bem longe que os estudantes dariam nos manuais de álgebra — além do aumento exponencial dos célebres pontapés na gramática.

Assim sendo, o que pode de facto aumentar o interesse dos jovens de todo o mundo nos livros é acrescentar futebol (muito futebol) ao objeto – no sentido “área de investigação” – do seu estudo e deixar as formas das coisas, da bola e do livro, cada uma no seu canto. Em resumo, caros educadores, façam exercícios de matemática em torno dos remates do Cristiano Ronaldo à baliza ou ao lado, acrescentem glorio-

sas crónicas de Nelson Rodrigues sobre os clássicos Fla-Flu à cadeira de português que os resultados podem ser espantosos.

A educação e a cultura não podem, portanto, ignorar o futebol. E já não ignoram, caso contrário não se realizaria este encontro nem se escreveria este livro conjunto. Nem escritores de referência, como o uruguaio Eduardo Galeano ou o inglês Nick Hornby, por exemplo, teriam dedicado tanto da sua energia ao futebol. Mais: o futebol tem estado na grande literatura e se calhar nem um, o futebol, nem outra, a literatura, suspeitavam. Ou será que José Mourinho, herói com maus instintos, não é o Aquiles da Ilíada? Ou que Paulo Henrique Ganso, indeciso entre o seu previsível Santos e o sonho dos encantadores São Paulo e Europa, não é uma Madame Bovary de chuteiras? Num jornal recente, uma fotografia de Luiz Felipe Scolari e do seu eterno auxiliar Flávio Murtosa, tão caros a portugueses e brasileiros, evocava Dom Quixote e Sancho Pança. Milionários infelizes como o Ebenezer Scrooge de Dickens e o Cristiano Ronaldo do Real Madrid são muito frequentes nos dois mundos.

Literatura e futebol. Mas porque será que este encontro literário opta pela parte, o futebol, em vez do todo, o desporto? E logo em ano de Jogos Olímpicos, que consagrou heróis desportivos, da natação, do atletismo, da ginástica, do voleibol? Porque será então que este jogo se destaca, de entre tantos outros? Em *A Tribo do Futebol*, o sociólogo inglês Desmond Morris atribui o sucesso do futebol à relação com as atividades mais primitivas do homem, como a caça e a pesca, comparando ainda ritos de lutas ancestrais aos ritos das lutas num campo de futebol.

A verdade é que nenhum desporto inventado pelo homem – a caça e a pesca foram inventados, digamos, pela natureza – reúne tudo o que o futebol reúne. Ao ténis falta sentido de equipa. O basquetebol, o andebol e o voleibol são, como o futebol, coletivos mas não se jogam ao ar livre, faça chuva ou faça sol, e limitam o contato físico. São simuladores menos realistas da vida real.

O atletismo, que praticamos desde o *homo habilis*, é ao ar livre. Carece, porém, de bola, essa atração fatal de crianças e adultos de todo o planeta, ele próprio uma bola algures na via látea. Usain Bolt, o maior herói do atletismo atual, já reconheceu que o que queria mesmo era ser futebolista do Manchester United.

Sobra o rãguebi, primo direito do futebol: tem uma oval, espécie de bola, joga-se sem restrições climáticas e apela como poucos ao choque. Não se pode gabar, porém, da simplicidade do primo e das suas apenas 17 regras de fácil compreensão.

O futebol reúne então características únicas para o sucesso: é simples, tem bola, aceita contato físico, é coletivo e é mais aleatório do que a concorrência porque dominar uma bola com o pé será, até para um futebolista profissional, mais difícil do que dominá-la com a mão.

E ainda é democrático, ao contrário de outros desportos, nos quais a altura, o peso e a força são factores decisivos. No futebol qualquer um joga. Qualquer um? Sim, até um estrábico, com deformação da espinha, desequilíbrio na bacia, diferença de seis centímetros nas pernas, joelhos a baterem um no outro e alcoolismo congénito, como Garrincha, pode ser um craque – Garrincha, talvez o maior talento que o Brasil, país do futebol e país de Pelé, produziu, como nos conta Ruy Castro na magnífica biografia *Estrela Solitária*.

O futebol é democrático e justo. O antropólogo Roberto DaMatta explica em *A bola corre mais que os homens*, que o futebol, produto do liberalismo inglês do século XIX, é a versão idealizada das leis do mercado. São 11 contra 11, ganham os mais habilidosos, ganham os mais solidários: eis a meritocracia à flor da relva.

Mas por mais que o dinheiro corra nas veias do futebol-indústria atual, a tecnologia de ponta do jogo continua a ser, como defende Jorge Valdano, avançado campeão do mundo pela Argentina e escritor e cronista de sucesso, nada mais nada menos, do que a rua. Há universidades, faculdades, institutos mas nenhuma academia de futebol consegue fabricar jogadores como o asfalto. O saber académico explica as regras, potencia a técnica, alimenta o corpo mas não ensina a manha, o desvio, a graça que formou gente como Pelé, Maradona, Romário, Ronaldo e outros fenómenos.

“Não se faz política, literatura e futebol com bons sentimentos”, dizia o inimitável Nelson Rodrigues, a propósito dessa manha. Sobre o tema afirmou também um banal guarda-redes de um clube argelino que, no fim das contas, tudo o que sabia sobre a moral e as obrigações dos homens o devia ao futebol.

O que quis explicar este banal guarda-redes de um clube argelino, de nome Albert Camus, foi o sentido metafórico de um jogo de futebol. O futebol substitui, voltando à sociologia, a emoção que se perdeu com a evolução: hoje (salvo, felizmente, raras exceções) já não caçamos para viver, já não matamos ou morremos em duelo. Falta, sobretudo aos homens, porque aquelas funções eram predominantemente masculinas, emoção. O futebol dá-a. Domingo a domingo.

Um jogo de futebol é a vida toda em 90 minutos: é solidariedade, é egoísmo, é estética, é brutalidade, é psicologia, é social, é política, é estratégia, é má estratégia, é coragem, é medo, é heroísmo, é a falta dele, é misticismo, é crueldade, é ganhar, é perder, é comunidade, é rivalidade, é química, é física. Em suma, é literatura.

Por alguma razão, o escritor Luiz Fernando Veríssimo considerou Pelé o melhor professor de português do Brasil porque o “Rei” não usava advérbios de modo desnecessários no seu futebol: ia direto ao golo como um escritor deve ir objetivamente – perdão pelo advérbio de modo – ao ponto.

Emoção é o que se procura no futebol e na leitura. No entanto, um jogo, pensarão os que reduzem o futebol à sua dimensão desportiva, é apenas um jogo, hora e meia de luta pela bola, com raros momentos de beleza e outros, mais raros ainda, de êxtase coletivo.

Falta-lhe, defendem os advogados de acusação do futebol, as grandes dúvidas existenciais da humanidade, as questões que no fim das contas inspiraram e inspiram escritores ao longo dos séculos, dos autores da *Epopéia de Gilgamesh*, o mais antigo dos livros da história, à obra publicada hoje, amanhã ou depois de amanhã. Falta-lhe, insistem, explicar o que fazemos aqui, onde estamos, para onde vamos, o que é a vida, o que é a morte. Terão razão, diria Bill Shankly, treinador do futebol inglês nos anos 50, para quem “o futebol não é um jogo de vida ou de morte... é muito mais do que isso”.

“Mais do que isso” ao ponto de Eduardo Galeano dizer que só depois de velho, entre tantos ângulos de si mesmo, descobriu o mais profundo de todos eles: “Sou, acima de tudo, um mendigo de bom futebol, dou tudo para ver uma grande jogada”.

Nick Hornby tem uma comparação eloquente: “Apaixonei-me pelo futebol como mais tarde me apaixonei pelas mulheres, de repente, sem fazer exercício das minhas capacidades críticas, sem me pôr a pensar na dor e nos sobressaltos que a experiência traria consigo”.

José Lins do Rego defendia que amava o Flamengo como se fosse um pedaço da terra onde nasceu.

O futebol está, como a arte, como Deus, em todas as coisas porque ele é a representação de todas as coisas.

Mas onde cabem estes amores incondicionais no futebol atual? No futebol que passa na televisão de segunda-feira a domingo, movimenta milhões, gera magnatas de 20 anos, mexe com interesses escondidos e é, mais do que nunca, comércio. Bom, o futebol nasceu, como vimos, paralelo à revolução industrial no século XIX, passou pela ascensão e queda do comunismo e sobreviveu a guerras mundiais no século XX; agora adapta-se, com perdas e danos mas também benefícios, à era do capitalismo global.

O futebol é hoje, por isso, território de ensaístas, como Pascal Boniface, autor do celebrado *A Terra é redonda como uma bola*, obra onde defende que o império do futebol é mais vasto (e menos contestado) do que o império americano – o organismo que o tutela, a FIFA, tem mais membros do que a ONU, registre-se. O futebol é hoje, por isso, em dezenas de reflexões sobre o seu alcance, mais vezes referido como fenómeno, do que como jogo, desporto ou arte.

Há ainda outro lado na relação entre as letras e o futebol: o da proliferação de biografias e autobiografias, uma prática levada a exageros no Reino Unido, que faz

jogadores confessarem-se em livro aos 21 ou 22 anos – Brooklyn Beckham, filho da popstar do futebol David Beckham, já tinha três obras em sua homenagem antes de completar dois anos de vida.

Mas estes lados, de fenómeno socio-político e de cultura pop, são apenas pontas de um icebergue gigantesco: em nenhuma outra área, à exceção talvez da religião, há tanta gente dedicada gratuitamente a uma missão como no futebol. Massagistas, enfermeiros, árbitros, apanha-bolas, dirigentes, treinadores ou jogadores que, a cada fim de semana, sem ganhar um tostão, dão tempo, dinheiro e saúde para pôr de pé os mais anónimos campeonatos nos mais recônditos lugares. São eles o futebol e é a eles que muita literatura de futebol faz justiça – são eles aqueles que nunca saíram da rua, a universidade basilar deste jogo.

Porque os deuses do jogo, os que saíram da rua para o céu, nem precisariam de ser evocados, eles próprios criam literatura em movimento. Escrever sobre o “grande futebol” é, partindo desse pressuposto, como escrever um livro sobre outro livro. As fintas em velocidade de Messi, os livres boomerang de Cristiano Ronaldo, as arrancadas alienadas de Ronaldo Fenómeno, a roulette de Zidane, o slalom de Maradona à Inglaterra na tarde mais quente de todas as tardes, o penáti louco de Panenka em 1976, o futebol total de Crujff, o drible de corpo de Pelé que fez cair um guarda-redes em 1970, a defesa impossível de Banks, a potência de Eusébio, a universalidade de Di Stéfano, a revolta de Varela, a bicicleta de Leônidas. Numa palavra, arte.

Arte e ciência. Cada vez mais ciência. As figuras mais literárias do futebol de hoje são os seus cientistas: os treinadores. Solitários, com o peso dos sonhos de milhões de fanáticos nos ombros, homens como Guardiola, Mourinho ou Ferguson foram elevados ao estatuto de estrelas anteriormente reservado aos atletas. As equipas têm a cara deles, o estilo deles, os tiques deles. Compete-lhes aliás isso mesmo: fazer uma equipa em que, no seu estádio mais elevado, um jogador pense por onze e os onze pensem por um só.

Não deixa de ser irónico que num desporto hoje tão capitalista até à entrada no relvado, dentro dele sobreviva uma espécie de comunismo sob as ordens de generais do coletivo. Alguns não foram sequer jogadores, são apenas ideólogos, como Arrigo Sacchi, inventor do super-Milan dos anos 90. Respondia Sacchi a quem questionava o facto de nunca ter jogado futebol profissional que “para montar, um cavaleiro não precisa de ter sido cavalo”.

O futebol chega mais longe neste planeta do que a ONU, como já vimos, e não fossem Neil Armstrong e Edwin Aldrin cidadãos dos Estados Unidos, um dos raros países por converter (apesar do soccer ser o desporto que mais cresce por lá), e já se teria jogado à bola na lua. Alguns terrestres, poucos, resistem ainda ao desporto mais

literário do mundo. Até um dia. Há sempre um dia. Um golo extraordinário, um desafio de Copa do Mundo, um encontro inesquecível com amigos a propósito de uma partida, um livro sobre o jogo. Ao futebol, em forma de desporto ou de livro, ninguém resiste toda a vida.

E como em muitos livros, este texto rola sobre si mesmo como uma bola e volta ao princípio para reforçar a tese da adequação dos programas educacionais ao futebol. Com o futebol, aprende-se. Eu aprendi através dele quase toda a geografia que sei, a grafia e a dicção de nomes de gente de países distantes e parte da história do Brasil, muito antes de imaginar um dia viver aqui, como vivo, ser casado com uma cidadã brasileira e ter duas filhas brasileiras. Com o futebol aprendi também lições sobre esforço, coerência e persistência, aprendi que a sorte e o azar se procuram mas aprendi também que, se o reduzirmos ao resultado da nossa equipa, o futebol não passa da mais importante das coisas menos importantes das nossas vidas.

Através do futebol escrevi dois livros: um, conta a história de Liedson, um jogador nordestino que até aos 22 anos trabalhava num supermercado mas que mudou a sua vida por um dia ter perdido o autocarro; e outro, em que escolhi e contei, como se fossem 100 pequenos contos, a história da vida e da obra de alguns dos mais brilhantes futebolistas de todos os tempos. Esses livros que escrevi não tinham, claro, a forma de uma bola.

A propósito dessa ideia falhada lembrei-me ainda de mais um inconveniente: se os livros fossem bolas, a organização das estantes das bibliotecas tornar-se-ia surreal. Assim sendo, basta que os livros continuem na sua forma natural: retangulares, com duas linhas laterais e duas linhas de fundo tal e qual um campo de futebol.

OS ENREDOS DO FUTEBOL não dão enredos à literatura?

JÚLIO CONRADO

Gosto, mas não subscrevo

Uma indagação dos percursos de escritores portugueses meus contemporâneos que manifestamente gostam (ou gostaram) de futebol, sem todavia o aproveitarem para tema nuclear das suas obras mais representativas, dita as palavras que se seguem, parte de um estudo mais elaborado cuja extensão desaconselhou a sua publicação integral. Vasculhei (não exaustivamente) a canonizada poesia de Ruy Belo, não encontrei lá futebol nenhum. Compulsei a produção poética de Manuel Alegre reunida em volume e não me apercebi de nela haver reflexos do entranhado benfiquismo (partilhado, ao que julgo, com a devoção pela Académica de Coimbra) do autor, que num ou noutro instante vitorioso do seu clube é capaz de criar um poema exaltante, mas indigno, pelos vistos, de figurar na obra maior, aquela que preparou para *ficar*. Mário Zambujal, que deve à visibilidade adquirida no exercício do jornalismo desportivo ter-se tornado *alguém* e Vitor Serpa, diretor de *A Bola*, viriam a revelar-se ficcionistas de mérito cujos temas são escolhas à margem do futebol. Zambujal gosta de navegar nas águas mansas do romance de costumes e de espairar de vez em quando pelo realismo mágico à sombra tutelar de *A Crónica dos Bons Malandros* (1980), um duradouro sucesso de vendas adaptado ao cinema por Fernando Lopes, realizador falecido em maio. Serpa, no romance *Tanta Gente*

em *Mim*, surpreende pela recuperação de um registo histórico particular como foi o da revolução de Abril, chamando à colação, por vezes, o abismo entre o povo real e a realidade que habitava as ilusões dos militares das “sessões de esclarecimento”, de chaimite por esse país dentro a espalhar a boa nova do fim da exploração do homem pelo homem. A ação distende-se por bem urdida intriga internacional, num estilo que deve mais a artificios formais *literários* (como a segmentação da cadeia sintática) do que à escrita pendular mantida pelo autor, no seu jornal, na secção *Porque hoje é sábado* (homenagem ao inesquecível Vinicius de Moraes).

No famosíssimo *O que Diz Molero*, de Dinis Machado, não há alusões significativas ao futebol, embora o desporto apareça pontualmente: o atletismo, o boxe, o rãgbi, o ciclismo, o xadrês. Num texto denso, palpante, em que os mitos populares da época são passados a pente fino, a premência cinéfila deixa na penumbra os momentos de futebol (a evocação de Roquete, o guarda-redes que voava de canto a canto da baliza; um certo carioca “maluco” que amava desveladamente o Botafogo e os poemas de Catulo; uma final da Taça de Inglaterra em que o Stoke bateu o Arsenal por 2-1). No entanto, Dinis Machado era filho de árbitro, praticou a modalidade e foi jornalista desportivo. No romance *Morte no Estádio* (1991), Francisco José Viegas é apontado como tendo produzido “o primeiro romance [português] gerado pelo futebol”. Creio que a primazia ainda vai para o *Desporto-Rei*, de Romeu Correia (1955), seguido de *Futebol*, de Hugo Rocha (1957). Mas o caso Viegas é interessante: por um lado, ele chegou mais longe do que qualquer outro seu contemporâneo na arguição dos autores de cambalachos comumente assacados ao dirigismo desportivo ou ao *sistema*, para usar a alegoria favorita de certo presidente sportinguista; por outro, fica-se com a sensação de não ser para o autor prioritária a “denúncia” desse submundo mas sim a subordinação do futebol à sua estratégia de escritor, alegadamente no sentido da reabilitação do romance policial português. Ou seja: em *Morte no Estádio* o romancista retém a *engrenagem* na categoria de “crime e mistério” ao chefiar a trama que envolve a morte de conhecido jogador, não elegendo o contexto como alvo principal da narrativa. Há somente um crime sob investigação, o assassinato do futebolista, o que faz com que o inquiridor não possa evitar desconfortáveis tropeções no recinto fechado onde se vê coagido a escarafunchar informação.

Não há sinal de bola no único romance de Fernando Assis Pacheco (*Walt* não passa, disse ele, de uma noveleta), grande comunicador, grande jornalista, excelente poeta, vítima de ataque cardíaco no zénite do seu talento. Intitula-se a obra *Trabalhos e Paixões de Benito Prada* (é certo que as tensões do período ficcionado não casavam com futebolis), embora a reunião em livro das crónicas publicadas no jornal *Record* sob

o título *Memórias de um Craque* desvendem facetas curiosas da relação do poeta de *A Musa Irregular* com a modalidade predileta, que praticou como amador. E fico a saber via Manuel Sérgio que o notável jornalista desportivo Homero Serpa foi igualmente um talentoso romancista e poeta neorrealista cuja discrição o terá impedido de alcançar a projeção merecida, e que inspirou o recentíssimo *O Segredo dos Pássaros* de seu filho Vítor Serpa. Menos inibido, Joel Neto não hesita em misturar o que no futebol não é misturável – a troca de emblemas de um adepto que emigra do Sporting para o Benfica – no bem elaborado imbróglío amoroso centrado na insinuante executiva de saltos altos de *Os Sítios sem Resposta*, romance publicado este ano. José do Carmo Francisco é uma das vozes que, através de contos, mas sobretudo de poemas, se coloca, sem alardes piedosos nem solidariedades de circunstância, ao lado daqueles que, triturados pelo sistema, se vêm obrigados a sofrer, incapacitados, os dramas da sobrevivência profissional (lesões prolongadas, baixas de forma, exclusão, incumprimento remuneratório, etc). É bom que nestas situações a literatura diga presente e deixe um sopro de humanidade onde a intolerância e o desvario clubista o negam – e José do Carmo Francisco, escritor e jornalista muito atento às disforias da face oculta do futebol, não o ignora em *Os Guarda-redes Morrem ao Domingo*.

Ainda assim, a Crónica (a desportiva e a outra) tem ganho nomes de peso e, de aí, a sua crescente importância. Miguel Sousa Tavares, autor do *best seller Equador*, escritor conhecido também no Brasil, não desdenha terçar armas, todas as semanas, pelo seu Futebol Clube do Porto, eivado de uma parcialidade azul-e-branca sem freio, no que o imita a não menos fundamentalista Leonor Pinhão que, quando puxa da esferográfica ou dedilha o teclado do computador, vê tudo vermelho, à Benfica. A prosa ficcional de António Lobo Antunes respira por vezes futebol, mas essa respiração sobressai principalmente nalgumas das suas crónicas. Eduardo Prado Coelho, que nos últimos anos de vida desistira de ser filósofo para se consagrar à crónica da poesia do quotidiano, deu um empurrãozinho para que fosse despedido um treinador do Sporting Clube de Portugal de quem não gostava. Ferreira Fernandes, redator-principal do *Diário de Notícias*, aborda frequentemente o futebol nas suculentas mini-crónicas que rematam cada edição do vetusto matutino. Um exímio cultor da *short story*, quando no seu melhor, acrescento. Por aqui, tudo bem.

Mito feliz, mito pobre

Malgrado a evolução verificada, não é comparável à brasileira a pregnância do futebol na literatura portuguesa por motivos de fácil enunciação. Passando por alto a ex-

pressão demográfica de cada um dos países, o que pesa como factor de desequilíbrio é ser o futebol no Brasil um mito feliz e em Portugal um mito pobre. No Brasil, está calcificado na identidade nacional mercê de vitórias grandiosas no mais alto escalão (pese embora o desaire de 50, intramuros, mas posteriormente remido com juros altos) e a principal seleção portuguesa arrasta um longo passado de vitórias morais, jamais tendo logrado algo acima de um 3º e 4º lugares em campeonatos mundiais, dois 3ºs nos Europeus de 1984 e 2012, finalista vencido, em casa, no Europeu de 2004 e, a nível de clubes, derrotas em duas finais europeias disputadas em Lisboa. Uma sofrível Dinamarca e uma manhosa Grécia levam-nos a palma em grandes troféus conquistados. Os feitos individuais de maior relevo têm acontecido ao serviço de equipas europeias ricas (Cristiano Ronaldo, Figo, Rui Costa, Futre) e os títulos europeus do Porto e do Benfica foram obtidos, no primeiro caso, com o concurso de jogadores estrangeiros (o calcanhar de Madjer e o golo de Juary, em 1987, lembram-se?) e, no segundo, com um contingente composto por jogadores oriundos das ex-colónias, não obstante, na altura, serem de nacionalidade portuguesa.

O declínio do futebol como aglutinador identitário acentuou-se no último decénio e no princípio deste. No campeonato de 2011/2012 o Sport Lisboa e Benfica chegou a disputar desafios sem a utilização de um único jogador nacional – o mesmo clube que durante décadas se orgulhou de não utilizar estrangeiros nas suas equipas de futebol. No plano europeu o panorama não é menos cinzento. O Inter de Milão ganhou recentemente a taça dos Campeões europeus sem nenhum italiano no elenco vencedor. Dir-se-á, então, que o fenómeno é “global”. Sê-lo-á. Mas o caso português merece reflexão porque nele se cruzam modernidade, chico-espertismo, negócio, vícios de suborno como os denunciados pela badalada operação judicial Apito Dourado.

Com o advento das SAD (sociedades anónimas desportivas) e os chamados Fundos de Investimento (detentores de substanciais fatias dos passes dos jogadores), o futebol deixou a idade da inocência e entrou definitivamente na órbita dos negócios. A expressão “ganhar e perder, tudo é desporto” esvaziou-se de significado graças à depreciação semântica das palavras *ganhar* e *perder*. A realidade clube-empresa pulverizou o conceito de grupo pautado por valores, signos, historial, amor à camisola, paixão, identidade. Chegou uma gíria adaptada às circunstâncias: os mercados (os de verão e os de inverno), os ativos (os jogadores), a cotação em bolsa, os empresários, as comissões, a montra trampolim para ligas mais competitivas, as cláusulas de rescisão, todo um arsenal linguístico ligado à nomenclatura empresarial emergente e na atualidade dominante. Em que medida a racionalização do desporto como plataforma mercantilista potenciou o hooliganismo, a infiltração de droga e política

radical nas claque organizadas, a desertificação dos estádios, a promiscuidade entre política e futebol, enfim, tudo o que contribui para que este desporto mostre o lado de extrema fealdade que contrasta com a beleza e a espetacularidade do jogo, são parte de uma única, gigantesca, assustadora conspiração?

Manuel Sérgio, o guru da Motricidade Humana, não hesita em definir o futebol dos tempos atuais como parte de “uma estratégia imperial do neoliberalismo”. “Na sociedade de mercado não se reproduzem os valores da vida, mas o capital”, escreve.

A urgência de “fazer dinheiro” através da venda de “ativos” para cruciais necessidades de tesouraria (que incluem, naturalmente, os honorários dos membros dessas mesmas SAD) tem um curioso ponto de referência na famosa Academia do Sporting Clube de Portugal, autêntico viveiro de grandes futebolistas – e eu, sportinguista desde que me conheço, deveria congratular-me com o prodígio. Sucede que o Sporting deixa sair ainda meninos e por “preços” irrisórios aqueles que vão prosperar ao serviço de outros emblemas para com eles fazerem impensáveis fortunas, sem que os dirigentes do clube cujo símbolo é o leão se mostrem capazes de os reter para construir a grande equipa pela qual os adeptos suspiram desde há dezenas de anos. Aquela Academia, lamento dizê-lo, não existe para fornecer a equipa principal dos artistas de que esta precisa, mas para os vender o mais rapidamente possível num mercado internacional ávido de jovens talentos. Quebra-se logo à partida o elo fundamental da afetividade do adepto ao seu jogador, o primeiro atormentado pelo efêmero do vínculo, o segundo seduzido pela oportunidade de enriquecer depressa e bem além-fronteiras numa Liga “mais competitiva” (jargão corrente). E “dar o salto”, mal possa. Os fãs românticos e nostálgicos, aqueles que interpretam o futebol como sentimentais dispostos a dar a vida pelas cores do seu clube, encaram esta mobilidade de “ativos” fazendo soar campanhas de alarme pela ferocidade leonina com que são destruídos os alicerces do respeito pelas suas insígnias mais caras, do seu património de representações e da sua blindagem de autoestima. Nunca se sabe se o “ídolo” de hoje aparece na época seguinte no estádio envergando a camisola do rival odiado.

Dir-se-á ser o futebol uma coisa e o que gira à volta dele outra muito diferente. Há lugar para todos. O problema começa quando o “proprietário” de um espaço quer à viva força expandi-lo à custa dos que neles se julgam em segurança e discordam da “invasão”. O futebol deu em impor-se (ou deram em impô-lo) como indústria, espetáculo ou negócio na vida do cidadão comum, exercendo sobre este uma pressão obscena, muitas vezes contrariando o ritmo saudável da vida através de gestos de ocupação que inquietam o bem-estar geral (veja-se as gigantescas campanhas publicitárias dos Bancos explorando a iconografia dos campeões – José Mourinho, Cristiano Ronaldo – transformados em caça-níqueis de luxo). O cliente virtuoso é

convencido a confiar o seu dinheiro às empresas cujos sujeitos paradigmáticos da galeria de vencedores fazem o mesmo. Se o Mourinho e o Cristiano Ronaldo põem lá o dinheiro toda a gente “deve” imitá-los. Outra mensagem subliminar tem a ver com a imagem de competência desde logo associada à gestão do Banco. Mourinho e Ronaldo são referências de trabalho duro, trabalho caudalosamente remunerado mas em todo o caso só depois das sólidas provas apresentadas durante a sua meteórica ascensão de sucesso. No Banco também é “assim” que se trabalha. Ou então a Banca, depois de ter financiado direta e generosamente as SAD, pretende alardear um empenho desportivo proporcional ao seu interesse em que os investimentos não se precipitem no crédito mal parado. E então vá de tornar o futebol omnipresente, com a cumplicidade dos media, no dia a dia da comunidade. Quando a crise económica desvenda os pés de barro das instituições financeiras, o recurso à ilusão de resiliência compensadora, simbolicamente representada pela poupança, choca com a dimensão esbanjadora de pacotes publicitários imponentes. Como conciliar no espírito do cliente alvo as crescentes notícias de dificuldades dos bancos e a pulsão despesista de campanhas cujo preço está mais ou menos à vista?

A bizarra situação do prestígio superlativo das nossas estrelas tão cara aos banqueiros, contrasta brutalmente com uma verdade doméstica penosa: uma boa parte dos clubes que disputam a Liga Portuguesa atingiu o fim do último campeonato com os salários dos seus atletas em atraso e um deles só dispôs de oito jogadores (entre os quais alguns juniores) para disputar um prélio, porque o grosso da equipa fizera greve devido ao esvaziamento precoce do cofre patronal. São estas manchas do mundo do futebol que destroem a visão idílica de todos aqueles que amam este desporto e não gostariam de o ver chamuscado por focos incendiários de crise económica profunda – falta de planeamento, excesso de improvisação, incapacidade previsional, liderança de oportunistas – mas ausência, também, de valores éticos, como frisou recentemente o primeiro-ministro italiano, Mario Monti, um homem que também gosta de futebol: “É muito triste quando vemos um mundo que devia exprimir valores universais, como é o caso do desporto, revelar um amontoado de situações reprováveis como a traição, a ilegalidade e a trapaça” (29.5.2012)

Um teatro da Crueldade

Muitos atrelam o futebol à tragédia grega, às invasões dos bárbaros, ao violento teatro shakespeariano ou aos rituais de morte do Coliseu romano organizados para preenchimento dos ócios de tiranos sanguinários. Relativamente a todo esse legado

homicida que da História e da Arte ecoa, o futebol faz figura de menino de coro. Impera como uma metalinguagem. Um discurso sobre o discurso, virtual e tudo. Guerra fingida. À garupa das analogias despóticas que forjam uma aparência bélica à custa da pilhagem linguística. O tiro, o míssil, o petardo, a bomba, o duelo, a chicotada psicológica, o herói, o traidor, o artilheiro, o espião, os vários infernos e catedrais, todo esse aparato de insígnias e vocábulos evocador de um desígnio épico ou de um desastre apocalíptico tem por detrás duas operações básicas de aritmética: somar e subtrair; uma tábua na qual as equipas sobem e descem e tem o nome de classificação; uma bola no fundo da baliza; vinte e dois homens (ou mulheres) em uniforme ligeiro, à procura, a pontapé, dos “três pontos” que alimentam a estatística ou do sofrido pontito que conta para a “permanência”, e um colégio de juizes encarregado de manter a disciplina, escudado nas disposições de uma moldura jurídica sumaríssima: falta simples merecedora ou não de ralhete, admoestação amarelada, expulsão vermelha. Estarei a contradizer Ruy Belo ao afirmar que o futebol não só não é difícil como é fácil de mais? Será a singeleza do esquema, cena banal com défice de espessura semântica, a principal causa da relutância dos escritores de nomeada em enterrarem as garras no desporto-rei? O futebol é ou não é transcendente?

Atente-se no que é a transcendência (ou a ausência dela) segundo dois eminentes pontos de vista.

Quando Javier Marias escreve: “O futebol é uma coisa sem grande transcendência” e Manuel Sérgio opina que o desporto é uma forma de transcendência fica-se sem saber o que pensar do que pensam estes dois credenciados apreciadores da magia do futebol. Refletindo um pouco, percebe-se: falam de transcendências diferentes. O escritor espanhol tem por referência a transcendência cósmica, que propaga a crença numa ordem sobrenatural misteriosa, de que ele, aliás, é parte integrante por mérito e feitiço da sua literatura, o que o faz olhar, de alto, o futebol como algo de recorrentemente óbvio, sem que reconheça potencial de enigma nos referentes que municiam as celebrações ou os desesperos da tribo. Uma liturgia menor acontece *lá em baixo*, observada por ele do olimpo de um camarote vip do Santiago Bernabéu. Estranhamente, o que vê e sente despenha-o na paixão clubista mais espúria (o paradoxo é explicado no livro de crónicas que dedicou ao tema). O homem da motricidade humana associa a noção de transcendência a uma problemática de superação do indivíduo, do “eu”, clarificando a fonte dos recursos onde cada um pode ir buscar esse ganho: ao corpo como totalidade física, psicológica, filosófica, mas só à custa de uma afirmação de si que permita o resultado harmonioso de um ser autoconfiante, vencedor, que se *transcendeu*. Manuel Sérgio opera ao rés do homem, do desportista em processo constante de descoberta e superação dos seus limites.

No polo oposto, o da imanência, vigora a atração das massas populares por essa “ordem” tão à mão de assimilar e tão útil ao seu dispêndio catártico, aos seus ímpetos judicativos e à manutenção das suas reservas de fé. Nela é tudo tão linear, pois não é? Talvez. Salva-se a beleza plástica do jogo bem jogado: a finta, o drible, o pontapé de bicicleta, o golo de compêndio, a jogada em progressão ao primeiro passe, a classe, enfim, dos artistas, captada de um ângulo puramente formal. Mas no mesmo espaço compagina-se o reverso maldoso: a falta por trás, o *tackle*, a pisadela assassina que a TV mostra tão bem em pormenor, o sururu acirrado pela decisão equívoca do árbitro, o “autocarro” montado em frente das balizas, outrora conhecido por *catenaccio*. Um teatro da crueldade começa por se esclarecer em campo (todo um chorrilho de provocações entre oficiais do mesmo ofício atravessa os noventa minutos desde o clássico “filho da puta” ao racista “macaco”) e prolonga-se às incidências do desafio perdido, da época frustrante, do ás em queda de popularidade por ser já uma réplica pobre do perfeito executante que foi.

Seguramente, um tal contraste de perspectivas não é assim tão complexo e quantos o chamam a uma apologética guerreira na “batalha” que se trava dentro das “quatro linhas” estarão, na maioria dos casos, a exagerar: nunca vi qualquer jogador “comer a relva” (oh, metáfora ruminante!) como também jamais me foi dado presenciar esse bruxedo, perdão, milagre, dos que “deixam a pele em campo” depois de se terem, concordo, esforçado muito. Todos levam a pele consigo no regresso ao balneário.

Ah, sim, o balneário, essa *prima dona!* Outro chavão modernão. Antigamente, os jogadores utilizavam as cabines, mais tarde aporuguesadas para cabinas. Mas cabines ou cabinas eram sinónimo de banho rápido, as mais das vezes (salvo nos clubes grandes) com água fria. Um local de muda de roupa com água e sabão pelo meio.

De súbito, o adepto, o presidente do clube, o maestro da claque e o financeiro da SAD descobrem que o “balneário” é uma personagem. Não demoram a promovê-lo a protagonista. O “balneário” adquire a fantástica importância de influente no painel orgânico. Começa por ser uma “atmosfera”, depois um sussurro, mais tarde um *complot*. Os egos feridos dos excluídos, os diferenciais remuneratórios, os manipuladores que do exterior vão testando as debilidades do treinador e localizando os pontos vulneráveis da sua personalidade, vêm ao de cima, em turbilhão. Até chegar o momento de os contratadores, que tinham obrigação de conhecer previamente as qualidades e os defeitos do treinador, estabelecerem à uma que “o homem não tem mão no balneário”. O “balneário” rejubila. Dá voz à sua revolta. Corre com o treinador. Homens contratados para jogar à bola viram conspiradores. Todavia, quem manipula o “balneário”? Quem escolhe o *timing* para invocar a falta de controlo do “balneário” pelo treinador? Que forças se movimentam fora do “balneário” para que

o mesmo se sinta encorajado a vitimizar-se devido a uma chefia frouxa, sem rei nem roque? Ora aqui está um motivo à altura de uma peça de ficção.

Há, depois, não teatro da crueldade mas crueldade *tout court* ao presentir-se no futebolista de topo o fim da linha, atingida por este a idade de pendurar as botas enquanto ator do jogo. A zoada que pré-avisa o declínio ressoa nas bancadas como um dobre de finados. A mole humana (outrora massa associativa chamada) que sustentava o fulgor do astro com o seu gritante (e gritado) coro louvaminheiro é a mesma que apupa, assobia e agita lenços de despedida àquele cujos sintomas de menor produtividade fraturam a lápida das proezas inesquecíveis. O mito feliz abre brecha no imaginário dos adeptos, ele próprio fendido e ofendido na sua reserva de afetos pela curva descendente do ídolo. Após a glória vem o resvalar para o anonimato e nos bastidores desse resvalar sobram sempre causas nunca averiguadas a fundo, às vezes mesmo voluntariamente camufladas, para que a desorientação dos aspetos não invada o imaginário tribal. Com que estado de espírito regressa um futebolista à atividade depois de uma lesão de cura prolongada que não superou sem sofrimento físico e enorme desgaste psicológico? Ele faz parte do “povo” que habita o submundo das enfermarias, dos ginásios de recuperação, dos terapeutas, dos cirurgiões, cosmo invisível de onde nunca se sai sem sequelas quando dele se chega a sair.

Que porção de ânimo resta a alguém que passa uma época inteira no banco dos suplentes, fora das “opções” do treinador, sabendo-se com mérito para ser chamado a jogo? Em que estado fica o amor-próprio do “artilheiro” que falha o penalti decisivo ou do guarda-redes que consente o “frango” comprometedor? Que nesse mesmo dia e nos seguintes deverá arcar com o massacre da comunicação social reiterando o pecado da culpa com ênfase em cada bloco noticioso? Não apetecerá a um atleta desabafar: Caramba, sou apenas um tipo que não conseguiu adivinhar para que lado se lançaria o guarda-redes ou o que deixou escorregar a bola das mãos para o fundo da baliza? Haja humanidade, deuses! Os contos e poemas que dessem a medida da insensibilidade da “indústria” escrutinada quanto ao respeito pelos valores da ética desportiva, também nesta vertente, seriam bem-vindos.

Existirá, então, um largo parque de temas ligados ao futebol, desaproveitado pelas elites literárias por acharem que a arte da escrita deve *subir* e que ao ocupar-se do jogo da bola efetivamente *desce*? Sem dúvida que sim. Assunto para literatura não falta nos subterrâneos deste desporto, espetáculo, indústria, como se queira. É caso para chamar à liça a fórmula popular: cada cavadela, cada minhoca. Todavia o preconceito persiste. Receio que esse *stock* de enredos não seja suficiente para empolgar os presumíveis aproveitadores de semelhantes vias de sentido perante terreno minado hoje em dia tão distante da visão lírica de Drummond:

“São voos de estátuas súbitos /desenhos feéricos, bailados / de pés e troncos entrançados. / Instantes lúdicos: flutua / o jogador, gravado no ar / – afinal o corpo triunfante / da triste lei da gravidade.”

ou da de Carlos de Oliveira, adaptável à grande defesa em voo do guarda-redes:

“A primeira forma é ainda / elástica; as outras endurecem: / mas todas pesam, / elaborando as leis da queda: / e caem; graves; reduzidas; / ao espaço do seu peso; / o voo é singular abstrato, / melhor, a metáfora das asas, / que subentende coisas /por enquanto sem leis; / mas o plural, os voos, não: /tornam as formas nítidas, / limitam-nas à sua opacidade; / e a cada impulso no ar, / o peso reconduz os corpos/ ao início do voo: / os voos são regressos.”

Ah, se o futebol fosse só esta delicada, inefável, soberana emoção estética!

BIBLIOGRAFIA (além dos títulos citados):

JAVIER MARIAS, *Selvagens e Sentimentais*, ed. port. Dom Quixote, Lisboa, 2002;

RUY BELO, *Na Senda da Poesia*, 1969 Assírio & Alvim, Lisboa, 2002;

MANUEL SÉRGIO, *Crítica da Razão Desportiva*, I. Praget, Lisboa, 2012.



3º CAPÍTULO
**LITERATURA ORAL
E TRADICIONAL**

1. MIA COUTO | **A palavra que dança e o pescador
sentenciado pelo tempo**
2. GERMANO ALMEIDA | **Literatura oral e tradicional**



A PALAVRA QUE DANÇA e o pescador sentenciado pelo tempo

MIA COUTO



III ENCONTRO DE ESCRITORES
DE LÍNGUA PORTUGUESA DE NATAL

Conferencistas do 3º tema,
LITERATURA ORAL E TRADICIONAL.

EM CIMA:

*Germano Almeida, Ana Maria Cascudo, Mia Couto e José
Carlos de Vasconcelos*

EM BAIXO:

*Conferencistas (da esquerda para a direita)
Mia Couto, Germano Almeida*

Talvez se espere que eu venha aqui falar desse tema que é tido como tão «africano» que é a tradição oral. Não o farei. Não creio que a tradição oral seja algo típico de qualquer continente ou de qualquer cultura em particular. É verdade que os países africanos partilham uma espécie de geografia da oralidade. É verdade que na maior parte das sociedades africanas as coisas vivem porque são faladas, as tradições permanecem e mudam porque se tornam vozes e ecos de vozes. Nesses lugares, aquilo que se fala vale mais do que aquilo que está escrito. Nesses lugares, os factos só são verdadeiros depois de se terem tornado argumentos. É assim em todo continente africano e Moçambique não escapa à regra. Contudo, esta verdade esconde equívocos diversos.

Abordarei aqui alguns desses mal-entendidos. Escolhi apenas os seguintes:

- A ideia que a oralidade consiste na simples ausência de escrita.
- A ideia que existe uma única oralidade e que ela se traduz numa condição primitiva, um estágio de desenvolvimento para se atingir um patamar superior de civilização que é conferido pelo domínio da escrita.
- A noção que escrita e oralidade são categorias estanques e que há os que vivem no domínio da escrita e os que habitam a nação da oralidade.

O que eu queria aqui fazer era convidá-los para uma viagem por um lugar do meu país, e que esse lugar fosse realmente remoto como é o distrito onde agora

trabalho como biólogo. É uma pequena aldeia costeira chamada Palma, no extremo Norte do litoral de Moçambique. Há anos que trabalho nessa região para estudar os impactos ambientais de um projeto de exploração de gás natural. Essa pequena aldeia serviu de inspiração para o meu último romance, uma história que tem a ver com leões que devoravam pessoas e pessoas que eram devoradas pelo tempo. Nas imediações deste pequeno povoado que fica no fim do fim do mundo foram descobertas das maiores reservas de gás natural do planeta. A invisível aldeia de Palma está hoje na berma de uma cratera que se abre entre a modernidade e tradição do povoado.

Ali quase ninguém escreve, quase ninguém fala português, as escolas só abrem em certos dias do mês, não há polícia nem hospital e até há pouco tempo não havia senão uma vaga presença do Estado. Poderíamos dizer que a aldeia de Palma é um exemplo perfeito do que podemos designar como a mais pura residência da oralidade.

No entanto, assim que entrássemos nessa aldeia seria possível, para quem o soubesse fazer, ler o espaço construído como se lê um livro. Tudo ali está inscrito como um código, uma mensagem. As casas estão posicionados de forma a que se saiba que tipo de família ali vive, e como inscrições no chão e nas árvores atuam como sinais sagrados de proteção familiar. Os panos das mulheres, postos a secar ao sol, dizem quem é cada uma delas, pelo simples padrão do desenho dessas capulanas.

Quando vos apresentasse o chefe da aldeia, veriam as tatuagens no seu rosto. Quem soubesse ler essas escarificações, entenderia que havia ali a clara intenção de um texto. E quando finalmente, as pessoas se colocassem frente a frente veriam que o modo de cumprimentar era bem mais do que uma simples saudação. O modo como se aperta a mão, como se demora o gesto nesse estar mão na mão, a exibida deferência do braço esquerdo segurando o braço direito (é o modo de mostrar como o braço do outro pesa mais do que o nosso). Depois, quando se iniciassem as conversas, o modo como se distribuem as cadeiras, a sequência com que se ocupam os lugares, tudo isso são sinais que são produzidos para serem lidos. Tudo isso são modos de traçar fronteiras, definir hierarquias e ordenar o caos.

Não pretendo recuperar um mundo folclórico e achar muita graça a essa realidade exótica. O que eu quero dizer é que a oralidade pode não saber escrever no nosso reconhecido alfabeto. Mas ela escreve e escreve-se de outros modos. A terra, os panos, os gestos, os corpos, tudo isso são páginas onde a oralidade desenha as suas próprias caligrafias.

O mês passado, nesse mesmo lugar, nessa aldeia de Palma, um pescador veio à minha tenda para se queixar de uma injustiça praticada pela companhia petrolífera.

O pescador, chamado Amade Juma, tinha estabelecido um contrato para trabalhar na abertura de uma estrada. Amade é um dos poucos que sabem falar português. Mas ele não sabe ler nem escrever e por isso usou como assinatura uma cruz em cima daquilo que lhe disseram ser o seu nome.

O pescador trabalhou na primeira semana. Na segunda semana, não compareceu ao serviço e mandou em seu lugar o cunhado.

Na terceira semana, como estivesse a chover muito, substituiu o cunhado por uma das esposas. Como os patrões reclamassem, ele substitui a esposa por duas esposas mais jovens. Os patrões voltaram a reclamar e convocaram Amade para lhe declarar que ele não estava a cumprir o contrato. *E porquê?*, perguntou o pescador. *Porque você anda muito ausente.* O homem ficou atônito: *ausente? Então eu não estive sempre presente? Houve dias que tive que ir pescar, e veio o meu legítimo cunhado Antoninho; houve dias que choveu e as minhas mulheres não podiam trabalhar no campo, por isso vieram elas. Mas nunca deixei de vir trabalhar.* Estava claro: para ele, o compromisso tinha sido respeitado. Porque o acordo havia sido firmado não como uma pessoa singular mas com toda a sua família. Em Palma, a família – e não o indivíduo – é a entidade que responde perante o mundo.

Nesse mesmo dia, um dos patrões da futura fábrica (o representante local de uma grande multinacional) chamou-me queixando-se assim: este povo daqui é muito preguiçoso, teremos que contratar gente do Sul. Essa gente do Sul já há muito tempo que vive a cultura do trabalho assalariado e sabe o que é respeitar contratos.

Eu observava tudo aquilo com tristeza, sabendo que tudo o que fizesse de pouco valeria. Porque aqueles mal-entendidos mostram como universos culturais diferentes se tocam mas estão distantes e não sabem falar uns com os outros. O ideal seria que esses universos tivessem tempo para se ouvirem e negociarem convívências. Mas a economia de mercado tem pressa. E o pescador Amade Juma e a aldeia de Palma correm o risco de serem cilindrados por razões do investimento e da geração de lucro.

Regressei a Palma tempo depois. O mesmo Amade pediu para falar comigo para dizer que tinha sido acusado de desrespeito para com os investidores estrangeiros. Ele tinha-se excedido numa discussão com a empresa petrolífera que o havia contratado. As autoridades locais julgaram que era preciso tomar medidas para tranquilizar os estrangeiros. Um “tribunal popular” iria julgá-lo no dia seguinte. Autorizaram que eu assistisse ao julgamento. O edifício do tribunal era um dos três únicos construídos em alvenaria e escolheu-se aquele cenário para emprestar dignidade à instituição. Mas era melhor que o não tivessem feito. O estado do pequeno edifício era da mais miserável decadência. Havia rombos no telhado de zinco, não havia portas nem janelas. Para mim seria preferível terem escolhido uma das palhotas de colmo da

aldeia. Todavia, em Palma, os lugares são medidos por outros critérios. E aquele edifício albergava espíritos vindos de muito longe e de há muito tempo.

No início da cerimónia, porém, tudo sugeria a mesma solenidade e o mesmo rigor com que a justiça se apresenta em qualquer lugar do mundo. Os próprios juízes assumiam o formalismo, o protocolo e as vestimentas de um tribunal europeu.

A abrir a sessão, os juízes fizeram questão em exhibir os volumosos livros de código civil. Uma velha e enorme máquina de escrever ecoava pausadamente, para susto de Amade, que nunca tinha visto tal engenho. Toda aquela representação mostrava ao réu que ele tinha chegado a um outro mundo. Nesse outro mundo, ele era frágil e estranho. Do outro lado, se alinhavam os que tinham poder. Do outro lado, perfilavam-se os que não só sabiam escrever como o faziam com uma máquina cheia de escuros e ruidosos dentes. No início, os representantes da Lei do Estado falaram apenas em português. À medida que o julgamento avançava, porém, a língua local, o *kimwani*, foi substituindo o idioma português. O edifício podia ter os danos e as fraturas que tivesse. Porque o idioma oficial remendava essas lacunas. Esse idioma era um outro edifício, com mais tecto, com mais portas mas talvez com menos janelas.

Rapidamente, porém, aquela representação foi resvalando para uma outra cerimónia, mais solta, mais espontânea e mais dialogante. A máquina de escrever adormeceu e os dedos do secretário passaram a estar disponíveis para o gesto. Pouco a pouco, todos foram deixando de falar em português. Pé ante pé, a cultura foi tomando conta da encenação. E a lei moderna acabou sendo engolida pelas regras do povoado. Uma proposta de sentença foi, enfim, apresentada. Não para ser imediatamente decretada, mas para ser discutida. E foi discutida não apenas com o réu mas com toda a família que o acompanhava. Não se debatia a culpa e a respetiva punição. Negociava-se sim a reposição do dano infligido. E porque a sentença era para ser negociada e não promulgada, a palavra falada valia mais do que o papel. No final, porém, o formalismo oficial voltou a imperar. A máquina de escrever voltou a funcionar e em português se registou a invulgar decisão: Amade foi condenado a entregar um cabrito a uma multinacional petrolífera.

Quando abandonaram a sala, os juízes esqueceram-se dos calhamaços do código civil que ali ficaram ao sol e ao vento como lembranças de um velho cenário para uma nova peça de teatro.

O que se passou naquele tribunal pode ser lido de várias maneiras. Mas há uma lição que me parece importante registar no contexto deste encontro. É que, no caso de Moçambique, a linha que parece separar os territórios da escrita e da oralidade confunde-se com a das fronteiras linguísticas. Nenhuma das línguas originárias

de Moçambique possui escrita própria e, ainda hoje, aprender a escrever e a ler é quase exclusivamente feito numa segunda língua, a língua portuguesa. Passar da oralidade para a escrita não é apenas a apropriação de uma técnica mas a deslocação para um outro idioma, para um outro sistema de conhecimento e codificação do mundo. Mais do que em outros lugares onde impera o monolinguismo, ao iniciar-se na escrita, o moçambicano aprende também a falar com um outro mundo. O problema é que este outro mundo não sabe falar com ele. Não há espelho, não há simetria entre a voz e a letra. Como não há simetria entre a palavra do pescador Amade Juma e o que está escrito num contrato de trabalho.

A expressão escrita em Moçambique não abrange senão o centro das zonas urbanas. Essa pequena nação, a nação da escrita, é absolutamente minoritária. Contudo, é essa nação que comanda as várias outras nações de Moçambique. O reinado da escrita coincide com o território da língua portuguesa, num país em que dois terços da população têm nas línguas bantus a sua primeira e quase única via de expressão. Coincide também com os domínios de um Estado central e moderno. O que aconteceu em Palma, na sala em que foi julgado o pescador Amade Juma, não é senão a tradução dessa espécie de nova trindade: escrita, língua portuguesa e poder são os três nomes de uma mesma hegemónica entidade.

Estas hierarquias em Moçambique apenas confirmam a relação universal entre o idioma e o poder. Sobre esta relação alguém escreveu o seguinte: “Numa época em que a discriminação em termos de raça, cor, religião ou sexo não é publicamente aceitável, o último baluarte da discriminação social continuará a ser o uso que uma pessoa faz da língua. “

As elites moçambicanas fazem o que faz qualquer elite do mundo. Acusam os menos cultos de atropelarem a gramática e ofenderem o sotaque tido como mais “correto”. Mas não chegam a acusar ninguém pelo facto de viver fora do mundo da escrita. Desses que moram na oralidade tem-se pena, compaixão, solidariedade. Constata-se que esses desvalidos são de um outro mundo, e infere-se que esse mundo é todo ele menor, carente e primitivo. A oralidade é uma espécie de jogos para-olímpicos onde desfilam esses que padecem de um qualquer défice de expressão.

Não se trata apenas de hierarquizar os outros. Essa classificação discriminatória é executada contra nós próprios. É isso que fazemos quando olhamos a infância como um estado de menoridade, de insuficiência e de carência. Ora a infância é o momento em que a oralidade é a nossa linguagem soberana, a exclusiva janela que em nós se abre para nos dizermos, sentirmos e pensarmos. Fomos todos cidadãos dessa nação, desse império da fala que ingenuamente acreditamos ter-se esfumado no passado.

Somos hoje tanto dessa cidadania que é a escrita que nos custa crer que a oralidade se mantenha tão viva na nossa vida. Admitimos, quando muito, que a oralidade emerge em nós em momentos mais próximos do corpo do que da alma, como se a palavra falada fosse uma espécie de folclore popular da nossa identidade.

Vou contar-vos um outro episódio que ocorreu quando vivi e trabalhei na Estação Biológica, numa ilha em frente da cidade de Maputo. Uma noite escura, estávamos sentados, eu e os meus colegas biólogos, quando escutámos um batuque vindo do interior da ilha. Decidimos juntar-nos àquela festa. Quando chegámos, havia uma roda com uma fogueira e, em redor, apenas mulheres de uma certa idade cantavam e dançavam. Percebemos que não era exatamente uma «festa» mas uma cerimónia de agradecimento pela chuva. Deram-nos cadeiras (os homens ali não podem sentar-se no chão), serviram-nos bebidas tradicionais. Sugeriu então aos meus colegas que usássemos da palavra e agradecemos tamanha hospitalidade. Estava fora de hipótese falarmos em português: ninguém nos entenderia. Um colega, melhor conhecedor da língua local, dirigiu-se ao centro e junto à fogueira iniciou um breve discurso de gratidão. Num instante, as mulheres interromperam-no, gritando: *queremos que digam quem são e de onde vêm não falando mas dançando*. Foi uma tragédia. Eu não sei dançar, pesa-me a Europa, o meu corpo está amarrado por medos e vergonhas. E os meus colegas, todos eles negros, dançavam sim, mas algo que era irreconhecível para aquela gente. Mas tínhamos começado, as mulheres levantaram os braços a ordenar que parássemos e disseram: *ninguém pode saber de onde vocês vieram, nem vocês mesmos sabem quem são*.

Aquele momento era, para mim, curioso. Mas não era exatamente imprevisto. Eu já conhecia essa fala do corpo. Sempre que eu levava lembranças para um pescador da ilha, essa pessoa, ao receber a oferta, não dizia nada. Dançava. Rodopiava em redor de um invisível parceiro. É assim que ali se agradece. Dançar, naquele lugar, não é uma simples forma de arte ou de diversão. É muito mais que isso. É um modo de falar quando já não há palavras. Ao inverso, não faltam palavras para falar da dança. Existem naquela língua nove verbos para dizer “dançar”. Receio que, daqui a um tempo, essa pluralidade de sentidos deixe de existir. Por mais que esteja isolada do continente, aquela ilha será engolida por aquilo que aprendemos a chamar de «o mundo». Ao fascínio de aprender uma língua mais próxima do poder somar-se-á a vergonha de se manter ligado a uma cultura que dança para agradecer.

Falei-vos de coisas que acontecem em Moçambique. Mas elas não sucedem apenas no meu país. Numa outra escala, todas estas coisas acontecem em todas as nações, em todos os indivíduos. Os rituais do mundo da escrita conferem-nos uma ilusão de segurança e de supremacia. Para nosso próprio conforto, imaginamos

que a Vida se estrutura como um alfabeto, que os genes se organizam como letras e os cromossomas se arrumam como uma grande biblioteca. Na realidade, os mecanismos íntimos da Vida não ocorrem com esta simplicidade tão linear. Existem relações bem mais complexas e, mais do que a escrita, precisaríamos da música e da dança para entender o que se passa nos nossos genes. Razão tinha Niels Bohr, o pai da física quântica, quando disse o seguinte: “Quando se trata de átomos a única linguagem que pode ser usada é a da pintura e da poesia”.

O poder hegemónico da palavra grafada está patente nos ditados que inventamos para ordenar o universo. Dizemos, por exemplo, que Deus escreve direito por linhas tortas. A mensagem principal parece apontar para nem sempre legíveis desígnios divinos. Mas a mensagem subliminar é que Deus escreve. Nós, seus súbditos, falamos com Ele. Nós podemos ser a máquina de escrever de Deus. Mas ninguém escreve a Deus. Mas o que Ele nos quis dizer está escrito, em todas as três religiões monoteístas. Em todas essas doutrinas a palavra de Deus está no livro. O mesmo sucede, afinal, na lei terrena e secular. O que é verdade é aquilo que se lê e que se escreve. No pacato mundo da aldeia de Palma, os deuses que são plurais e que são da família conversam com os vivos. E eu sinto falta dessa competência de conversar com os mortos. O que me falta não é exatamente um idioma. O que me falta não é a palavra mas o silêncio. Falta-me saber afinar o silêncio.

Enquanto escritor o que mais me agrada é deixar de ser escritor. Todos falamos da competência da escrita. Não mencionamos nunca essa competência da escuta. E que é estarmos disponíveis não para apenas para ouvir mas para nos deixarmos possuir por vozes que nos chegam para além do tempo. Que é um modo de sermos visitados pela nossa própria pela infância.

Não é verdade o que nos querem dizer. E o que nos querem dizer é que quem fala está próximo da terra e quem escreve está próximo do futuro. O que nos querem dizer é que a palavra escrita caminha em linha reta e é feita para apressar distâncias. E que, ao contrário, a palavra falada é redonda e é feita para dilatar o tempo.

O que me fascina é contrabandear entre as falsas fronteiras da escrita e da oralidade. Agrada-me confirmar que essa propalada separação corresponde a um falso divórcio: os dois amantes continuam casados, vivendo na mesma casa, dormindo no mesmo leito conjugal. No final, o casal irá gerar filhos tão gêmeos quanto os pais: uma fala que escreve e uma escrita que fala.

Às vezes, lembro a noite em que velhas senhoras me incitaram a dançar para adivinhar a minha identidade. E recordo esse episódio como uma prova de quanto me falto a mim mesmo. Aquela gente queria ler-me como quem decifra um texto. Queria ler-me e eu era uma página em branco. É então que penso que não escrevo



senão para devolver a dança à palavra escrita. E é apenas isso que sucede no poema que invento: dou ancas às consoantes, devolvo seios às vogais e, enfim, deixo tombar no chão da página as solenes vestes do alfabeto.

LITERATURA ORAL E TRADICIONAL

GERMANO ALMEIDA

Nos tempos em que não havia nem luz eléctrica, quanto mais televisão, a literatura oral, através de contadores de estórias, era em Cabo Verde a forma por excelência de convívio entre as pessoas. Pelo início das noites, especialmente nas noites de luar, depois de um dia de trabalho, as gentes, familiares e vizinhos próximos, juntavam-se à porta de uma das suas casas e contadores de estórias especialmente convidados debitavam por longas horas as estórias mais diversas, desde os romances de cavalaria onde ganhava grande relevo a *História de Carlos Magno e os 12 pares da França*, até às mais diversas lendas de prodigiosas bruxas, pateados, maçãos e outras criaturas que pela noite adentro perseguiram os viventes que se atreviam a sair das suas casas.

A minha infância e adolescência foram fortemente nutridas e marcadas pelos contadores de estórias que, estou certo, acabaram criando em mim quer o vício da leitura, quer, posteriormente, o gosto de contar estórias através da escrita.

Hoje, podemos afirmar que o folclore cabo-verdiano é rico, ainda que cada vez mais caído no esquecimento pelo não uso. A antropóloga americana Elsie Parsons, que viveu entre 1875 e 1941, coligiu, “durante os estios de 1916 e 1917, de emigrantes portugueses negros do arquipélago de Cabo Verde” (*sic*), que, diz ela, viviam espalhados pelo Massachusetts Oriental, Rhode Island e os portos de Connecticut, centenas de estórias tradicionais, com versões nos diferentes crioulos das ilhas de Cabo Verde.

Essa obra monumental viria a ser traduzida e publicada pela Agência-Geral do Ultramar em 1968 e continua a ser o mais aprofundado repositório da literatura oral tradicional cabo-verdiana.

Mas antes de entrar propriamente nessa literatura em Cabo Verde, creio ser importante falar um pouco das ilhas de Cabo Verde e do seu povo, sob pena de não se poder compreender bem as características dessa literatura oral.

Vou partir do princípio de que todos sabem que Cabo Verde é um arquipélago de dez ilhas, situado na costa ocidental da África, com cerca de 500 mil habitantes residentes e outros tantos espalhados pelo mundo. Foi encontrado desabitado pelos portugueses, por volta de 1460, foi usado como entreposto no comércio de escravos e acabou sendo povoado por um reduzido número de europeus, principalmente portugueses, e um considerável número de negros originários de diversas partes da África.

Não obstante a presença maioritária de negros nas ilhas, uma miscigenação desde muito cedo iniciada entre brancos e negros fez com que a cultura que acabou por se afirmar como dominante, pelo menos na aparência, tenha sido a do colono branco.

Mas digo “na aparência”, porque a cultura cabo-verdiana é de tal forma miscigenada, que será mais conforme à realidade vê-la como uma cultura resultante da fusão de diversas Áfricas e de diversas Europas num pequeno laboratório perdido no Atlântico.

A pequenez de Cabo Verde e sua pobreza em recursos naturais, a quase inexistência de meios de comunicação e difusão, a ausência de uma imprensa residente, fez com que durante muito tempo fosse recusada a existência de uma literatura cabo-verdiana autóctone: numa terra pobre até ao desespero e carenciada de tudo, diziam alguns, onde o instinto predominante é o simples instinto da sobrevivência a todo o custo, como é possível haver uma obra que, com alguma legitimidade, permita falar da existência de uma literatura própria?

E, no entanto, é verdade que existe de facto uma literatura cabo-verdiana. Do mesmo modo que existe um homem cabo-verdiano. Nascido da miscigenação de brancos e negros, forjado na dureza de uma terra pobre e dependente das chuvas e das ajudas do Homem, mas na qual ele aprendeu a se moldar para poder sobreviver.

Esse povo assim surgido nesse meio agreste tem como sua principal característica um feroz otimismo natural: tem vivido séculos de esperança, uma esperança que todos os anos se renova entre julho e novembro, no chamado tempo das águas, razão por que em cada ano ele prepara a terra à espera da chuva com a mesma devoção dos camponeses dos outros lugares onde a chuva é uma certeza tão segura como a sucessão dos dias e das noites.

É um povo que deuses irónicos terão condenado a ser alegre, amante de festas e brincadeiras e de um humor invejável. Para o cabo-verdiano, absolutamente nada deve estorvá-lo de viver como se a sua vida fosse um constante manancial de bem-aventurança, e não poucos pesquisadores que nos visitaram em anos de secas e fomes, não deixaram de estranhar ver uma gente esquelética e faminta, muitas vezes alimentada com apenas um pequeno cálice de aguardente, a cantar e dançar com a alegria de quem está no paraíso.

Mas isso não é por acaso, e há uma lenda que explica esse aparente absurdo, uma entre as muitas estórias tradicionais, que é paradigmática da realidade cultural cabo-verdiana:

Conta-se que, depois de anos de longas e terríveis secas, o povo já estava tão debilitado pela fome e pelas doenças que não tinha vontade de sequer mexer, quanto mais dançar. E então chega a noite de S João. Mas ninguém tem forças para festejar o santo. E, quase tacitamente, todos decidem que naquele ano o santo não seria celebrado com os seus tradicionais festejos, que consistiam em grandes tocatinas de tambor, queima de muito mato para criar grandes luminárias sobre as quais as pessoas pulavam e dançavam. Mas, nesse ano, as condições sociais eram demasiadamente adversas para haver festas.

E assim passa o dia 23 de junho (o dia do santo festeja-se a 24) e entra o dia 24 e nada acontece. Mas numa hora qualquer da noite de 23 para 24, algumas pessoas dão conta, espantadas, que um cordeiro abre as portas da igreja de S. João, que estava fechada à chave, e sai a correr pelas ruas do lugar. Ainda as pessoas não entenderam esse fenómeno e já constataam que, à medida que corre, o cordeiro cresce em tamanho e vai ficando um carneiro forte e possante que levanta os olhos ao céu e berra. E não mais que de repente, começa a chover. As pessoas saem das casas e começam a festejar a chuva nas ruas e correm atrás do carneiro. Mas quanto mais o carneiro corre, mais chove, uma chuva no meio de um forte temporal que, no entanto, não chega para amedrontar o povo. Correm atrás do carneiro que agora se dirige de novo para a igreja, onde entra atravessando a porta fechada. As pessoas amedrontam-se e começam a correr para a igreja donde tinham visto sair o cordeiro. E reparam, espantadas, que o cordeirinho companheiro de S. João Baptista não está no seu lugar junto ao santo.

Mas, entretanto, chove. Chuva em Cabo Verde é sempre alegria, nós não conhecemos chuvas más, por maiores que sejam os estragos causados. E assim, no meio daquele temporal medonho, com árvores a cair e casas a serem destelhadas pelo vento, as pessoas começam a cantar e a dançar ao som da chuva e dos sinos da igreja, que assim homenageiam S. João. E, no meio da festa, dão conta que o cordeiro de S. João tinha entrementes regressado ao seu lugar junto do santo.

Como se vê, é uma das muitas estórias de índole religiosa, e é verdade que a nossa literatura oral é preenchida por uma grande percentagem desse tipo de estórias. É por isso que os estudiosos, para facilitar a sua compreensão, costumam sistematizá-la como sendo composta por duas partes:

- a) uma, de origem religiosa, que compreende diversos contos populares de inspiração religiosa,
- b) uma segunda parte, de índole pagã, compreendendo diversos ciclos que alguns especialistas dividem em ciclo do Lobo, com inúmeras e diversas versões sobre as estórias de Ti Lobo e Chibinho, o ciclo da Mãe-de-Água, que conta as estórias da Sereia e da Iemanjá e, finalmente, o ciclo da Velha, que tem como personagem a velha feiticeira, maldosa para toda a gente.

Interessante, no entanto, é que a nossa abundante literatura oral muito pouco tenha influenciado a nossa literatura escrita, não obstante os escritores cabo-verdianos que intensamente se preocuparam com a criação de uma literatura autóctone serem quase todos de origem mais rural que urbana, portanto mais próximos da literatura oral.

E, para isso, talvez possa haver uma explicação plausível: a nossa literatura surgiu como uma literatura de denúncia, uma literatura assumidamente de combate, bem entendido que dentro dos moldes permitidos pelo regime fascista.

O primeiro movimento literário cabo-verdiano verdadeiramente autóctone surge em Mindelo, nos meados dos anos trinta do século XX, com a criação do grupo *Claridade*.

É verdade que, já muito antes dessa época, se escrevia e muito entre nós, a preocupação com a arte da escrita foi desde sempre bem marcante em todas as elites das sociedades das nossas ilhas. É que a escrita literária surge em Cabo Verde como uma forma de afirmação igualitária do ilhéu dentro do mundo português, ainda que alguns escritores se tenham servido dela para denunciar situações de injustiça, atropelos da lei e abusos de poder.

Perceber-se-á melhor essa necessidade das elites cabo-verdianas de identificação com a elite portuguesa, se se atentar um pouco na nossa história: Cabo Verde foi povoado muito mais por interesse na exploração da sua posição estratégica, tendo em conta o tráfico de escravos, que para exploração das suas riquezas naturais que, na verdade, eram pouquíssimas. Tanto assim é que para aqui se conseguiram a fixação de colonos europeus, incentivos muito especiais tiveram que lhes ser concedidos, nomeadamente a nível de comércio com a costa d'África. A ilha de Santiago era um entreposto de escravos, razão por que havia sempre grande quantidade deles à espera de compradores que os levassem para o mundo. Ora, quando o tráfico de escravos

foi finalmente proibido, esses escravos ficaram na terra, vindo assim a constituir a maioria da população.

Por outro lado, os brancos, homens e mulheres vindos de Portugal para Cabo Verde, não eram, na sua maior parte, gente de grande extração social. Pelo contrário, sabe-se que as ilhas foram prioritariamente povoadas por condenados pelos crimes os mais diversos e que para lá eram desterrados. A vantagem foi serem gente nada preconceituosa e que não teve qualquer relutância em se misturar com as negras e os negros que encontraram, resultando desse modo um povo mestiço em grande parte na etnia, mas sobretudo na cultura.

Porém, uma cultura estratificada que acabou produzindo uma elite económica e intelectual completamente virada para Portugal, os chamados «nativistas» que, em termos literários, antecederam os “claridosos”, deixando um acervo valioso, ainda que tivessem como principal preocupação mostrar que em Cabo Verde se escrevia tão bem como em Portugal. Razão por que não apenas buscavam imitar os escritores portugueses na forma, como também nos conteúdos, na esperança de quanto mais possível se identificarem com eles. E, nessas condições, é óbvio que a literatura tradicional não poderia ter qualquer lugar dentro das suas preocupações.

Mas deve desde já dizer-se que a literatura tradicional igualmente não ficou muito perto do grupo que definitivamente viria a marcar a autonomia da literatura cabo-verdiana em relação a Portugal e que surge em 1936, com a revista *Claridade*.

Para o surgimento dessa revista muito contribuiu a tomada de consciência das condições sociais em que se encontravam as ilhas a partir do início do século XX, mas particularmente dos anos 20, até se chegar aos anos 50. Nesse tempo, de há muito se encontrava findado o chamado período áureo do Mindelo, S. Vicente, qual seja o período dos carvoeiros ingleses no Porto Grande e, mais uma vez, o arquipélago no geral sufocava na miséria das secas e da fome. S. Vicente, a ilha para onde a miragem do trabalho tinha feito convergir as massas das demais ilhas, encontrava-se naufragada no desemprego e no alcoolismo, de tal forma que, por volta de 1924, a Associação Operária, uma espécie de sindicato, tinha pedido e obtido do Governo a aprovação de uma espécie de “lei seca” que proibia a entrada em S. Vicente de toda a espécie de bebidas alcoólicas, forma de mitigar o alcoolismo que grassava desalmadamente na sociedade.

Mas, entretanto, a fome no seio da população cresceu de tal maneira, a par do desinteresse do Governo pela sorte das pessoas que, no dia 7 de junho de 1934, o povo da ilha acabou por se revoltar contra essa vida ignominiosa e saiu para as ruas desfraldando uma bandeira negra e acabou o dia saqueando os armazéns onde as mercadorias dos comerciantes se encontravam guardadas. É a célebre revolta

conhecida como sendo do capitão Ambrósio e motivo de um dos mais belos poemas escritos até hoje em Cabo Verde, o “Capitão Ambrósio”, de Gabriel Mariano.

Dois anos após essa revolta, mais propriamente em março de 1936, aparece o primeiro número da revista *Claridade*, que nascia com o propósito declarado “de pensar no problema de Cabo Verde”.

Diretamente influenciados pelos escritores do nordeste brasileiro, como José Lins do Rêgo, Érico Veríssimo, Jorge Amado e outros, é sobre Cabo Verde, sobre o problema do povo de Cabo Verde, que os “claridosos” dizem que querem debruçar-se. Mostrando que Cabo Verde não é de forma alguma o jardim cantado pelos poetas da época anterior, não é nenhum lugar onde os deuses gostam de repousar. Pelo contrário, Cabo Verde é uma terra desprezada e esquecida, onde os homens lutam diariamente contra uma natureza madrastra, e vivem na miséria, e morrem de fome.

É essa a mensagem que os “claridosos” quiseram dar a conhecer, em certa medida próxima da grande maioria dos contos tradicionais recolhidos pela Elsie Parsons, que falam justamente desse tema, endêmico em Cabo Verde, através de uma figura mitológica, o Lobo faminto, capaz de vender a alma por um bocado de comida. No entanto, creio que apenas duas vezes os “claridosos” usaram contos tradicionais nas páginas da revista: Manuel Lopes escreveu um conto popular tradicional de S. Nicolau, “Ti Lobo e Chibinho” (um Ti Lobo faminto a subir na figueira até ao céu, até chegar a Deus) e Baltasar Lopes um outro, recolhido em Santo Antão, sobre uma questiúncula entre Jesus Cristo e Lúcifer que teria levado ao aparecimento do inferno.

E, no entanto, como escrevia Aurélio Gonçalves em 1955, o povo cabo-verdiano possui um folclore com um fundo de contos, provérbios e costumes que pode correr o risco de desaparecer se não encontrar quem o estude. E, de facto, dessa parte até hoje, bem pouco se tem feito, se se excetuar os trabalhos do grupo de recolha das tradições orais criado depois da independência, em 1975.

Acresce que a literatura oral tradicional, que de há muito vinha caindo no esquecimento, tende a ficar cada vez mais marginalizada, mercê do desenvolvimento dos modernos meios de comunicação que cada vez mais isolam o homem no seu casulo, afastando-o do convívio com semelhantes graças a esses pequenos e cada vez mais sofisticados e potentes aparelhinhos que aparentemente nos garantem total independência individual.

Uma cultura de socialização deve estar a precisar de ser implementada com vista ao retorno do homem às suas raízes, única maneira de não perdermos a memória do passado. Porque, como disse, e bem, o Professor Eduardo Lourenço, “perder a memória do passado, é para o presente falhar o futuro”.





4º CAPÍTULO INTERVENÇÕES ASSOCIADAS

Apresentação do Professor Eduardo Lourenço
por Rui Lourido

MITOLOGIA BRASILEIRA
Eduardo Lourenço,
texto lido por José Carlos de Vasconcelos

PESSOA, O ACENDEDOR DE ALMAS
Inês Pedrosa

**LUSOFONIA: uma palavra nova,
uma realidade em construção**
José Carlos de Vasconcelos

A UCCLA, com o apoio do cônsul honorário de Portugal em Natal, Francisco Lamy, teve a satisfação de associar ao III EELP o Ano de Portugal no Brasil, através das intervenções de Eduardo Lourenço e Inês Pedrosa. Estas intervenções realizaram-se, respetivamente, na Universidade do Rio Grande do Norte e na Universidade Potiguar.



III ENCONTRO DE ESCRITORES
DE LÍNGUA PORTUGUESA DE NATAL

Intervenções associadas no âmbito
do Ano de Portugal no Brasil

EM CIMA:

Inês Pedrosa, Rui Lourido e José Carlos de Vasconcelos

EM BAIXO:

Conferencistas (da esquerda para a direita)

José Carlos de Vasconcelos

Inês Pedrosa

Rui Lourido



Apresentação de EDUARDO LOURENÇO¹ na Universidade Federal do Rio Grande do Norte(UFRN)

RUI LOURIDO²

Não sendo escritor nem crítico literário, mas simplesmente investigador, em História, é para mim uma grande e imerecida honra poder evocar o Professor Eduardo Lourenço, figura ímpar da cultura europeia e lusófona. Para esta nota de apresentação, socorrer-me-ei, igualmente, de algumas opiniões de outros escritores sobre Eduardo Lourenço.

No mundo em convulsão, com a crise e pauperização de grande parte das populações da Europa, África, América e parte da Ásia, com as angústias dos dias de hoje, é importante e tranquilizador termos em conta o pensamento acutilante

¹ Texto introdutório à conferência do Professor Eduardo Lourenço, integrada no ano de Portugal no Brasil em Natal, realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), apoiada pelo III EELP e organização do Cônsul de Portugal em Natal, Francisco Lamy. Como previamente anunciado, um acidente impediu a presença física do Professor, mas a sua gentileza (apesar do estado de fragilidade física) permitiu partilhar os seus pensamentos através do texto que nos enviou, e que é publicado nas páginas seguintes. O texto de Eduardo Lourenço foi lido pelo jornalista, escritor e seu amigo, José Carlos Vasconcelos, diretor do *Jornal de Letras* e da *Revista Visão*. Após o texto de Eduardo Lourenço segue-se o texto da escritora Inês Pedrosa, diretora da Casa Fernando Pessoa, sobre a obra de Fernando Pessoa. O texto de Inês Pedrosa foi apresentado na mesma conferência na UFRN, que consubstanciou a colaboração do III EELP e da UCCLA com o ano de Portugal no Brasil em Natal.

² Historiador, Coordenador Cultural da União de Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA) e Coordenador dos Encontros de Escritores de Língua Portuguesa, na cidade de Natal.

de um dos maiores pensadores e filósofos portugueses vivo – o Professor Eduardo Lourenço.

Ensaísta notável, pelo pensamento crítico, refletiu nos seus 89 anos de vida (nasceu em 1923) sobre uma multiplicidade de áreas do conhecimento que abarcaram a filosofia, a história, a política, os fundamentos da cultura ocidental, a literatura e as artes plásticas e performativas. É por muitos considerado o maior ensaísta português sobre Fernando Pessoa. Entre as inúmeras distinções que recebeu, é de destacar o Prémio Camões - a principal distinção da Língua portuguesa. *As Obras Completas* do Professor Eduardo Lourenço estão em processo de edição (pela Fundação Calouste Gulbenkian), revelando a importância e atualidade do seu pensamento.

O Professor Eduardo Lourenço ajudou as gerações do Portugal dos séculos XX e XXI a questionar e refletir sobre a identidade do Povo português, seus mitos e desilusões, as suas relações com a Europa e a Lusofonia.

A obra de Eduardo Lourenço continua a problematizar e a levantar pistas importantes para refletir, para compreender o passado e criar condições para sublimar muitas das inquietações de hoje. O seu pensamento permanece como fonte de inspiração das novas gerações, que nele poderão obter impulso para questionar e potenciar a descoberta de novos caminhos. Num mundo onde as injustiças, a marginalização de sectores sociais e de grupos étnicos, e a ignorância, assumem uma grave dimensão, o Professor põe em evidência o melhor do ser humano, como a tolerância e a inclusão. A reflexão do Professor é um convite permanente ao reforço de políticas sensíveis à diversidade cultural e democraticidade do acesso ao conhecimento nas nossas sociedades.

Escritor e Homem que se caracteriza pela sua permanente postura de simplicidade e humildade, que eleva ainda a um patamar mais nobre o seu profundo conhecimento do mundo e da Cultura. Uma referência entre os maiores vultos das culturas lusófonas e europeias. Eduardo Lourenço sublima o elemento trágico de Miguel Unamuno e o cosmopolitismo de Ortega y Gasset, com uma perspectiva universalista, que concebe a Europa como instrumento de liberdade de pensamento quer do indivíduo, quer coletivo.

Eduardo Lourenço, desde muito cedo, defendeu a consciente inclusão de Portugal nas estruturas políticas Europeias. Começando a refletir sobre a Europa na sua *Heterodoxia*, de 1949, como uma fuga para a democracia. Mas ele foi igualmente um dos primeiros a alertar para as fragilidades e os perigos da *Europa Desencantada*, (1993, reedição aumentada em 2000) e que Portugal, na sua vertente universalista, não deveria encarar o seu caminho europeu de uma forma acrítica e exclusiva,

devendo igualmente aprofundar as suas relações com os países lusófonos. Lusofonia esta que o Professor analisou profundamente em vários dos seus domínios.

Para destacar a atualidade avassaladora do seu pensamento e preocupações passo a citar: “Sob a aparência de drama, as peripécias da construção europeia não relevam desse género literário, mas da tragédia. Tragédia quando se foi uma outra Europa, centro do mundo, e já não se é. A Europa não está ainda definitivamente fora da história – quer dizer, da vontade e do projeto que a conduz – mas está-lo-á se não tiver configuração política e entidade económica, administrativa, a que chamamos União Europeia. Para não ficar, de todo à margem dela se travou e trava batalha pela Europa que possivelmente é mais do que isso. Começou em Roma, como era simbolicamente óbvio. Esperemos que não se desintegre, sob o modo festivo, na Cidade das Flores” (1999).

Ouçamos algumas palavras dos seus pares, escritores e destacadas figuras da cultura portuguesa:

Mia Couto reconheceu Eduardo Lourenço como “mestre do pensamento” quando, sem esperar, recebeu o Prémio intitulado Eduardo Lourenço, de 2011. Eduardo Lourenço afirmou que Mia Couto é “um dos maiores escritores da língua portuguesa contemporânea”³.

Guilherme d’Oliveira Martins destaca a projeção universal e crítica do pensamento de EL e acrescenta que “Num momento de crise, é fundamental reconhecer o papel de um cidadão e de um pensador que faz das ideias, da crítica e da interrogação dos mitos um sinal de esperança contra o fatalismo do atraso ou a tentação da desistência.”⁴

José Carlos de Vasconcelos diz-nos “espantosa e humaníssima máquina de pensar criadoramente. Com uma fulguração de inteligência, imaginação e intuição, uma capacidade de relacionamento e metaforização, uma natural ironia e auto-ironia, uma expressão envolvente a que não falta nem o achado de linguagem nem a inesperada/inspirada recusa dos cânones – tudo absolutamente fantástico”⁵.

Gonçalo M. Tavares caracteriza o Professor como “A inteligente humanidade gentil”⁶.

João de Melo afirma “Se me perguntarem qual a pessoa com quem até hoje

³ In <http://www.ionline.pt/boa-vida/mia-couto-honrado-emocionado-receber-premio-eduardo-lourenco-2011>, consultado a 25 de Setembro de 2012.

⁴ Do labirinto arguto da crítica...”In «Correntes D’Escritas», P. 32, 2012.

⁵ Nove tópicos sobre Eduardo Lourenço”, idem, P. 43.

⁶ “A inteligente humanidade gentil”, ibidem, P. 31.

[Dezembro, de 2011] mais gostei de conversar, responderei sem qualquer hesitação: Eduardo Lourenço”⁷

Diz-nos Hélia Correia: alguém “Que [soube]⁸ conceber um instrumento capaz de interpretar, ao mesmo tempo a história e a ficção, o facto e o espírito, esse duplo real que há tantos séculos pesa sobre [Portugal] e não encontra a paz. ... [alguém que transforma] o sal em oiro e [enche-lhe] de estrelas o caminho.”

Alguém disse (Francisco José Viegas), “O mais notável nessa obra [Eduardo Lourenço] foi sempre a sua admirável capacidade de tentar compreender, mesmo quando se tratava de compreender o tempo perdido, a ameaça da barbárie, os inimigos da cultura («o saber que nos vem do passado e que constrói o futuro») e da sensibilidade, quase sempre sem rosto e sem língua.”⁹

José Jorge Letria afirmou “Há um homem que traz consigo a densa sabedoria da terra e que, por isso, foi talhado para falar com as estrelas como se desafiasse um país soturno e cabisbaixo a tornar-se grande somente naquilo em que crê.”¹⁰

Carlos Veloso, na sua tese de doutoramento, para analisar o sistema de pensamento de Eduardo Lourenço sistematiza-o em 6 partes: “1 – No contexto da conceção filosófica ortodoxa do século XX, a sua luta pelo ênfase na primazia do mundo interior do Ser Humano; 2 – A sua tentativa de encontrar uma voz filosófica no mundo da arte; 3 – O seu fundamental estudo sobre Fernando Pessoa permite-lhe apresentar a Literatura como instrumento essencial para destacar Portugal e os seus mitos culturais; 4 – O seu entendimento de que a identidade de Portugal foi desenvolvida com aventura e imaginação, leva-o a recorrer aos poetas na elaboração das contra imagens de Portugal; 5 – A sua conceção de que a Europa é acima de tudo uma criação cultural, pelo que sem a arte, a viagem espiritual da Europa está condenada ao colapso e, 6 – A sua (Eduardo Lourenço) visão trágica dos nossos tempos, segundo a qual, a nossa Era é perigosa, ameaçadora, desajustada, contudo apresenta sempre um caminho de transformação do caos em irresistíveis contra imagens artísticas. No fundo, Lourenço enlaça a filosofia com a literatura, de forma a advogar que os

poetas são os melhores comentadores sobre a identidade nacional, europeia ou mundial.”¹¹

Lídia Jorge alerta-nos para a existência e importância das duas facetas da Obra de Eduardo Lourenço, a obra formal e publicada dos seus escritos, e a obra informal, consubstanciada na reflexão em tertúlias e à mesa de cafés partilhada com os seus amigos e colegas, “ambas estão repletas da ironia com que estuda o comportamento dos homens na construção da História. O exercício em voz alta desse espaço de liberdade sem negócio possível com a amabilidade e a omissão, sobre este tempo que calhou viver para interpretar, é o melhor espaço de otimismo que Eduardo Lourenço lega ao Mundo”¹².

A descrição de Eduardo Lourenço segundo as poéticas palavras de Ana Luísa Amaral:

“E, se soubesse,
Diria ainda daquilo que nos fez
E que o seu pensamento organizou,
Sentindo,
Em tanto contemplar grandes desertos

E estaria a moldura feita:
O tom da história,
A sedução dos sons,
O frio que vem de mergulhar
Até palavras de dor e de silêncio ...”¹³

Termino com a mesma pergunta que fez José Mário Silva “Caramba, como é que um homem de 89 anos continua tão vivo, tão lúcido, tão capaz de pensar o mundo à sua volta? ... não sei. Não sei mesmo. Mas assistir à persistência de tamanho brilho intelectual é um consolo para quem vê diariamente a estupidez a ganhar terreno em todo o lado.”¹⁴

⁷ “Eduardo Lourenço” *ibidem*, P. 38.

⁸ No original do texto “Vila de Jarmelo-a-morta”: “Que saiba conceber um instrumento capaz de interpretar, ao mesmo tempo a história e a ficção, o facto e o espírito, esse duplo real que há tantos séculos pesa sobre mim e não encontra a paz. ... Se ele vier, eu transformo o sal em oiro e encher-lhe-ei de estrelas o caminho. In «Correntes D’Escritas», P. 35, 2012.

⁹ “Um sistema de observação” *idem*, P. 29.

¹⁰ “Eduardo Lourenço: Uma carta de afecto” *ibidem*, P. 45.

¹¹ Tradução livre pelo autor desta apresentação, a partir de http://books.google.pt/books/about/A_Call_for_Poets_Eduardo_Lourenco_in_His.html?id=jnppkx3WASkC&redir_esc=y

¹² Lídia Jorge, Eduardo Lourenço In «Jornal de Letras, Artes e Ideias», nº 851, 2003.

¹³ “Do fogo e fios do pensamento: moldura em homenagem”, *Idem*, P. 23, 2012.

¹⁴ “Uma entrevista com E.L.” In «Correntes D’Escritas», P. 46, 2012.

MITOLOGIA BRASILEIRA

EDUARDO LOURENÇO, texto lido por José Carlos de Vasconcelos

No momento mesmo em que o Ocidente tomava consciência de si como centro do mundo, instituindo-se por sua conta como sujeito de um tempo universal de dupla face (ou antes, memória) – a grega e a judaica –, qual era “o tempo” do apenas adivinhado ou fantasma do continente que, um dia, o mesmo Ocidente batizará de “Novo Mundo”?

Esta impensável novidade do continente “descoberto” por Colombo e Cabral, destinada – pelo jogo do espelho temporal, determinado pela leitura judaico-cristã da única “História” digna de resumir então o destino humano – a “envelhecer” quase instantaneamente o “velho mundo”, paradoxalmente, não soube ou não estava em condições de inscrever esse “mundo novo” numa temporalidade em que ele mesmo (a humanidade que o habitava) fosse o sujeito próprio.

O destino do “novo mundo” não é comparável a nenhum outro. A sua descoberta vai problematizar todo o passado humano até então conhecido. Como se os homens do Ocidente que aí abordaram tivessem desembarcado num outro planeta. Não muito diverso encontro do que aquele que a ficção científica imagina para os virtuais Martes à nossa espera. O espanto e o deslumbramento desse encontro estão inscritos nos textos fundadores de Colombo e talvez mais ainda no de Caminha, cujo paradoxo foi o de se constituir em “tempo novo” para nós ocidentais, de que está ausente a temporalidade própria do mundo encontrado.

Só a temporalidade cósmica é orientada, mesmo se o seu sentido nos escapa. Aquela que é própria da História é intrinsecamente memória e só nela e através dela faz sentido. Para a memória do seu próprio percurso e como história ocidental futura, a Europa que um dia encontrará um “novo mundo” já o antecipara, miticamente sonhando uma Atlântida nesse espaço misterioso que durante milénios lhe enviava sinais de existência e que, entre outros, Colombo, tomou a sério. Ninguém poderia imaginar que “errando para certo”, como diria Pessoa, o mesmo Colombo fosse ao encontro dessa terra incógnita julgando abordar o já há muito conhecido Oriente. E, sobretudo, que desse engano resultasse para os habitantes de uma humanidade desconhecida o indelével batismo indiano.

Batismo de consequências singulares, menos por ser recebido do “outro”, descobridor ou pirata, como era de norma, que por reinscrever, para sempre, o Novo Mundo num “velho tempo” subtraindo assim à sua imemorial identidade. É uma lei da comunicação humana, reduzir o não conhecido ao já conhecido. Por causa de Colombo, um continente novo será chamado de “Índias Ocidentais” e a seu tempo próprio incluído no calendário mítico do Ocidente cristão, quando a então incompreensível temporalidade nem era “ocidental” nem muito menos cristã.

Em todos os sentidos, na ordem, na aparência e na sua mitologia implícita, o novo mundo era um Continente Virgem – na perspectiva universalista do Ocidente cristão – faticamente nu. No código cultural de onde procederá a sua perceção, nada será mais decisivo característico da sua, até então, singular temporalidade do que este então incompreensível “estado da Natureza”. Que para os descobridores e futuros batizadores só podia ter duas leituras: a de uma temporalidade paradisíaca ou bárbara, para não dizer, inumana. Será mais tarde problema cultural (e político) que de Montaigne a Lévy-Strauss, passando por Las Casas e Vieira, trabalhará todo o discurso Ocidente em profundidade e cujos efeitos ainda não terminaram.

De todos os “tempos” de que é tecida essa temporalidade sem enraizamento cultural e existencial de matriz judaico-cristã, própria do “novo mundo”, a mais original, genuína, autêntica vivência e visão do mundo da essência “paradisíaca”, é aquela que a versão brasileira dela cultural, histórica e miticamente encarna. É a quinta essência dessa visão “sem pecado original” que o nome e a realidade Brasil encarnam. E não espanta que um dos seus mais originais ensaístas tenha centrado a sua reflexão sobre a evidência e o enigma desse “tempo brasileiro”.

A descoberta do Novo Mundo e nele do Brasil são contemporâneas e uma das mais misteriosas revoluções culturais no interior do Ocidente cristão: a da redescoberta do seu próprio passado pré-cristão, como objeto de fascínio estético

e de inspiração ética e metafísica. Por influência de Platão que o cristianismo batizou, ressuscita um fervor pela natureza próprio do pensamento grego e com ele uma disposição para a ler e ver nela a expressão mesma do divino. Com o encontro do Novo Mundo, era por assim dizer a Natureza em pessoa – uma natureza como que acabada de sair das mãos do Criador – que se oferecia aos olhos extasiados de quem vê nela o Paraíso reencontrado. A história efetiva do Brasil – que são três histórias – não tem, na sua realidade histórica concreta, muito de paradisíaco. Mas tem lugar no meio de uma Natureza que mais do que qualquer outra tem as cores, os sons, o encanto com que nós pintamos o paraíso. É desse tempo inscrito da realidade física do Brasil que a jovem humanidade que se foi inventando como Brasil, consciente ou inconscientemente, se vive e desvive. A sua temporalidade própria é futurante. “Antes do Brasil” não há nada. O que havia já lá estava quando o primeiro português pôs os pés nos seus areais de sonho. Para descobrir – como os naturais o sabiam, por ser deles o tempo sem História – que eram filhos dessa Natureza com excesso de realidade e, por acréscimo, filhos de uma outra História não silenciada mas silenciosa. E ao abrigo de toda a ameaça que ele não possa integrar e dissolver. Pouco a pouco o enorme Brasil dos seus naturais tornou-se tão invulnerável aos seus ocasionais predadores que se tornou um país sem inimigos. O único grande que se pode gabar de tão paradoxal estatuto. O tempo mesmo dessa temporalidade mítica sem sujeito das origens, muda com o tempo. O Ocidente, que não o podia ler quando o encontrou ou imaginou, moldou o seu destino segundo o seu código trágico de uma culpabilidade original, sem sair daquela história que inventou para ler o mundo e o dominar, e recolheu docemente à casa-museu do seu passado só dele lembrado.

O Brasil caminhou sem pressas para um futuro que esperava. E que muito ironicamente pensava que só a título de virtualidade lhe pertencia. Chegou o tempo em que as duas pontas do seu fabuloso destino – a imemorial da sua infância sem história e a da plena assunção do seu futuro como já presente – parecem dar-se, enfim, as mãos.

Esta imagem machadiana convém, como poucas, não ao “tempo brasileiro” incluído à força no seu passado de “éon” sem História, mas ao que o Brasil se tornou, e que era antes de o ser: virtualidade pura hoje emergente e visível no espaço de todos os tempos que a História como vivência e invenção do Ocidente promoveu a “História Universal”. Em que tempo paradoxal, não datável na cronologia onírica como todas a que chamamos “históricas”, um tempo mítico sem mitologia como tinham os “índios” do Peru e do México, viviam aqueles que um dia seriam Brasil

(e assim batizados para sempre em termos de natureza) e mais tarde “brasileiros”, sujeitos do seu destino, como se fossem heróis em busca de uma arca jamais perdida?

A narrativa cronológica de tradição e memória bíblica – o único paradigma de leitura que na hora da “descoberta” da América permitia situá-la cultural e simbolicamente – amarrou essa barca humana às imagens da terra prometida e à visão do Paraíso. Foi essa a leitura que prevaleceu e que não apenas inconscientemente mas realmente subdeterminou o messianismo sem Messias do *homo americanus* em geral. E do homem brasileiro em particular. Todavia, pensando até ao limite, o “efeito descoberta” não foi lido pelo Descobridor como o começo de uma “idade de ouro” que o Descoberto não conheceu ou não mitificara, mas a ocasião para o Velho Mundo, que pensava ser o mundo inteiro, se relativizar e se problematizar como nunca o fizera.

Ao fim e ao cabo, esse paradoxal tempo brasileiro, de essência paradisíaca para quem o estava descobrindo, contribuirá como nada mais para que o “tempo europeu” se sentisse pela primeira vez expulso não apenas metafórica mas natural e historicamente do Paraíso, convertendo-se na espécie de criatura fáustica que daí em diante não terá outro destino que o de inventar por suas mãos o Éden que nunca conheceu ou, conhecido, para sempre perdera.

PESSOA, O ACENDEADOR DE ALMAS

INÊS PEDROSA

Quando o nome de um português aparece na boca de um taxista estrangeiro, dizemos que esse nome se tornou um cartão de visita de Portugal. Amália. Eusébio. Agora, vários outros nomes do futebol. Saramago. E Pessoa. Para que isso aconteça, o nome tem de caber naturalmente em várias línguas. Há um destino nos nomes – embora o destino não explique nada, porque os nomes podem apagar-se para renascer de novo. Norma Jean tornou-se um símbolo chamado Marilyn, e aliás morreu disso. Morte que lhe garantiu a eternidade – não se pode ter tudo, mas parece-me que Marilyn preferiria uma vida mais feliz a esta eternidade sumptuosa, povoada de clones terrestres. Imagino a eternidade como uma interminável repartição pública de onde a esperança de qualquer surpresa ou mudança desapareceu – provavelmente imagino-a assim por culpa conjunta da catequese católica e do inesquecível filme de Powell e Pressburger, *A Matter of Life and Death*.

Mas o nome não basta. Como não bastam os feitos. O caso de Pessoa é particularmente curioso; em vida, foi um personagem completamente obscuro. Nem sequer misantropo, isolado na torre do génio que tão bom cartaz publicitário concede: gostava de ler os seus poemas aos amigos e à família, tentou fundar uma tipografia, criou revistas (efémeras), trabalhou como correspondente comercial em várias empresas, concorreu, sem sucesso, a um lugar de bibliotecário. Publicou

um único livro (*Mensagem*), com o qual concorreu a um prémio que não ganhou. “Nunca conheci quem tivesse levado porrada./ Todos os meus conhecidos têm sido campeões em tudo.(...)”, escreveu, com a mão rigorosamente inventada de Álvaro de Campos. Apaixonei-me por ele quarenta anos depois da sua morte, através desse poema e dessa personagem. Durante muito tempo, dizia Pessoa e pensava nesse engenheiro naval que escrevia poemas matemáticos e oníricos e valentes como navios, capazes de singrar por qualquer tipo de mar.

Ao engenheiro Álvaro de Campos coube a ciência do sexo, essa disciplina de ascensão da alma ao corpo que oferece aos seres humanos a experiência da eternidade. A cidade, amálgama de terra e aço, cimento e eletricidade, sentimentos e desejos e nervos e ruídos, ofereceu-se ao olhar clínico e quente do engenheiro naval como a concretização superior dessa ciência. A cidade é um organismo que se cria e recria incessantemente, uma febre mecânica em ondulação perpétua. A Lisboa de Álvaro de Campos é a *Metropolis* de Fritz Lang despida das datas das ideologias – a cidade que tritura e agiganta a humanidade, num movimento de êmbolo perpétuo. O sexo, entendido como fusão de sangues inconciliáveis, na acepção lúcida de D. H. Lawrence, é a matéria-prima da construção urbana – traduzida em amálgamas de cabos, crateras e andaimes, guindastes, múltiplas maquinarias cada vez mais sofisticadas. A barbárie e a civilização, o perigo e o conforto, a morte e a vida, num abraço infinito. *A Ode Triunfal* parece escrita hoje, porque foi escrita nesse lugar intenso onde Campos, mais do que o próprio Pessoa, conseguiu viver. O lugar vertiginoso do sexo – que não deve confundir-se com as catequese temporais e melancólicas da “sexualidade”».

“Olhar é em mim uma perversão sexual”, escreveu Álvaro de Campos. Mais do que um criador, Fernando Pessoa é um motor inesgotável de criação. Um acendedor de almas, um instrumento de música, um furacão que arranca todos os pensamentos e sensações à imobilidade do medo e os faz viver. Por isso não passa – passamos por ele e transfiguramo-nos.

Criação e inovação não são sinónimos, ao contrário do que hoje se pretende. À inovação, inteligência e técnica bastam. A criação não se explica desse modo nem de nenhum, não cabe em nenhuma história nem nasce dos caminhos da vontade consciente que ocupa hoje o lugar dos deuses. Por isso a criação é sempre o lugar da invisibilidade – exterior e interior. Criador é alguém que atinge a cegueira inicial e última do Ser, sem a temer e sem se fundir com ela. O impacto que a criação provoca nos que a ela acedem tem uma força imediata e um poder de lenta combustão. O presente ou o futuro não interessam à obra nascida para transfigurar. Interessa-lhe o

passado, apenas e na exata medida em que nenhum passado acabou ainda de passar. Leyla Perrone-Moisés sublinhou (em *Fernando Pessoa, Aquém do Eu, Além do Outro*) que “Pessoa não foi um «revolucionário» com respeito à forma” e que “o milagre de Pessoa é justamente o de conseguir dizer o mesmo de tantas formas que este é sempre outro”. Escreve Eduardo Lourenço, nesse fulgurante poema em prosa que é *Fernando Pessoa, Rei da nossa Baviera*: “o «mito-Pessoa», tanto em si como no seu estatuto poético de amplitude hoje universal, repousa essencialmente na encenação prodigiosa a que Pessoa submeteu o seu radical sentimento de *inexistência*”. Criando-se num mundo despojado de Deus e de sentido, Pessoa criou-nos e criou-nos ainda, ao longo da eternidade sem tempo de que somos feitos. Porque é isso que faz um criador. Não se trata de influenciar. Não se trata de esmagar: um talento esmagador é uma caixa de metal que nos reduz à dimensão plana da admiração embasbacada. Há muitas confusões sobre este assunto no mundo acelerado em que vivemos, onde cada vez mais gente corre sobre passadeiras eletrônicas, ou seja, corre para lugar nenhum. O lugar da imagem feérica substituiu-se a todos os lugares – que descobrimos fictícios, com Pessoa – e adormece-nos. Por isso se tornam cada vez mais importantes as obras que nos obrigam a deixar de ver.

Toda a poesia digna desse nome é um exílio, e Reis é a voz modulada, mansa, greco-romana do abissal exílio pessoano. Fernando Pessoa exportou para o Brasil este que foi o mais europeu e conservador dos seus poetas, ato só aparentemente irônico. Não há em parte alguma um céu inteiro, todo o sol esconde uma lua negra, e à pátria da língua nunca acabamos de aportar nem de escapar. Um exilado vive exatamente fora do tempo, isto é, fora de si – porque o eu, Freud explicou-o, é uma construção imaginária que se projeta sobre a realidade, e o exílio curto-circuita as projeções sincrônicas, potenciando a interrogação do eu sobre a sua própria identidade, isto é, fazendo-o implodir.

Não é a qualidade literária que distingue Pessoa – a qualidade é um elemento estético e por conseguinte estático, preso à ideia que cada época faz de si. É fácil perceber o que em cada período temporal e em cada grupo social se entende por qualidade. É fácil correspondermos a essa expectativa sem sequer tomarmos consciência disso e é quase inversamente fácil tomarmos a rota oposta e quebrarmos os laços com o gosto dominante. Tudo isso é ação. A originalidade de Pessoa nasce de uma compreensão extraordinariamente precoce da brecha existente entre ação e vida: viver exige muito mais e muito menos do que agir. Exige, acima de tudo, uma dedicação exclusiva, terna e silenciosa, para que as várias vidas potenciais que cada ser humano contém possam manifestar-se. Descrevemos habitualmente a criação

heteronímica como um desdobramento voluntário, uma espécie de encenação teatral; porém, quanto mais leio Pessoa mais o descubro ingénuo e verdadeiro. Há em cada um dos seus heterónimos a porosidade de uma aparição, a força de uma voz que se deixa revelar. “A felicidade não está no que acontece, mas no que acontece em nós desse acontecer”, escreveu Vergílio Ferreira, e esta frase define o princípio existencial que fez a singularidade de Pessoa. O carisma intenso que a sua obra arrasta consigo – ou seja, a sua capacidade para mobilizar e transfigurar as mais diversas pessoas, através do tempo e do espaço – nasce desse compromisso radical com o magma escuro da alma humana (o que acontece em nós, versus o que acontece fora de nós). O génio de Pessoa consistiu em viajar até ao fundo do ser através dos textos. Não se trata de uma experiência literária, mas de uma abissal experiência de vida.

A vida individualista, virtual e fragmentária que é a nossa, hoje, permite-nos aceitar e até entender essa fragmentação do “eu” que Pessoa exerceu até ao limite. Hoje ele teria o seu blogue, navegaria na internet, conheceria um sucesso maior do que o quase nada que lhe coube nessa vida que começou há 120 anos – e creio que esse sucesso não lhe seria indiferente. Nos seus diários de juventude (*Prosa Íntima e de Autoconhecimento*)¹, a tristeza diante da impossibilidade de ser compreendido, que muito cedo detetou, surge a par com a inquietação de transportar em si mesmo a mais completa expressão de todas as sensações e todo o conhecimento do mundo: “Sinto-me viver vidas alheias, em mim, incompletamente, como se o meu ser participasse de todos os homens, incompletamente de cada, individuado por uma suma de não eus sintetizados num eu postiço. (...) Com os meus passos treme a luz das estrelas (...) Pareceu-me sempre que ser era ousar; que querer era aventurar-se”. Vulgarizou-se hoje esta ideia de que o “eu” é postiço – mas a aventura pessoana de explorar destemidamente o ser, palavra a palavra, prescindindo da segura rede da ação, da intriga e da narração, continua ímpar, na sua revolucionária autenticidade. Por isso circula pelo mundo, quase à revelia de Portugal, íntimo e distante, familiar e secreto como um cartão de visita.

Eduardo Lourenço tem vindo a alertar-nos desde há muitas décadas de que o problema de Portugal não é de falta de identidade mas de excesso dela – um excesso alimentado por uma História real e mítica de ascensão e decadência. Esse excesso tornou-se, na modernidade, complexo de inferioridade e sentimento de impotência

¹ Edição de Richard Zenith, Assírio & Alvim, 2007

– Fernando Pessoa pôs o dedo nestas feridas de um modo radical e, por isso, como também assinala Eduardo Lourenço, foi o “desarrumador definitivo do discurso cultural português”.

Mas o alcance da visão do mundo de Pessoa ainda não encontrou eco na reorganização do pensamento e da ação em Portugal. Por alguma razão o impacto da obra pessoana é muito maior noutros países do que em Portugal – com destaque para o Brasil, esse país de língua portuguesa que passa agora para o palco principal da História. Pessoa sabia que o cultural não é uma dimensão estanque e decorativa, antes decorre de instâncias sociais e económicas, que por sua vez resultam de escolhas filosóficas e éticas essenciais. O Brasil conseguiu fazer da economia um motor do desenvolvimento social e cultural do país, numa empreitada colectiva entusiasticamente democrática.

Portugal continua a ter problemas com a democracia. É, cultural e socialmente, um país de castas. Com o fim da ditadura, substituiu a injustiça oficial pela resignação oficiosa, a autoridade pelo paternalismo e por uma culpabilização eivada de preconceitos e defesas de classe. Como nação, interiormente, Portugal subestimou-se. Por isso tem tanta dificuldade em se organizar e aliar esforços para se afirmar.

Ninguém tem dúvidas de que a identidade cultural portuguesa existe e é percebida como tal no exterior – sobretudo na literatura, na música, no cinema, na arquitetura. Mas ainda não é suficientemente perceptível de um modo consistente, isto é, integrado e permanente. Portugal supera-se a si mesmo na exceção e desvaloriza sistematicamente a regra, o trabalho continuado, de base, que exige persistência. O próprio Pessoa sofria dessa sedução pela descontinuidade; muitas e muitas vezes se queixou do seu próprio excesso de interesses e do modo como essa curiosidade omnívora devorava a solidez da sua obra. Todavia, a excecionalidade da sua obra advém precisamente dessa inquietude, desse funcionamento em relâmpago.

Atrai-me cada vez mais o atrevimento de reconstituir um Pessoa-total, ignorando deliberadamente o teatro heteronímico, desprezando rótulos e categorias, afetando uma cândida imunidade aos milhões de páginas escritas sobre os múltiplos Pessos de Pessoa. Existe uma Língua-Pessoa na qual podemos mergulhar sem complexos, usufruindo do que ela nos diz independentemente do seu aparato ficcional e das suas descodificações académicas. Existe um Pessoa único, uno, íntegro. Um vendaval de beleza e conhecimento – com menos contradições do que aquelas que nos habituámos a registar e, sobretudo, um tom e um timbre muito menos variáveis do que pensávamos. Não é preciso ter aprendido latim ou lido os clássicos para saber de que fala Ricardo Reis. Não é preciso abandonar a vaidade e o bulício da cidade para

comungar da contra-metafísica de Alberto Caeiro. Não é preciso sequer perceber o que significa metafísica: a obra de Pessoa atinge as vísceras do mais desamparado, porque não fala de outra coisa senão do desamparo de viver.

O escritor Luis Ruffato fez uma antologia assim: Pessoa total e anónimo. Creio que só um brasileiro ousaria uma antologia como esta. Talvez, depois desta, um ou mais portugueses se abalancem a um risco semelhante. O temperamento português afeiçoa-se ao mando, à cerimónia, à diplomacia dos momentos estanques e dos temas próprios e impróprios. (“Pertencem a um género de portugueses / Que depois de estar a Índia descoberta / Ficaram sem trabalho.(...)”) O brasileiro é feito do futuro antigo onde lágrimas e risos se confundem e tudo se pode arriscar porque a perda e o medo são certos. Não é verdade que Portugal seja o país da melancolia nevoenta e o Brasil o da escancarada alegria. A melancolia espalha-se pelos dois lados deste mar da língua; o desenho e a força dela é que mostram cores e ritmos distintos. Aliás é curioso que Pessoa tenha feito emigrar para o Brasil o mais tradicional e académico dos seus heterónimos, Ricardo Reis. Não foi por acaso, porque em Pessoa nada acontecia por acaso; era uma estrela futurante guiada pelos astros.

Sim, Fernando Pessoa tem direito a ser lido como a impossível pessoa compacta com que todas as suas palavras sonham ainda. A universalidade não o poupou ao desmembramento – o poeta que escreveu “Para ser grande, sê inteiro” é diariamente retalhado e autopsiado como um puzzle interminável, uma peça de fascínio cubista, uma geringonça do futuro com os fusíveis fora do lugar, um desafio ao brilho das inteligências críticas, um brinquedo. Muitas vezes o imagino sorrindo numa nuvem solitária, olhando os arranha-céus formados pelas múltiplas edições das suas obras ou escutando as diatribes provocadas pela decifração dos seus manuscritos. O artista do nada que é tudo e da varanda sobre a tal “outra coisa ainda” sabia que a sua obra – fragmentária, caótica, excessiva, relampejante – abalaria gerações futuras. Talvez até adivinhasse que a sua caligrafia, só por si, faria nascer milhares de heterónimos póstumos. Talvez se divertisse nessa antecipação, porque Pessoa era um homem com sentido de humor e dotado desse talento do bom senso e da coragem que é a autoironia.

Chamamos-lhe Poeta, apesar de a sua mais famosa obra ser em prosa – esse *best-seller* de longo alcance chamado *Livro do Desassossego*. Seria mais justo que lhe chamássemos filósofo – mas ainda não somos capazes de entender a filosofia como a maior das belas artes, aquela que alia ciência e ficção e história e poesia. Chamamos-lhe Poeta porque entendemos a Poesia como rosto do sublime, a realização máxima da arte da palavra. Pessoa não usava estas hierarquias – era, verdadeiramente, um Escritor, alguém que



se encontrava e encontrava o mundo no forro das palavras. As alíneas dos géneros eram-lhe indiferentes – por isso brincava tanto com elas. Era igualmente imune a protocolos temáticos – tudo lhe servia para pensar, sentir, desocultar: “Não consigo evitar a aversão que tem o meu pensamento pelo ato de acabar seja o que for. Uma única coisa suscita dez mil pensamentos, e desses dez mil pensamentos surgem dez mil interassociações, e não tenho força para os eliminar ou deter, nem para os reunir num só pensamento central, onde os seus detalhes sem importância, mas a eles associados, possam perder-se”². Por isso viveu com mais intensidade do que os que julgam viver e apenas se espartilham e esquartejam em horas, momentos, e personalidades isoladas entre si. Pessoa entregou-se autenticamente a tudo o que fez – e fez milhares de coisas, que eram todas a mesma: o texto contínuo, aberto, explosivo, da existência humana.

LUSOFONIA: uma palavra nova, uma realidade em construção

JOSÉ CARLOS DE VASCONCELOS

1 Lusofonia é uma palavra nova e um conceito em construção, mas que corresponde ao que creio ser uma realidade – histórica, cultural, afetiva – mais forte do que a ainda frágil arquitetura institucional que lhe dá ou tenta dar corpo. Esta assenta, fundamentalmente, na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), muito longe de ser o que quiseram fosse os seus idealizadores e primeiros obreiros, com grande destaque para o embaixador, e ex-ministro da Cultura, do Brasil, José Aparecido de Oliveira.

Estive a seu lado nesse combate, e o JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias (que fundei e dirijo desde o início, há 32 anos), foi desde sempre uma espécie de “porta-voz” desse sonho e dessa luta. Assim, foi até o JL que promoveu a primeira mesa-redonda luso-afro-brasileira sobre a criação da Comunidade, com a participação e os testemunhos de muito destacadas figuras de vários países e setores, incluindo governantes como Celso Amorim e Durão Barroso, e escritores como Miguel Torga e José Saramago, Jorge Amado e José Craveirinha, Pepetela, Germano Almeida.

Ao longo dos anos inúmeras vezes tenho escrito e tomado posições sobre o que (não) se tem feito e, em meu juízo, se devia fazer no que respeita à CPLP. Mas, aqui, até por questões de tempo, devo circunscrever-me ao tema da lusofonia, mais em geral e abstrato, através de alguns tópicos, desde logo relacionados com a palavra e o conceito, e com algumas questões mais específicas relacionadas com a língua portuguesa.

² (Diário de 1908, entrada em inglês, edição e tradução de Richard Zenith)

2. Lusofonia, repito, é uma palavra nova (bem assim lusófono, lusófilo, lusógrafo, etc.), embora de raiz antiga. Por exemplo, no *Grande Dicionário Português* ou *Tesouro da Língua Portuguesa*, do Dr. Frei Domingos Vieira, em cinco volumes, edição de 1873, encontra-se apenas a entrada «luso», «o mesmo que lusitano», ou seja: «Da Lusitânia, pertencente aos lusos»; e temos «lusos» como «lusitanos, portugueses».

Em outros dicionários da época ou posteriores acontece o mesmo, ou semelhante, sempre com abonações dos *Lusíadas*. Abonações que, aliás, em Domingos Vieira estão de par com uma, não muito ‘abonatória’, de Fernão Soropita: “Arre! Arre!, para trás/ Asno de luso coitado! Olha que a ser despenhado/ Caminhas para onde vás”.

Já no seu *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, em dois volumes, edição de 1913, Cândido Figueiredo (prestigioso também no Brasil, de cuja Academia das Letras foi membro), refere, na entrada «Luso»: “Elemento que entra na composição de várias palavras com a designação de lusitano ou de relativo a Portugal” – havendo vários exemplos, como luso-africano e luso-brasileiro.

Dando no tempo um novo salto de 35 anos, o famoso Morais, em 12 volumes, edição de 1949, em “luso” limita-se a dizer “o mesmo que lusitano”, e na entrada seguinte, autónoma, “elemento de composição com a significação de lusitano ou relativo a Portugal”. Seguem-se outras entradas, como lusófilo (“amigo de Portugal e dos portugueses”), lusófobo” (o contrário), lusofilia, lusólogo, lusologia – mas não lusófono ou lusofonia.

Assim, segundo apurei, estes termos foram dicionarizados em Portugal pela primeira apenas em 1994, “lusófono”, e em 1998, “lusofonia”, respetivamente, na 7ª e 8ª edição do *Dicionário de Língua Portuguesa*, da Porto Editora. No *Grande Dicionário* da mesma chancela, de 2004, temos: “Lusofonia – 1. conjunto de falantes de português; 2. conjunto das identidades culturais entre os sete países de língua oficial portuguesa”; “Lusófono – 1. diz-se do país ou do povo cuja língua oficial é o português; 2. que fala português.”

3. No entanto, curiosa e significativamente, no Brasil, o vulgarmente chamado Aurélio (o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, dirigido por Aurélio Buarque de Holanda), já em 1988 registava “lusofonia”. Assim: “Adoção da língua portuguesa como língua de cultura ou língua franca por quem a não tem como vernáculo; tal ocorre, por exemplo, em vários países de colonização portuguesa”. É, como se vê, um primeiro registo, com uma definição, porém, que penso inadequada, ou mesmo insólita, pois exclui da lusofonia... os próprios portugueses – e os brasileiros!

Enfim, segundo o monumental Houaiss, de 2001, “lusofonia” é: 1) o “conjunto daqueles que falam o português, como língua materna ou não”; e/ou, 2) o “conjunto de países que têm o português como língua oficial ou dominante” – especificando quais são (esses países) e acrescentando que “abrange ainda as variedades faladas por parte da população de Goa, Damão e Macau, na Ásia; e ainda a variedade de Timor, na Oceania”.

Mais uma nota, creio que bem expressiva, sobre o recentíssimo aparecimento e utilização da palavra “lusofonia”, que em geral se entende ter ‘nascido’ à imagem e semelhança de “francofonia”: nos nºs de JL, de dezembro de 1993, sobre aquela mesa-redonda, que quis representar “o arranque de um grande projeto”, o da CPLP, nunca esse termo aparece; e em mais dois suplementos, de 32 páginas, a ela dedicados, bem como nas páginas sobre a sua constituição formal, em julho de 1996, incluindo textos dos Presidentes da República do Brasil e de Portugal, idem...

4. Lusofonia vem, pois, de luso – lusitano, português – a que se acrescenta o segundo elemento, fonia, do grego, que significa falar – ou, por extensão, língua. E, para o que aqui importa, a ‘definição’ mais adequada e abrangente é a do Houaiss. Mas, são muitos os sentidos ou não sentidos que lhe são dados, os díspares juízos valorativos e as previsões quanto ao seu futuro.

Direi apenas que é ou foi inicialmente muito generalizada a insatisfação com a expressão Lusofonia. Quer por parte de alguns em que ainda está muito viva a experiência da dominação colonial e os subsequentes traumas (não conseguindo, por vezes, situá-los historicamente e ultrapassá-los, atendendo à realidade do Portugal pós 25 de Abril), quer por parte de outros que, legitimamente, prefeririam uma expressão que não pudesse dar a ideia da Lusofonia ter não só como raiz, mas porventura como centro, algo relativo a Portugal.

O facto, porém, é que nunca se arranjou, e sequer nunca ninguém propôs, designação melhor. Assim, Lusofonia ficou, sendo cada vez mais pacificamente aceite – também, creio eu, porque o tempo e a prática têm mostrado que não se trata de colocar Portugal no centro ou no «1º lugar» do que a lusofonia é, ou deve ser, e das suas instituições. De resto, a posição de Portugal, como país, e de todos que têm tido responsabilidades ou intervenção nesse domínio, é que somos apenas um *inter pares*, um entre oito – que por razões históricas até podemos ter mais deveres ou responsabilidades, mas nunca mais legitimidade ou mais direitos. Por mim, assumo mesmo entender que é o Brasil, atendendo a uma série de fatores (entre os quais avulta, claro, a dimensão e relevância mundial do país, e sobretudo ter a imensa

maioria dos falantes do nosso idioma comum) que está em melhores condições para desempenhar uma função liderante dentro da Lusofonia. E não foi por acaso que, com José Aparecido, teve um papel decisivo na constituição do IILP e da CPLP, esperando eu ser por acaso verificar-se hoje um seu, do Brasil, aparente menor empenhamento...

5. Deixando, porém, esta parte mais formal, vemos que quanto ao conteúdo e aos 'objetivos' da Lusofonia também há posições e valorações diversas. Exemplificarei, muito em síntese, com três delas. Para Fernando dos Santos Neves, ex-reitor da Universidade Lusófona, a Lusofonia, para além da língua, é «sobretudo uma importantíssima questão de estratégia comum de Desenvolvimento Humano Sustentável e de Espaço geopolítico próprio no globalizado mundo contemporâneo». Esta e outras teses, palavras e vagamente filosofantes, do autor, partem de pressupostos como o de que o Brasil é o “terceiro grande pilar autónomo do Mundo Ocidental, ao lado da União Europeia e dos Estados Unidos”, e “por o ser e para o ser não precisa de deixar de ser nem pode deixar de ser brasileiro e lusófono”.

Quase num outro extremo, está o ensaísta e escritor Alfredo Margarido, já falecido. Também português, mas com ligações a Angola, no seu livro *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, considera que “a invenção da lusofonia procura com algum desespero” refazer uma parte substancial dos laços com o Atlântico, perdidos com as independências das ex-colónias. E, dando voz a algumas (poucas) opiniões, em meu juízo menos lúcidas e mais radicais, sugere que a lusofonia representa um velado ou difuso neocolonialismo «espiritual». Margarido escreve mesmo, textualmente, que “a criação da lusofonia, quer se trate da língua, quer do espaço, não pode separar-se de uma certa carga messiânica, que procura assegurar aos portugueses inquietos um futuro” mais ou menos “promissor”!...

Por sua vez, a professora brasileira Ana Isabel Madeira, da PUC – Rio de Janeiro, no seu estudo “Histórias cruzadas: identidades, fronteiras e ficções da lusofonia”, é mais problematizante e pergunta “o que distingue, em pareências e diferenças, ou melhor, o que é que nos entrelaça a nós, cultura e comunidade lusófonas, para além de uma língua comum?”. E discorre, a esse propósito, por três pontos invariavelmente presentes nas diversas narrativas sobre a lusofonia, constituindo, por assim dizer, como que uma retórica da língua portuguesa: os discursos da uniformidade, da identidade e do modo como se combinam no que chama “uma visão ficcional da lusofonia”.

6. Mas, sobre este tema, como sobre outros, ninguém discorreu e escreveu com mais brilhantismo do que Eduardo Lourenço, em três notáveis textos, dois dos quais

saídos no JL, integrados no volume *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Não os podendo aqui sintetizar globalmente, mormente no que concerne à CPLP, fico-me pela citação de alguns passos respeitantes ao conceito de Lusofonia, ao que nela e para ela é essencial, a nossa língua, e ao que representa para os portugueses.

Escreve Lourenço a certo passo: “Dos portugueses, como de Francisco I em Pavia, pode dizer-se que perderam tudo (perdendo-se no tudo que se encontraram) menos a língua. (...) É o sonhar como unido o espaço dessa língua ou a ideia de o reforçar para resistir melhor à pressão de outros espaços linguísticos que os portugueses (sem o quererem dizer em voz alta) projetam no conceito ou na ideia mágica de lusofonia. Razão mais do que suficiente, no seu ponto de vista, para desejarem que exista, com um esplendor real e onírico comparável ao do quinto império pessoano, a CPLP”.

E noutro desses textos: “A lusofonia não é nenhum reino, mesmo encartadamente folclórico. É só – e não é pouco nem simples – aquela esfera da comunicação e compreensão determinada pelo uso da língua portuguesa com a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que, consciente ou inconscientemente, a ela se vincula. Nesse sentido é um continente imaterial disperso por vários continentes”.

E ainda: “... tema onde investimos paixões e interesse que têm a ver não só com aquilo que somos como língua e cultura no passado, mas com o presente e o destino desse continente imaterial que é, que queremos que mais nitidamente o venha a ser, o mundo da lusofonia.” Para os portugueses “não apenas um mero facto, mas um projeto, um sonho e, mesmo, uma assumida utopia”. (...)

Não acompanhando inteiramente algumas considerações e/ou conclusões de Eduardo Lourenço, sobretudo a propósito, em concreto, da CPLP, em relação à qual fui inicialmente dos otimistas que a viam com um futuro radioso (incluindo, por exemplo, a possibilidade de criar uma Universidade de Língua Portuguesa e porventura até, embora com atribuições e poderes muito mitigados, um Parlamento, o que desde logo se viu ser irrealizável, mesmo a dilatado prazo), tenho de reconhecer que tais considerações e conclusões tiveram e têm, entre muitas outras virtudes, a de nos chamar à realidade. Porque, de facto, o seu ceticismo e a sua lucidez tão penetrantes estão hoje muito mais perto dela, e podem talvez contribuir mais para mudar e melhorar o possível, do que aquele otimismo nascido da vontade profunda de construir uma Comunidade forte, dinâmica, atuante nas suas múltiplas vertentes.

7. Cabe aqui recordar que, nos termos estatutários, a CPLP deve ser o “fórum multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, a concertação

político-diplomática e a cooperação entre os seus membros”, designadamente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico científico; e que, além do mais, lhe compete a “materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa”.

Fazê-lo ou não, é cumprir ou não a lusofonia – um conceito, em última análise, ainda ou sempre em construção; e que, embora designada com uma palavra nova, na minha ótica se situa na linha do velho ideal de uma Comunidade ou Confederação Luso-Brasileira. Comunidade ou Confederação pela qual muitos se bateram dos dois lados do Atlântico, em particular desde o início do século XX (por exemplo, defendeu-a, logo em 1902, no Brasil, Sílvio Romero, e em 1909, em Portugal, foi defendida na Sociedade de Geografia), e que a prazo, com a desejável e desejada independência das colónias africanas, deveria ser, obviamente, luso-afro-brasileira.

Fazê-lo ou não, é cumprir ou não a lusofonia. E para a cumprir, no capítulo primeiro, essencial, da língua, uma das coisas que a todos os títulos se impõe é dar-lhe verdadeiramente corpo, o que pressupõe meios e recursos, para que o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), já iniciativa do embaixador José Aparecido de Oliveira, primeiro grande passo para e na concretização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), possa desempenhar minimamente os objetivos para que foi criado, em 1989. Aliás, a forma como o IILP ficou mais de dez anos no papel ou no tinteiro, sem que rigorosamente nada fosse feito para concretizar o decidido pelos Presidentes da República dos Sete, e como ainda hoje tem uma existência mais ou menos teórica, sem nenhuma ação relevante, é um facto lamentável que múltiplas vezes denunciei e contra o qual me bati, sem qualquer resultado.

8. A análise deste e outros aspetos do que está por fazer, no domínio da lusofonia, e apesar de tudo se pode e deve fazer, com vantagens para todos os países e povos de idioma comum, levar-nos-ia longe. A comunidade de língua, património e riqueza maior, a comunidade (em parte) de história e de cultura – sem prejuízo de cada um a ter a sua cultura própria, que dessa comunidade não sai enfraquecida, antes reforçada –, a comunidade de afetos, são também a comunidade de interesses: um todo incindível e solidário.

Gerar futuro e não gerir saudade – foi a bela consigna de Mía Couto para a CPLP e que se deve estender a toda a lusofonia. Que não pode ser apenas, como alguns parecem desejar, um instrumento de coordenação política e de (quanto possível) ajustamento de posições, inclusive perante os fóruns internacionais. Sendo também isso, devemos aspirar a que seja mais, lembrando o padre António Vieira quando escrevia “Nós somos o Mundo que fazemos”. Como devemos lutar pela criação, com todas as consequências, do estatuto de Cidadão Lusófono.





1. Fachada do Teatro Alberto Maranhão, que acolheu o III ENCONTRO DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA de Natal



2. Mesa de abertura do III Encontro de Escritores de Língua Portuguesa de Natal, com Francisco Lamy, Cônsul Honorário de Portugal em Natal, Camilla Cascudo, Presidente da FUNCARTE, e Miguel Anacoreta Correia, Secretário-Geral da UCCLA

3. Aspeto da assistência, no auditório do Teatro Alberto Maranhão



1



4



7



2



8



3



5



6



9

1. Átrio do Teatro Alberto Maranhão, na cidade de Natal, que acolheu o III Encontro de Escritores de Língua Portuguesa
2. Um aspeto do público num dos dias do Encontro
3. Anacoreta Correia, Camilla Cascudo e Ana Maria Cascudo
4. Da esquerda para a direita, Isabel Alçada, Germano Almeida, Ana Pessoa, Vanda Nunes e Miguel Anacoreta Correia

5. José Carlos de Vasconcelos
6. Aspeto da audiência
7. Júnior Dalberto, no painel sobre "Literatura Infanto-Juvenil"
8. Ondjaki (Angola), Germano Almeida (Cabo Verde) e Mia Couto (Moçambique)
9. Juliano Freire de Sousa, moderador do painel "Literatura Infanto-Juvenil"



10



11



12



14



15



16



17

10. Mia Couto, Rui Lourido e esposa de Mia Couto
11. Da esquerda para a direita, Inês Pedrosa, Rui Lourido e José Carlos de Vasconcelos
12. Assistência
13. Grupo de participantes do Encontro de Escritores com Miguel Anacoreta Correia, Secretário-Geral da UCCLA

14. Anacoreta Correia, Francisco Lamy e um membro da Universidade Potiguar na mesa de honra do painel de apresentação da conferência de Eduardo Lourenço
15. Inês Pedrosa e um membro do corpo docente da Universidade Potiguar
16 e 17. Assistência

ANAIS DO III ENCONTRO
DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

LITERATURA E LUSOFONIA

PROGRAMA DAS MESAS E COMUNICAÇÕES REALIZADAS NO III EELP

Dia 15 de outubro de 2012 (13h – 20,30h)

- 13h às 14h Inscrição e entrega das pastas com os materiais e os programas
- 14h CERIMÓNIA DE ABERTURA OFICIAL DO ENCONTRO
- 14h30 *Tema:* LITERATURA INFANTOJUVENIL
Conferencistas: Isabel Alçada e Ana Maria Magalhães (Portugal).
Palestrantes: Bia Bedran (Brasil) e Leopoldo Amado (Guiné-Bissau)
Outras Intervenções: Ana Pessoa (Portugal) e Júnior Dalberto (Brasil)
Moderador: Juliano Freire (Brasil)
Local: Teatro Alberto Maranhão
- 15h *Atividades Associadas:*
Lançamento do livro *O Lobo Mau e o Caldeirão das Fábulas*,
de Genildo Mateus
Lançamento do livro *O Casamento do Sapo Serafim com a Borboleta
Flor*, de Celeste Borges
Local: Teatro Alberto Maranhão
- 18h Abertura da Exposição “*Brasil: Origens Futebol Arte*”,
da artista plástica Ana Selma
Local: Teatro Alberto Maranhão

19h30 Apresentação do Professor Eduardo Lourenço (Portugal),
por Rui Lourido
Eduardo Lourenço (Portugal). Leitura do texto,
por José Carlos de Vasconcelos
Palestra sobre a obra de Fernando Pessoa, por Inês Pedrosa (Portugal)
Local: Auditório da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, iniciativa integrada no Ano de Portugal no Brasil

19h às 21h Palestra sobre a obra de Fernando Pessoa, por Inês Pedrosa (Portugal)
Local: Universidade Potiguar - Campus Floriano Peixoto (Auditório 2)

21h Espetáculo da cantora Camila Masiso
Local: Casa do Matuto

Dia 16 de outubro de 2012 (14h – 21h)

14h **Tema:** LITERATURA E FUTEBOL
Conferencista: Roberto DaMatta (Brasil)
Palestrantes: Ondjaki (Angola) e João Almeida Moreira (Portugal)
Outras Intervenções: Júlio Conrado (Portugal)
Moderador: Gerson de Castro (Brasil)

18h Apresentação do espetáculo *Têia*, com o Ballet da Cidade de Natal
Local: Teatro Alberto Maranhão

Atividade Associada:

19h às 21h Palestra sobre “Novas literaturas de expressão portuguesa”, por Ondjaki
(Angola), Germano Almeida (Cabo Verde) e Mia Couto (Moçambique)
Local: Teatro Alberto Maranhão


Dia 17 de outubro de 2012

15h **Tema:** LITERATURA ORAL E TRADICIONAL
Conferencista: Mia Couto (Moçambique)
Palestrantes: Germano Almeida (Cabo Verde) e Paloma Amado (Brasil)
Palestra de homenagem pelo Centenário de Jorge Amado, por José Carlos
de Vasconcelos
Moderador: Ana Maria Cascudo (Brasil)

Atividades Associadas:

18h Espectáculo do Folia de Rua de homenagem ao Centenário de Jorge Amado

18h30 Lançamento do livro *Luiz da Câmara Cascudo - Um Brasileiro Feliz em
Cordel*, de Vera Lúcia Barreto
Lançamento de dois livros juvenis de Ondjaki - *A bicicleta que tinha
bigodes* e *Uma escuridão bonita*



ANAI DO III ENCONTRO
DE ESCRITORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

LITERATURA E LUSOFONIA

ESCRITORES DO III EELP
Referências Bibliográficas

Ana Maria Magalhães
Ana Pessoa
Eduardo Lourenço
Germano Almeida
Inês Pedrosa
Isabel Alçada
João Almeida Moreira
José Carlos de Vasconcelos
Júlio Conrado
Leopoldo Amado
Mia Couto
Ondjaki

ANA MARIA MAGALHÃES

[Portugal]



Ana Maria Gonçalves de Oliveira Martinho de Magalhães nasceu em Lisboa em 1946, tendo-se destacado como escritora na área da literatura infantojuvenil.

É principalmente conhecida por ter escrito a coleção *Uma Aventura*, em conjunto com Isabel Alçada. Conheceu Isabel em outubro de 1976, no primeiro dia do ano letivo, na sala de professores da Escola Básica Fernando Pessoa, em Lisboa. Ambas docentes de Língua Portuguesa nessa escola, publicaram o primeiro livro da saga em 1982, *Uma Aventura na Cidade*. O livro mais recente, publicado já em 2013, tem como título *Uma Aventura no Castelo dos Três Tesouros*, estando já um outro em preparação. Hoje em dia, a série conta já com cinquenta e cinco livros editados e mais de nove milhões de exemplares vendidos em Portugal.

ANA PESSOA

[Portugal]



Nasceu em 1982 e estudou Línguas e Literaturas Modernas na Faculdade de Letras de Lisboa. Trabalhou como professora de português na Alemanha. Vive, desde 2007, em Bruxelas, onde trabalha como tradutora no Comité Económico e Social Europeu. Em junho de 2012, publicou o seu primeiro livro, *O Caderno Vermelho da Rapariga*.

Karateca, vencedor do Prémio Branquinho da Fonseca 2011 (Gulbenkian/Expresso) na categoria de Literatura Juvenil. Nos últimos dois anos, textos de sua autoria foram premiados em Portugal, Espanha e Itália: «Cem anos – 100 palavras» (Universidade do Porto), Jovens Escritores '10 (Clube Português de Artes e Ideias, Lisboa), Jovem Criador de Aveiro 2010 (Câmara Municipal de Aveiro), Concurso internacional de contos «Um mar de palavras» (IEMed, Espanha) e Concurso Internacional de Teatro Castelo de Duíno (Associazione Poesia e Solidarietà, Itália). Publica regularmente na blogosfera: www.belgavista.blogspot.com.

EDUARDO LOURENÇO

[Portugal]



Eduardo Lourenço nasceu em 23 de maio de 1923, em S. Pedro do Rio Seco (concelho de Almeida, distrito da Guarda). Em 1946 defende a tese de licenciatura, subordinada ao tema *O Sentido da Dialéctica no Idealismo Absoluto* e conclui a licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas com 18 valores. Em 1954, casa com Annie Salamon em Dinard, França. A partir de 1950, desenvolve a sua carreira académica, em Portugal e no estrangeiro. Entre 1989 e 1991 desempenhou o cargo de Conselheiro Cultural junto da Embaixada Portuguesa em Roma.

Pela sua obra literária recebeu inúmeros prémios, entre eles o Prémio Europeu do Ensaio “Charles Veillon”, pelo conjunto da sua obra, o prémio António Sérgio, o Prémio Camões, o prémio Vergílio Ferreira, o prémio Extremadura para a Criação, na categoria “Melhor trajectória literária de um autor Ibero-Americano” e, em 2011, o Prémio Pessoa. Ao longo do seu percurso recebeu diversas condecorações, nacionais e estrangeiras: Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, *Officier de L'Ordre de Mérite* e *Chevalier de L'Ordre des Arts et des Lettres* (atribuídas pelo Governo francês). Em 2002 foi agraciado pela França com a Legião de Honra, no grau de Cavaleiro e, em 2009, o Rei de Espanha distingue-o com a *Encomienda de Numero de la Orden del Mérito Civil*. Eduardo Lourenço recebeu o grau de Doutor Honoris

Causa pela Universidade de Coimbra, Universidade do Rio de Janeiro, Universidade Nova de Lisboa, e pela Facoltà di Lingue e Letterature Straniere, Università di Bologna, com a criação da Cátedra Eduardo Lourenço de História da Cultura Portuguesa.

Escritor, crítico literário, pensador, ensaísta e filósofo de renome, Eduardo Lourenço tem uma vastíssima obra publicada, iniciada em 1949 com *Heterodoxia I. Homem de Cultura e da Cultura* no sentido mais nobre e amplo do termo, com uma autoridade moral reconhecida, Eduardo Lourenço é considerado um dos principais ensaístas e pensadores portugueses e um dos mais prestigiados intelectuais europeus. Observador privilegiado e respeitado da cena política, social e cultural do país, Eduardo Lourenço manteve uma permanente autonomia das principais escolas de pensamento, já que nunca abandonou a sua atitude crítica perante as grandes questões da cultura portuguesa e universal. Referem-se seguidamente apenas algumas das obras mais representativas da análise e da reflexão de Eduardo Lourenço sobre temas que a todos, e aos portugueses e europeus em especial, dizem respeito: *Situação africana e consciência nacional* (1976), *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português* (1978), *O complexo de Marx ou o fim do desafio português* (1979), *Nós e a Europa ou as duas razões* (1988), *Montaigne ou la Vie Écrite* (1992), *A Europa desencantada: para uma mitologia europeia* (1993), *Cultura e Política na Época Marcelista* (1996), *Nós como futuro* (1997), *O esplendor do caos* (1998), *A nau de Ícaro, seguido da Imagem e miragem da lusofonia* (1999), *Portugal como Destino, seguido de Mitologia da Saudade* (1999), *A morte de Colombo, Metamorfose e Fim do Ocidente como Mito* (2005), *A Esquerda na Encruzilhada ou Fora da História? – Ensaio Político* (2009), *Pequena meditação europeia* (2011).

Em novembro de 2013, venceu o Prémio Jacinto do Prado Coelho 2012 pela obra *Tempo da música, música do tempo* (2012).

GERMANO ALMEIDA

[Cabo Verde]



Germano Almeida, um dos nomes de proa da moderna literatura cabo-verdiana, nasceu na ilha da Boa Vista, em Cabo Verde, em 1945. É licenciado em Direito pela Universidade

Clássica de Lisboa, desempenhou funções como Procurador da República e atualmente pratica advocacia na cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente. Começou a escrever aos 16 anos, mas só aos 45 publicou o primeiro livro. Usando de forma magistral as armas do humor e da sátira, denuncia a duplicidade da sociedade cabo-verdiana, asfixiada durante os primeiros anos de independência por um regime de partido único. Exemplo desse humor acutilante é *O Meu Poeta* (1989), romance de grande fôlego onde o autor satiriza com invulgar sarcasmo a realidade cabo-verdiana. *O Meu Poeta* é justamente considerado o primeiro romance verdadeiramente nacional.

O gosto pela escrita tem acompanhado desde sempre a vida profissional de Germano Almeida. Para além da produção literária, é responsável por projetos tão importantes para a vida cultural cabo-verdiana como a fundação, com Rui Figueiredo e Leão Lopes, da revista *Ponto & Vírgula* (março de 1983 a dezembro de 1987), do jornal *Aguaviva*, de que é coproprietário e diretor, e da Ilhéu Editora, em 1989.

O Testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo, 1991, romance de estreia de Germano de Almeida, retrata com imaginação crítica e distância a vida insular e o meio mindelense. *O Testamento do Sr. Napumoceno* já foi adaptado ao cinema e galardoado com diversos prémios.

Germano Almeida está editado em onze países e traduzido em nove línguas.

BIBLIOGRAFIA:

<i>O dia das calças roladas</i> (1982)	<i>Os Dois Irmãos</i> (1995)
<i>O Meu Poeta</i> (1989)	<i>Estórias de Dentro de Casa</i> (1996)
<i>O testamento do Sr. Napumoceno da Silva Araújo</i> (1991)	<i>Dona Pura e os Camaradas de Abril</i> (1999)
<i>A ilha fantástica</i> (1994)	<i>As memórias de um espírito</i> (2001)
<i>A morte do meu poeta</i> (1998)	<i>Cabo Verde - Viagem pela história das ilhas</i> (2003)
<i>A Família Trago</i> (1998)	<i>- Apresentação histórica das nove ilhas habitadas de Cabo Verde</i>
<i>Estórias contadas</i> (1998)	<i>O mar na Lajinha</i> (2004)
	<i>Eva</i> (2006)

INÊS PEDROSA

[Portugal]



Inês Pedrosa nasceu em Coimbra, em 15 de agosto de 1962. Licenciada em Ciências da Comunicação, na Universidade Nova de Lisboa, estreou-se como jornalista profissional em 1983, em *O Jornal* (atual revista *Visão*). Em 1963 mudou para o *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, que abandonou para integrar a equipa fundadora d' *O Independente*. Foi redatora da *LER* e do semanário *Expresso*, em cuja revista, a *Única*, manteve a "Crónica Feminina" até fevereiro de 2011. É, desde então, cronista do semanário *Sol*, onde assina a coluna "Fora de Órbita". Dirigiu a revista *Marie Claire* em Portugal, de 1993 a 1996. É diretora da Casa Fernando Pessoa, desde fevereiro de 2008.

Em 1991, publicou o livro infantil *Mais Ninguém Tem*, a que se seguiram os romances: *A Instrução dos Amantes, Nas Tuas Mãos* (Prémio Máxima de Literatura), *Fazes-me Falta, A Eternidade e o Desejo* e *Os Íntimos* (Prémio Máxima de Literatura). Escreveu duas novelas fotográficas – *Carta a Uma Amiga*, com fotografias de Maria Irene Crespo, e *Do Grande e do Pequeno Amor*, com fotografias de Jorge Colombo – e o livro de contos *Fica Comigo Esta Noite*, além de ensaios biográficos, crónicas, antologias e o livro de viagens *No Coração do Brasil*, com desenhos de João Queiroz.

O seu romance *A Eternidade e o Desejo* foi finalista do Prémio Literário PT 2009 e do Prémio Correntes d'Escritas 2010. *Dentro de Ti ver o Mar* (2012) é o seu mais recente romance.

Em 2005, a partir de *Nas Tuas Mãos e Fica Comigo Esta Noite*, assinou a sua primeira peça de teatro, *12 mulheres e 1 cadela*, dirigida por São José Lapa.

Posteriormente, e com a aceitação do próprio autor, organizou e assinou a *Fotobiografia de Cardoso Pires* (1999), que inclui depoimentos de figuras conceituadas do mundo literário, um poema de Armando Silva Carvalho e ainda dois inéditos de José Cardoso Pires. Publicou ainda *20 Mulheres para o Século XX* (2000) consagrando, entre outros, os nomes de Sophia de Mello Breyner Andresen, Simone de Beauvoir, Marie Curie, Bette Davis, Maria João Pires, Isadora Duncan, Paula Rego, Amália Rodrigues e Virginia Woolf. Os seus livros estão publicados no Brasil, em Espanha, Itália e Alemanha.

ISABEL ALÇADA

[Portugal]



Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar nasceu em Lisboa em 1950. Como escritora, é mais conhecida pelo seu pseudónimo literário, Isabel Alçada. Frequentou o Lycée Français Charles Lepierre e licenciou-se em Filosofia, pela Universidade de Lisboa, em 1974. Colega de Ana Maria Magalhães, na Escola EB 2/3 Fernando Pessoa, forma com esta escritora uma parceria dirigida ao público juvenil, inaugurada com *Uma Aventura na Cidade*, em 1982. Esta coleção revelar-se-ia um sucesso entre as camadas jovens, contando já com cinquenta e cinco títulos, com adaptações para televisão e cinema.

Em 1984, obteve um mestrado em Análise Social da Educação pela Universidade de Boston. Em 1985 tornou-se professora-adjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa. Ocupou os cargos de administradora da Fundação de Serralves, de 2000 a 2004, e de comissária do Plano Nacional de Leitura, de 2006 a 2009. Foi Ministra da Educação do XVIII Governo Constitucional (2009-2011).

JOÃO ALMEIDA MOREIRA

[Portugal]



João Francisco Santos de Melo de Almeida Moreira nasceu a 29 de maio de 1973, em Lisboa. Em 1996 iniciou o seu percurso profissional como colaborador permanente

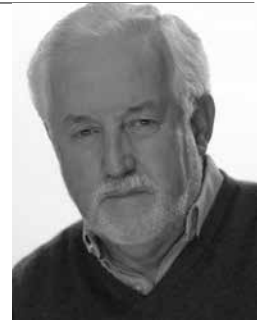
do *Diário de Notícias*. Posteriormente mudou para os quadros do jornal *Público*, trabalhando sempre, preferencialmente, na área do futebol. Um ano depois passou a integrar a equipa do jornal *Record*. Ao longo de nove anos, foi redator, sub-editor e editor deste jornal, cobrindo dezenas de eventos internacionais, entre os quais o Mundial-2006 na Alemanha. Em 2008 foi jornalista fundador do premiado *diário i* como editor de desporto, mantendo-se no cargo até se decidir por uma aventura no Brasil, em 2011.

Hoje vive no estado de São Paulo, onde trabalha como correspondente dos jornais *A Bola*, *Expresso* e *Dinheiro Vivo* e colabora com o programa da TV Cultura *Legião Estrangeira*, que reúne correspondentes internacionais no país. No *Dinheiro Vivo* assina ainda uma coluna onde analisa a atualidade, e não só, do Brasil.

Paralelamente, publicou o livro *Liedson, a Minha História* (Prime Books, 2006), uma biografia do jogador internacional português escrita entre a Bahia, de onde o atleta é natural, e Lisboa. Em 2011 publicou *Os 100 melhores futebolistas de todos os tempos* (Oficina do Livro, 2011), que lhe valeu boas críticas no *Expresso*, *Público*, TVI e outros meios de comunicação.

JOSÉ CARLOS DE VASCONCELOS

[Portugal]



Poeta, membro da Academia Brasileira de Letras, jornalista e advogado, José Carlos de Vasconcelos nasceu em Freamunde, Paços de Ferreira, em 1940. Estreou-se muito cedo na vida das letras, designadamente dirigindo uma página literária no jornal *O Comércio* e publicando o primeiro livro de poemas, *Canções para a Primavera* (1960).

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi destacado dirigente associativo, presidente da Assembleia Magna da Associação Académica, chefe de redação da *Via Latina* e da *Vértice*, fundador e presidente do Círculo de Estudos Literários, ator do TEUC, etc.

Já licenciado, iniciou a sua carreira de jornalista em 1966, no *Diário de Lisboa*. Interveio ativamente na vida sindical e, como advogado, na defesa de presos políticos e

jornalistas. Fez numerosas sessões de leitura de poesia em vários pontos do país, só ou com Carlos Paredes, e participou em sessões de “Canto Livre” com José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Francisco Fanhais e Manuel Freire, entre outros.

Após o 25 de Abril esteve na direção do Diário de Notícias e da informação da RTP. Na RTP fez também, com Fernando Assis Pacheco, ainda em 1974, o primeiro programa literário, “Escrever é Lutar”, e foi, durante muitos anos, comentador político (na RTP-1 e na RTP-2), tendo pertencido ainda ao seu Conselho de Opinião. Foi um dos fundadores de O Jornal, seu diretor e diretor editorial do grupo, que criou várias outras publicações (Sete, Jornal da Educação, História, etc.), uma editora, a TSF/ Rádio Jornal, com uma cooperativa de profissionais de rádio, etc. Foi também fundador e diretor editorial da revista Visão, que substituiu O Jornal, presidiu à assembleia geral do Sindicato e do Clube dos Jornalistas (e neste caso também à direção).

Participou em numerosas iniciativas cívicas e integrou nomeadamente, após o 25 de Abril, a Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, no âmbito da Presidência do Conselho de Ministros e, mais tarde, o Conselho Geral da Fundação Calouste Gulbenkian – em ambos os casos até à sua extinção. Foi deputado à Assembleia da República eleito pelo extinto Partido Renovador Democrático, de que foi um dos fundadores e presidiu à Comissão Parlamentar Luso-Brasileira. Pertenceu à Comissão de Honra dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil.

Criou, em 1981, o JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias, que dirige desde o início; é também coordenador editorial da Visão e presidente do Conselho Geral do Sindicato de Jornalistas. Integra ainda o Conselho Geral da Universidade de Coimbra, o Conselho das Ordens Honoríficas Nacionais (no âmbito da Presidência da República) e o Conselho Consultivo do Instituto Camões. Tem dez títulos de poesia, dois livros infanto-juvenis e um livro sobre Lei de Imprensa. As suas últimas obras editadas são *O Mar A Mar A Póvoa*, com ilustrações de Júlio Resende (2001), *Repórter do Coração*, com uma pintura de Graça Morais (2004), *Caçador de Pírilampas* (2007), com ilustrações de Júlia Landolt, todas com a chancela da ASA; *Florzinha, gota de água e Arco, Barco, Berço, Verso* (2010, ed. Gradiva) e ainda, acabado de editar, *O sol das palavras* (2012, ed. Modo de Ler).

Entre outras distinções, foram-lhe atribuídos todos os prémios de carreira do jornalismo português: o do Clube Português de Imprensa; o da Casa de Imprensa; o de Manuel Pinto de Azevedo, da Fundação Século XXI/ O Primeiro de Janeiro; o Gazeta, Prestígio, do Clube de Jornalistas. E ainda, na sua 1ª edição, o Prémio Cultura, da Fundação Luso-Brasileira (para personalidades dos dois países); o Prémio Fahrenheit 451, da União dos Editores Portugueses; o Açor Reconhecimento, do III Encontro Internacional de Imprensa não Diária, nos Açores.

JÚLIO CONRADO

[Portugal]



Júlio Conrado nasceu em Olhão (Portugal), a 26 de novembro de 1936. Romancista, poeta, dramaturgo, crítico literário, publicou o seu primeiro livro (contos) em 1963 e o primeiro ensaio literário em 1965, no Diário de Lisboa.

Colabora no Jornal de Notícias, Diário de Lisboa, O Século, A Capital e República e nas revistas Latitudes, Paris, e Rua Larga, da Reitoria da Faculdade de Letras de Coimbra. Exerceu crítica literária na Vida Mundial, no Diário Popular, no Jornal de Letras e na revista Colóquio Letras. Está ligado à Associação Portuguesa de Escritores, Pen Clube Português, Centro Português da Associação Internacional dos Críticos Literários e Associação Portuguesa dos Críticos Literários, tendo integrado os júris dos principais prémios literários portugueses. Por iniciativa da editora L'Inventaire, deslocou-se, em 2000, ao Salon du Livre, de Paris, como membro da representação portuguesa, aí tendo sido apresentada a versão francesa de *Era a Revolução (C'était la Revolution)*. Tem trabalhos traduzidos em alemão, francês, húngaro, inglês e grego.

BIBLIOGRAFIA:

Para além da sua primeira publicação, *A Prova Real*, ed. do autor, 1963, destacamos *Gente do Metro*, *Vega*, 1989 (Prémio Cidade do Montijo); para além do seu primeiro romance, *As Pessoas de Minha Casa*, Círculo de Leitores, 1985; e dos inúmeros outros que se seguiram, destacamos *Estação Ardente*, Prémio Vergílio Ferreira/Gouveia

2006, Campo da Comunicação, 2007; *Barbershop*, Presença, 2010; na poesia, teatro e outros, destacamos *De Tempos a Tempos*, Roma Editora, 2008; *O Corno de Ouro*, Roma Editora, 2009; *A Escrita a Postos*, Coleção Ponte Velha, *Escrituras Editora*, S. Paulo, Brasil, 2010 e *Tragédia grega*, Apenas Livros, 2011.

LEOPOLDO AMADO

[Guiné-Bissau]



Leopoldo Amado nasceu em 1960, no Sul da Guiné-Bissau. Licenciou-se em História em 1985 pela Faculdade Letras de Lisboa — Universidade Clássica de Lisboa, fez uma pós-graduação em Relações Internacionais (Estudos Islâmicos) pela extinta Universidade Internacional de Lisboa e frequentou entre os anos 1987-1989 o curso de mestrado em Estudos Africanos no Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Em 2007, completou o seu Doutoramento em História Contemporânea pela Universidade de Lisboa.

Na Guiné-Bissau, foi investigador do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, tendo desempenhado funções como diretor do mensário *Baguera* e diretor do *Tcholoná*, única revista cultural então existente no país. Ainda na Guiné-Bissau trabalhou como consultor nacional e internacional, destacando-se, entre outros, os trabalhos em matéria de gestão de projetos e planificação estratégica, desenvolvidos com a UNICEF, PLAN INTERNATIONAL, PNUD, FNUAP, RADDA BARNEN e AMNISTIA INTERNACIONAL, para além das funções de correspondente e de comentador político da BCC, Rádio França International, Voz da América, RDP África e RTP África. Sediado em Cabo Verde, trabalhou ainda como diretor do SPHAC - Projeto da UNESCO para a Salvaguarda do Património Histórico da África Contemporânea, entre os anos 1995 à 2001.

Ainda em Portugal, desempenhou funções como Secretário Executivo da “Guineáspora” (Fórum Mundial dos guineenses na Diáspora). De regresso a Cabo Verde, passa a trabalhar, desde 2008, na Uni-cv (Universidade Pública local), exercendo as funções de docente em cursos de graduação (licenciaturas em História e Ciências Sociais) e em cursos de pós-graduação (mestrado em Ciências Sociais), para além de outras funções, como coordenador de curso de História (chefe de departamento) e presidente do departamento (Faculdade) de Ciências Sociais e Humanas.

Para além de livros, Leopoldo Amado é autor de capítulos em diversos livros e artigos em revistas científicas. Atualmente é diretor executivo do Instituto Amílcar Cabral de História Contemporânea, Estudos Estratégicos e Internacionais (em constituição na Guiné-Bissau); investigador auxiliar do Centro de Estudos Africanos da Universidade

do Porto (Portugal) e professor convidado da Faculdade de Jornalismo da Universidade do Porto

BIBLIOGRAFIA:

Guineidade & Africanidade: Estudos, Crónicas, Ensaaios e Outros Textos (2013).
Guerra Colonial & Guerra de Libertação Nacional (1950-1974): o caso da Guiné-Bissau (2012)

Um partido, Uma luta, Dois países: O meu testemunho (Aristides Pereira) (2003) (org.) Bolama,
Caminho Longe - Entre a cobiça dos homens e a Esperança (em co-autoria) (1994)

MIA COUTO

[Moçambique]



Mia Couto (António Emílio Leite Couto) nasceu em 1955, na cidade costeira da Beira, em Moçambique. Ainda jovem, juntou-se ao movimento pela independência nacional e tornou-se membro da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Estudou Medicina e, após a proclamação da independência, foi jornalista e dirigiu diferentes órgãos de informação. Foi também diretor da revista *Tempo* até 1981 e, até 1985, manteve-se como jornalista no jornal *Notícias*. Licenciou-se em Biologia pela Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo. Atualmente, é consultor ambiental, leciona a cadeira de ecologia na Universidade Eduardo Mondlane e trabalha em Moçambique, como biólogo.

Mia Couto publicou 26 livros que abarcam áreas diferentes da Literatura, como poesia, contos, romance, ensaio e livro infantil. Em muitas das suas obras, tenta recriar a língua portuguesa com uma influência moçambicana, utilizando o léxico de várias regiões do país e produzindo um novo modelo de narrativa africana. É o escritor moçambicano mais traduzido (está traduzido em 28 países) e também o mais premiado, dentro e fora do seu país, tendo recebido, entre outros galardões, os seguintes prémios: Prémio Nacional de Ficção da Associação dos Escritores Moçambicanos, Prémio Vergílio Ferreira, pelo conjunto da sua obra, Prémio Mário António, pelo livro *O último voo do flamingo*, Prémio União Latina de Literaturas Românicas, Prémio Passo Fundo Zaffari

e Bourbon de Literatura, na Jornada Nacional de Literatura, Prémio Eduardo Lourenço 2011 e, em 2013, o Prémio Camões 2013.

BIBLIOGRAFIA:

Contos: *Vozes Anoitecidas, Cada Homem é uma Raça, Estórias Abensonhadas, Contos do Nascer da Terra, Na Berma de Nenhuma Estrada, O Fio das Missanga,*

Crónicas: *Cronicando, O País do Queixa Andar, Pensatempos, E se Obama fosse Africano? e Outras Interinvenções.*

Romances: *Terra Sonâmbula* (primeiro romance do autor, 1992, recebeu o Prémio Nacional de Ficção da Associação dos Escritores Moçambicanos em 1995 e foi considerado por um júri na Feira Internacional do Zimbábue, um dos doze melhores livros

africanos do século XX), *A Varanda do Frangipani, Mar Me Quer, Vinte e Zinco, O Último Voo do Flamingo* (Prémio Mário António de Ficção), *O Gato e o Escuro* (História infantil com ilustrações de Danuta Wojciechowska), *Um Rio Chamado Tempo, uma Casa Chamada Terra, A Chuva Pasmada* (Livro infantil com ilustrações de Danuta Wojciechowska), *O Outro Pé da Sereia, O beijo da Palavrinha* (Livro infantil com ilustrações de Malangatana), *Venenos de Deus, Remédios do Diabo, Jesusalém* (no Brasil, o livro tem o título *Antes de nascer o mundo*), *A Confissão da Leoa* (2012).

ONDJAKI

[Angola]



Ndalu de Almeida, popularmente conhecido como Ondjaki, nasceu em Luanda, em 1977. É licenciado em Sociologia pelo ISCTE (Portugal) e doutorado em Estudos Africanos (Università degli studi di Napoli L'Orientale - Itália). Prosador e poeta, escreve para cinema e ainda crónicas para jornais (Angola, Portugal). Ocasionalmente, é professor de escrita criativa [www.kazukuta.com]. É membro da União dos Escritores Angolanos e da Associação Protectora do Anonimato dos Gambuzinos. Atualmente vive no Rio de Janeiro, Brasil. Em 2000, Ondjaki ficou em 2º lugar no concurso literário angolano António Jacinto, e lança o seu primeiro volume de poesia, *Actu Sanguíneu*. Desde essa altura, os seus livros têm sido distinguidos com diversos prémios, mencionados mais abaixo. Ondjaki está traduzido para francês, espanhol, italiano, alemão, inglês, sérvio, sueco e chinês.

BIBLIOGRAFIA:

Actu Sanguíneu (poesia, 2000); *Bom Dia Camaradas* (romance, 2001); *Momentos de Aqui* (contos, 2001); *O Assobiador* (novela, 2002); *Há Prendisajens com o Xão* (poesia, 2002); *Ynari: A Menina das Cinco Tranças* (infantil, 2004); *Quantas Madrugadas Tem A Noite* (romance, 2004); *E se Amanhã o Medo* (contos, 2005); *Os da minha rua* (contos, 2007); *Avó Dezanove e o segredo do soviético* (romance, 2008); *O leão e o coelho salti-*

tão (infantil, 2008); *Materiais para confecção de um espanador de tristeza* (poesia, 2009); *Os vivos, o morto e o peixe-frito* (ed. brasileira / teatro, 2009); *O voo do Golfinho* (infantil, 2009); *Dentro de mim faz Sul, seguido de Acto sanguíneo* (poesia, 2010); *A bicicleta que tinha bigodes* (juvenil, 2011); *Os Transparentes* (romance, 2012); *Uma escuridão bonita* (juvenil, 2012).

PRÉMIOS:

Prémios: *Actu Sanguíneu* Menção Honrosa no prémio António Jacinto (Angola, 2000); *E se amanhã o medo* (contos), Prémio Sagrada Esperança (Angola, 2004 e 2005); *Bom dia Camaradas* Finalista do prémio Portugal TELECOM (Brasil, 2007); *Os da minha rua* Grande Prémio de Conto Camilo Castelo Branco, da APE (2007); Finalista do prémio Portugal TELECOM (Brasil, 2008); Grinzane para o melhor jovem autor africano (Etiópia/Itália, 2008) *Avó Dezanove e o segredo do soviético* Brasil Pré-

mio FNLIJ 2010 Literatura em Língua Portuguesa; Prémio JABUTI, categoria juvenil (2010); Finalista do Prémio Literário de São Paulo 2010, Brasil; Finalista do prémio Portugal TELECOM (Brasil, 2010) *Ombela, a estória das chuvas* Prémio Caxinde do Conto Infantil (Angola, 2011)

A bicicleta que tinha bigodes Prémio FNLIJ 2013 Literatura em Língua Portuguesa (2012); Prémio Bissaya Barreto 2012, (Portugal, 2012)





